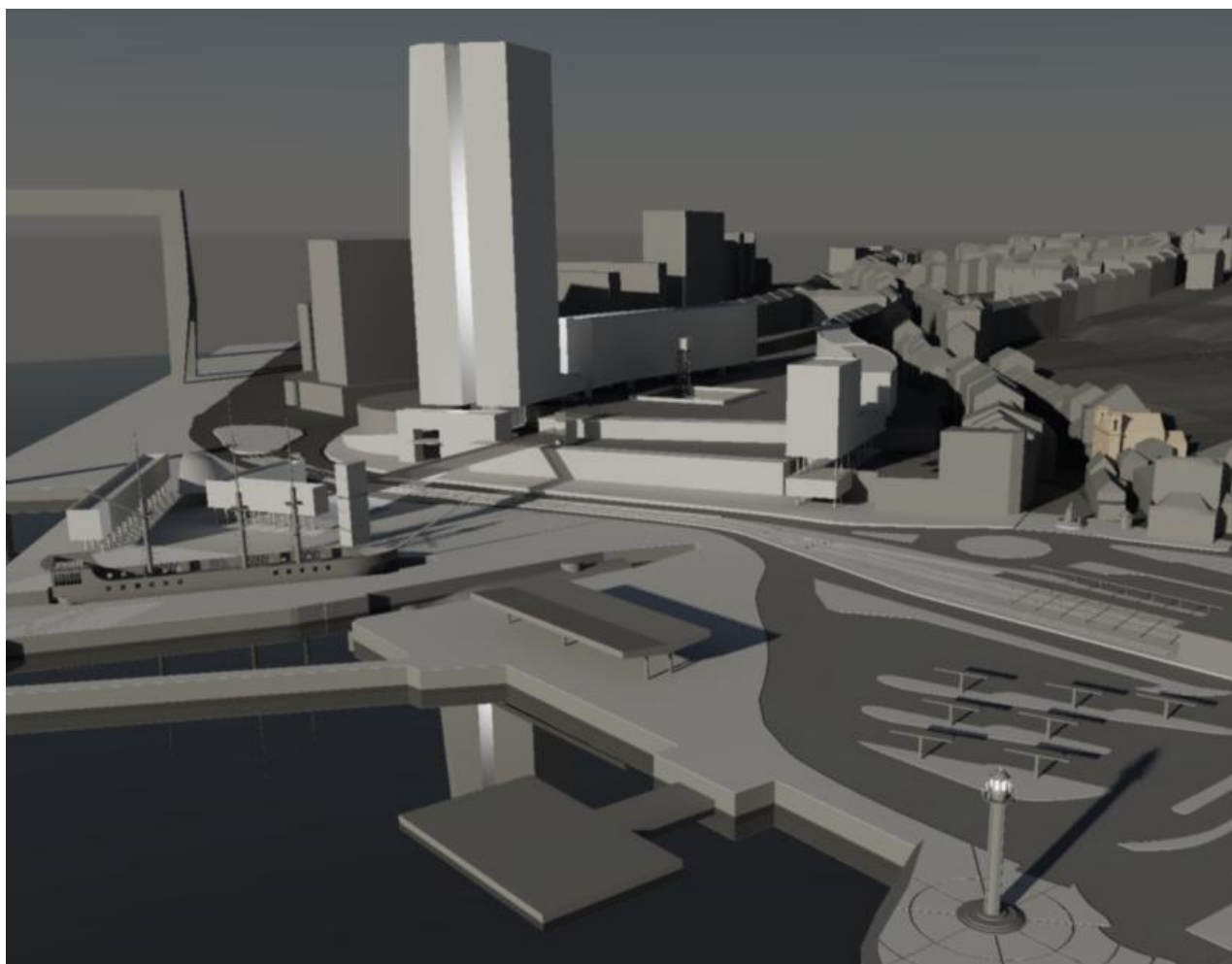




CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

PLANO DE PORMENOR DE REABILITAÇÃO¹ URBANA E FUNCIONAL DE CACILHAS

RELATÓRIO



© ABRIL 2013

¹ Designação do plano constante no Edital n.º 1070/2009, de 14 de Outubro, do Município de Almada, publicado no D.R., 2ª série-n.º 209, de 29 de Outubro de 2009

CONSTITUIÇÃO DO PPRUFC ART. 92º, D.L. Nº 46/2009, DE 20 DE FEVEREIRO

1. O PPRUFC é constituído pelas seguintes peças escritas e desenhadas:
 - a) Regulamento;
 - b) Planta de Condicionantes à escala 1:1000;
 - c) Planta de Implantação à escala 1:1000.
2. O PPRUFC é acompanhado pelos seguintes elementos:
 - a) Relatório;
 - b) Programa de Execução e Plano de Financiamento;
 - c) Extractos do regulamento, das plantas de ordenamento e de condicionantes do PDM;
 - d) Planta da Divisão Cadastral Existente, escala 1:1000;
 - e) Planta do Cadastro Existente, Estatuto das Propriedades Municipais, escala 1:1000;
 - f) Planta de sobreposição da divisão cadastral existente e do parcelamento proposto, escala 1:1000;
 - g) Planta com as áreas de cedência para o domínio municipal, escala 1:1000;
 - h) Planta de Localização, escala 1:2000;
 - i) Planta de Enquadramento, escala 1:10000;
 - j) Planta da Situação Existente, escala 1:1000;
 - k) Planta de Apresentação, escala 1:1000;
 - l) Planta de Modelação do Terreno, escala 1:1000;
 - m) Planta das Infra-estruturas rodoviárias, escala 1:1000;
 - n) Plantas dos traçados das redes de infra-estruturas, escala 1:1000;
 - o) Perfis projetados , escala 1:1000;
 - p) Perfis Longitudinais dos Arruamentos, escala 1:1000;
 - q) Planta dos espaços exteriores e espaços verdes de utilização pública, escala 1:1000;
 - r) Planta das Unidades de Execução, escala 1:1000;
 - s) Planta de compromissos - licenças ou autorizações de operações urbanísticas, escala 1:1000;
 - t) Planta de demolições, escala 1:1000;
 - u) Planta de Zonas Inundáveis, escala 1:1000;
 - v) Planta de Ruído, escala 1:1000;
 - w) Estudo tridimensional;
 - x) Relatório da recolha de dados acústicos;
 - y) Ficha de dados estatísticos da DGOTDU.

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO
2. ÁREA DE INTERVENÇÃO
3. CADASTRO DA PROPRIEDADE EXISTENTE
4. POTENCIALIDADES – CONSTRANGIMENTOS
5. TERMOS DE REFERÊNCIA E OBJECTIVOS DAS ENTIDADES PROMOTORAS DO PLANO
6. ESTRATÉGIA
7. EVOLUÇÃO DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA
8. PROPOSTA DE PLANO
 - 8.1. Desenho Urbano
 - 8.2. Conformidade da Proposta de Plano com o Plano Diretor Municipal
 - 8.3. Conformidade com o Regulamento Geral do Ruído (RGR)
 - 8.4. Identificação e Regulamentação das Áreas inseridas na Estrutura Ecológica Municipal
 - 8.5. Unidades de Execução
 - 8.6. Equipamentos e Espaços Verdes
 - 8.7. Estacionamentos
9. ESPAÇO PÚBLICO E PAISAGISMO
10. MODELO DE ACESSIBILIDADES
 - 10.1. Infraestruturas Portuárias
 - 10.2. Infraestruturas Rodoviárias
 - 10.3. Infraestruturas Ferroviárias
 - 10.4. Percursos Cicláveis
11. INFRA ESTRUTURAS URBANÍSTICAS
 - 11.1. Rede de Abastecimento de Água
 - 11.2. Infraestruturas de Águas de residuais domésticas
 - 11.3. Infraestruturas de águas residuais pluviais
 - 11.4. Infraestruturas de gás
 - 11.5. infraestruturas de energia eléctrica
 - 11.6. infraestruturas de telecomunicações
 - 11.7. infraestruturas de iluminação pública e mobiliário urbano
12. GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA ENQUADRANTES
- Anexo I – Isenção de avaliação ambiental estratégica
- Anexo II – Caracterização Patrimonial
- Anexo III – Ficha técnica

1. ENQUADRAMENTO

O Programa Preliminar do Concurso realizado em 1998, caracterizou a “zona de Cacilhas como um espaço de referência na Área Metropolitana de Lisboa, pela função de importante interface rodo-fluvial”, e ainda “enquanto espaço de lazer das populações de Lisboa e de Almada, na continuidade da utilização lúdica do Cais do Ginjal”. O Estudo Prévio, mantém este quadro de referência, na consideração dos Termos de Referência publicados, com actualizações programáticas.

Consolidado o interface de transportes, onde sobressai o modo metropolitano de superfície (MST), no Estudo Prévio, consideraram-se no princípio três cenários, na base os mesmos parâmetros urbanísticos.

Cacilhas, é sem dúvida, um espaço de referência e de grande centralidade, na Área Metropolitana de Lisboa. Desde sempre, esta importância geográfica, foi reforçada pela proximidade de Lisboa e pela função de importante interface, antes rodo-fluvial, hoje ferro-rodo-fluvial. Neste contexto perene, Cacilhas pode ser também um espaço de lazer (em conjunto com a utilização da zona do Ginjal, e com o prolongamento a Almada Nascente, num cenário ribeirinho de elevada qualidade paisagística), que ultrapassa o próprio sítio. Cacilhas é assim definida com um “uso motor” indiferenciado, com potencialidade de se constituir como **“ponto de encontro”** e **“porta do Rio”** da margem Sul do Rio Tejo.



O interface multimodal, a área histórica e os parâmetros urbanísticos de edificabilidade do Plano Director Municipal de Almada foram os condicionantes base da solução urbanística apresentada, mantendo-se quase inalteráveis os princípios gerais de composição urbana, desde a solução vencedora do concurso, mau grado as óbvias indefinições que o “nosso” método de planeamento gera e outros.

2. ÁREA DE INTERVENÇÃO

O Plano Director Municipal de Almada (PDMA) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/97, publicada no D.R. I Série B, n.º 11, de 14 de Janeiro de 1997, delimitou as classes de Espaço Urbano Consolidado (correspondente à área do “morro”) e de Espaço Terciário Não Programado (correspondente à área do Largo Alfredo Diniz e propriedade dos antigos estaleiros da Parry & Son) e a área de Interface (a que corresponde o Largo Alfredo Diniz).

A área de intervenção definida nos Termos de Referência integra-se na “UNOP 1 – Almada Nascente, localiza-se na freguesia de Cacilhas, abrange uma superfície de 10,3 ha e tem como limites: a Norte, o Rio Tejo e o centro histórico de Cacilhas; a Sul a Avenida 25 de Abril e a área do Plano de Urbanização de Almada Nascente; a Poente, o núcleo histórico de Cacilhas, a Rua Comandante António Feio e a Rua Cândido dos Reis e a Nascente o rio Tejo”.

Distinguem-se três zonas funcionalmente distintas, com situações urbanas diferenciadas, muito embora interdependentes:

LARGO ALFREDO DINIZ

Foi outrora praia, actualmente corresponde a uma área ocupada pelo interface multimodal, por actividades terciárias, estacionamento público e pelas docas históricas (ex-estaleiros de reparação naval da “Parry & Son”), numa das quais reside a fragata D. Fernando II e Glória. Tem potencialidade para se constituir como importante praça pública aberta ao Tejo e virada também para Lisboa, dando ligação ao importante percurso ribeirinho do Ginjal.



NÚCLEO HISTÓRICO

Com uma morfologia urbana peculiar, característica destes espaços urbanos, com eixos de ligação à “plataforma” do Largo Alfredo Diniz, o qual se constitui nesta relação como um “embasamento”; esses eixos são a Rua Carvalho Freirinha e a Rua Cândido dos Reis. Limitado pelo Ginjal, Rua Carvalho Freirinha e Rua Cândido dos Reis, com uso habitacional e comercial.

Para o “núcleo histórico” a Autarquia encontra-se a desenvolver uma operação específica de reabilitação urbana (ARU de Cacilhas), conforme Edital n.º 446/2011 do Município de Almada publicado no Diário da República, 2.ª série – n.º 94, de 16 de Maio de 2011, que em parte abrange a área de intervenção do PPRUFC.

Toda a informação produzida desde 1999 no âmbito da elaboração do plano, (levantamentos dos edifícios existentes e respectiva análise arquitectónica); foi inventariada através de uma ficha de inventário (83 fichas), para todos os edifícios, com diagnóstico, número de pisos, valor arquitectónico e estado de conservação.



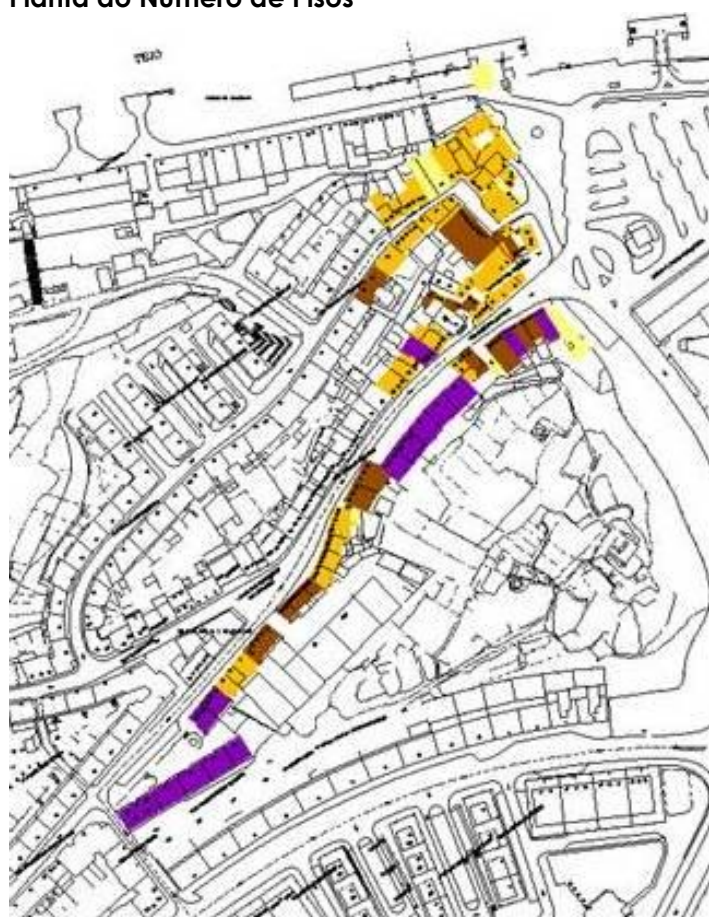
Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas
Fonte: CMA

Planta do Estado de Conservação



Bom	■	Obras de Conservação
Razoável	■	Obras de Beneficiação
Mau	■	Obras de Recuperação

Planta do Número de Pisos



■	1 Piso
■	2 Pisos
■	3 Pisos
■	4 Pisos

Planta do Valor Arquitectónico



Edifícios e Conjuntos Peculiares

“MORRO”

Remanescência topográfica de um promontório, limitado pelas construções da Av. 25 de Abril, da Rua Frei Bernardo de Brito e da Rua Cândido dos Reis/Largo dos Bombeiros Voluntários / Rua Comandante António Feio. Espaço residual/logradouro, com estacionamento automóvel e actividades de carácter industrial obsoletas e hoje incompatíveis; ocupa uma posição sobranceira sobre o Largo Alfredo Diniz, com vista sobre o estuário e a cidade de Lisboa. Relaciona-se topograficamente com este largo, através de um talude de terreno de forte pendente. Os edifícios outrora construídos na Av. 25 de Abril, estão inconvenientemente “encostados” ao talude então criado com a abertura daquela via, que abriu frentes de urbanização no final da década de cinquenta do século passado. A cota altimétrica máxima é de 30,00 metros.



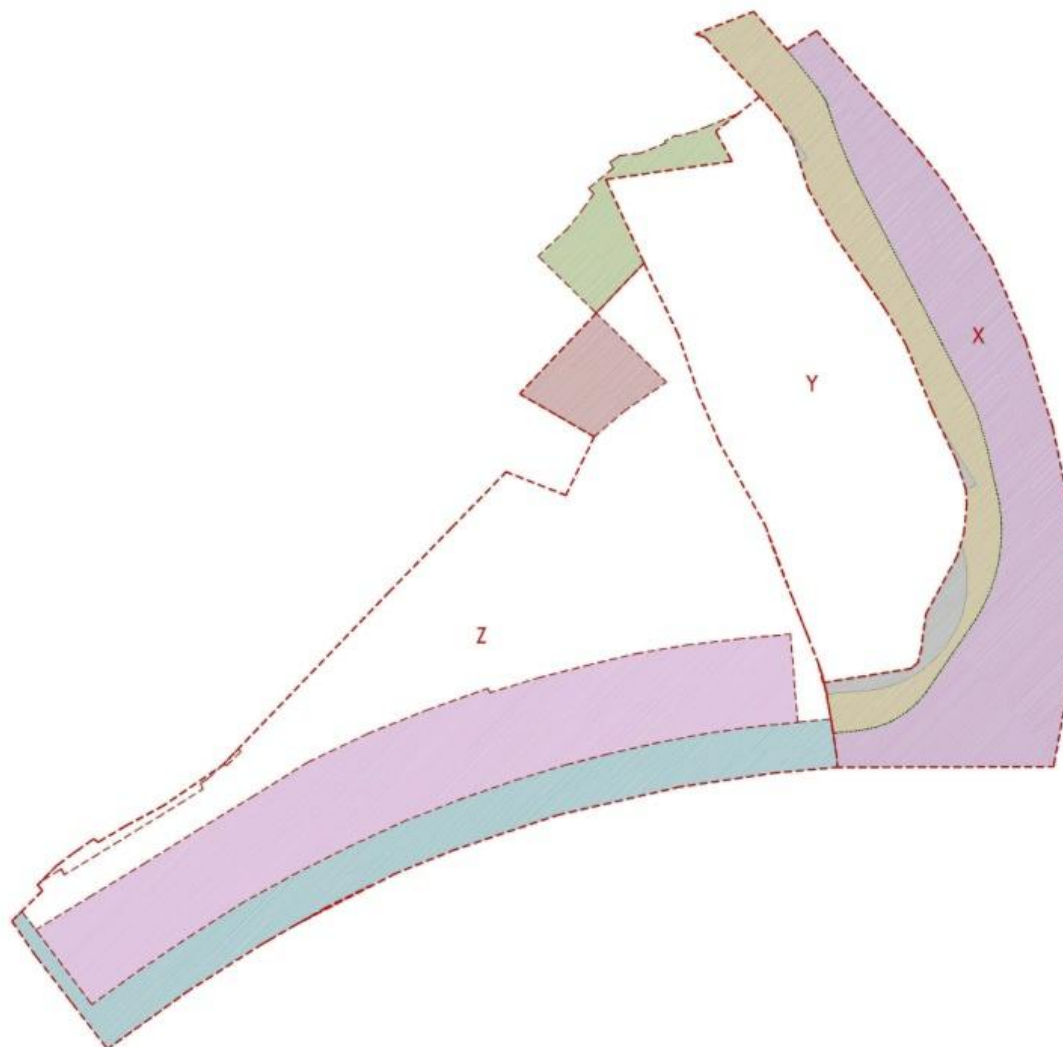
3. CADASTRO DA PROPRIEDADE EXISTENTE





B – C – D – E – F – G – Propriedades privadas

Planta de rectificação e actualização dos limites geométricos da propriedade municipal, conforme o respectivo estatuto, para determinação do valor da área sobre o qual incide a aplicação do parâmetro urbanístico para determinação da edificabilidade



ÁREAS DE PROPRIEDADE – CLASSE DE ESPAÇO RPDM – DIREITOS DE CONSTRUÇÃO



	PROPRIETÁRIO	USO PDM	ÁREA PROPRIEDADE (m²)	ÍNDICE BRUTO (I.B.)	MAJORAÇÃO PPRUF C	DIREITO MÁX. PPRUF C (m²)	
A	MUNICÍPIO	URBANO CONSOLIDADO	25 638,50	0,5 Art.º 91º (RPDM)	15% Art.º92º (RPDM)	14 742,00	
C	FERREIRA DE ALMEIDA		3 912,75			2 250,00	
D	FERNANDO ROCHA		1 811,60			1 042,00	
E	FERNANDO FERREIRA		1 467,13			844,00	
F	PARTICULAR		459,88			264,00	
G	PARTICULAR		183,66			106,00	
PARCIAL			33 473,52	0,5			19 248,00
B	AGII, SGII,SA	TERCIÁRIO NÃO PROGRAMADO	18 211,60	0,7 Art.º 91º Art.º108º (RPDM)			14 660,00
TOTAL						33 908,00	

Nota: Valor do direito máximo arredondado às unidades
Cálculo da majoração: área terreno x I.B. x 1,15 = área edificável

No cálculo da edificabilidade do PPRUFC, para as parcelas localizadas em Espaço Urbano Consolidado aplica-se o artigo 91.º do RPDM, e para as parcelas localizadas em Espaço

Terciário, o mesmo artigo 91.º conjugado com o artigo 108º. Excetua-se desta aplicação a parcela existente onde se localiza a agência da Caixa Geral de Depósitos (início da Rua Cândido dos Reis), aplicando-se o valor modal.

Ainda se considera no cálculo, a aplicação do artigo 92º, que permite uma majoração de 15% sobre o valor calculado, em consideração da realização do plano de pormenor.

4. POTENCIALIDADES – CONSTRANGIMENTOS

Cacilhas tem uma posição estratégica e privilegiada no contexto do Concelho de Almada e dos outros concelhos da margem Sul do Tejo que integram a Área Metropolitana de Lisboa:

- Enquanto margem fluvial, constitui a panorâmica urbana mais observada a Sul;
- Enquanto espaço público, constitui a “sala de visitas” da cidade da margem Sul.

No sistema territorial da região de Lisboa e do Vale do Tejo, Cacilhas ocupa assim, uma posição preponderante e singular no estuário, sendo uma referência na Área Metropolitana de Lisboa.

Mas nesta posição singular de Cacilhas relativamente ao sistema urbano envolvente do estuário, reside também, o principal constrangimento, consequência da pressão local dos actuais “rebatimentos” e confluência dos diversos modos de transporte, sobre o transporte fluvial. Efectivamente, o facto do “rebatimento” dos movimentos pendulares que utilizam a navegação fluvial nas travessias quotidianas se realizar predominantemente ainda por modo rodoviário, traduziu-se na ocupação praticamente total de todo o espaço da Praça Alfredo Diniz, com os cais de autocarros, os circuitos de embarque dos veículos ligeiros e os desagradáveis estacionamento, potenciando uma situação ambiental e urbanística degradada, agravada com a degradação visual da paisagem urbana, e do terreno vago do “morro”, factos que retiram possibilidades de fruição, muito embora se trata de espaços com excelentes potencialidades.

O Plano Director Municipal de Almada estabeleceu para a Frente Ribeirinha Ginjal/Cacilhas, “uma vocação dominante de recreio e lazer, associada a situações de comércio e serviços”. Para a implementação destas opções, a qualificação urbana e funcional da área de intervenção, faz-se através de soluções que articulem as diversas actividades nela já existentes², com outras a criar, integradas, de recreio e lazer, de serviços, de comércio e de habitação.

O índice de dependência global na última década, diminuiu significativamente no Concelho de Almada³. A situação hoje é bem diferente da situação de 1998, quando foi adjudicado o Plano de Pormenor. Esta nova situação transformou radicalmente a cidade (e o concelho), conferindo-lhe um dinamismo significativo da actividade económica, designadamente no sector

² “Genius Loci”, memória do sítio, etc.

³ A construção da 1.ª travessia rodoviária (Ponte “25 de Abril”) em 1966 já tinha potenciado este processo, assim como a existência de habitações de menor custo provocaram a saída de populações de Lisboa para Almada, baseadas numa expectativa de que viver em Almada era pouco mais ou menos como viver no centro da cidade de Lisboa, dada a proximidade temporal; mas o rápido crescimento de tráfego verificado entre as duas margens em todos os meios de transporte, depressa desfez estas expectativas, situação que nos dias de hoje se começa a inverter, porque a cidade experimenta agora um processo de se virar para si própria (quebrando progressivamente a dependência do exterior, leia-se “de Lisboa”), uma forma de manter os residentes no Concelho e, se possível, atrair outros para o seu seio.

terciário do comércio e do lazer, e do ensino universitário⁴. Várias são as iniciativas neste sentido, actualmente diversificadas quer sob o ponto de vista temático, quer espacialmente, que estão a começar a "obrigar" as pessoas a deslocarem-se a Almada: desde as várias formas de lazer inseridas na área da Costa da Caparica possuindo um cariz próprio, até ao desenvolvimento de actividades culturais na Cidade, que na senda da sua própria tradição, detém hoje, indubitavelmente, traços distintivos, com relevo para o Teatro, a recuperação de velhas tertúlias e a dinamização cultural e artística. Almada constitui assim, hoje, um polo muito atrativo no contexto da Área Metropolitana de Lisboa. Refere-se por vezes que é a outra margem de Lisboa; só não o é, porque o Rio Tejo embora seja o "centro histórico" da área metropolitana, é um "mar interior". Mas arrisca-se a tese, que viver hoje em Almada, mais concretamente, residir em Cacilhas, significa viver no "centro" de Lisboa. Donde que, esta potencialidade deve ser aproveitada.

As lacunas e carências representam portanto, oportunidades para o investimento e a dinamização urbana em Cacilhas:

- Área histórica da cidade, característica que só por si a valoriza;
- Implantação de lugares e estabelecimentos cujos nomes permanecem na memória colectiva (Ginjal, etc.);
- Interface multimodal com uma densidade de utilização que o coloca nos primeiros lugares do país: mais de 80000 passageiros por dia e de 10000 na hora de ponta da manhã; estes milhares de pessoas ainda se sentem urbanisticamente "*mal instaladas*" dada a pequenez dos espaços disponíveis e a diminuta variedade de ocupações possíveis;
- Por Cacilhas passa uma boa parte da história de Almada e do próprio Rio Tejo; estas memórias não são aproveitadas como mais-valia para o sítio, mantendo-se a desconformidade urbanística provocada por adição de soluções avulsas.

De entre os espaços urbanos existentes, aqueles onde quotidianamente as populações mais se movem – de que Cacilhas é um excelente exemplo – transportam consigo dinâmicas sociais diversas, mas entrosadas num certo contexto temporal. Ao contrário do que se possa pensar, a lógica de consumo, enquanto prática de lazer, não se move exclusivamente no pressuposto de que a compra está dependente das características do produto ou das características do consumidor. Se assim fosse, o consumo estaria apenas associado às características e símbolos que um produto encerra, e seria um "consumo de classe". Levar-nos-ia a concluir que existem "consumos de classe", no sentido de que há bens e serviços cuja comercialização está indexada a variáveis sociodemográfica e socioeconómica; daqui até à tentativa de identificar, por exemplo, o comércio tradicional de Cacilhas com os estratos sociais de menor poder

⁴ A presença no concelho, de relevantes estabelecimentos universitários, veio apoiar e potenciar ainda mais a tendência referida, criando à cidade novas responsabilidades, designadamente no que se refere à fixação de residência da população estudantil.

económico, porque é um “comércio pobre”⁵, sendo o comércio moderno com as restantes classes, seria um passo que corresponderia à falência daquele primeiro tipo de comércio. Cacilhas pode ser o paradigma que contraria esta tese.

É claro que:

- A proliferação de estabelecimentos comerciais, de serviços e de lazer de diferentes tipos numa mesma zona,
- A descaracterização das actividades nela implantadas (por vezes nada tendo de tradicional, personalizadas ou com elevada qualidade),
- A não adequação das edificações onde estão instalados os estabelecimentos, às características históricas da zona, ou a sua desqualificação, são factores que abonam em favor daquela interpretação e que provocam maior “crise” naquelas actividades, impedindo-as de reagir, e provocando também uma maior desqualificação do espaço urbano.

Noutro tempo, o “*ir às compras*” constituía como que uma obrigação; hoje trata-se de uma actividade de lazer, desde que se existam três condições básicas:

- Ambiente cultural associado à respectiva envolvente urbana dos locais onde se fazem compras⁶;
- Qualidade nas actividades que exercem a função de atractividade do local (comércio, serviços, lazer); desenvolver estabelecimentos rasgados, com boa visibilidade e apresentação;
- Ambiente de “*quem vai ver quem anda às compras, a frequentar os bares/restaurantes ou apanhar/chegar de barco*”, isto é, espaços onde seja possível apreciar o inebriante ambiente vivo do movimentado das pessoas, com a criação de boas esplanadas e locais públicos de observação.

Em Cacilhas, encontram-se e podem-se criar, formas de consumo transversais às várias camadas sociais (portanto muito mais abrangente), aniquilando a noção de “*consumo de classe*”. Assim, far-se-á depender o consumo, não só de valores utilitários e simbólicos, mas prioritariamente de factores emotivos e integradores de uma determinada situação. Por outras palavras, os produtos e serviços são vendidos principalmente pela forma inimitável do ambiente em que são comercializados e pela forma como o consumidor é sensível a esse ambiente. A disposição espacial desta tipologia de serviços (comércio e lazer, em ambos os casos assumindo formas tradicionais, personalizadas e de elevada qualidade), em conjunto com outras actividades sociais e económicas (com destaque para as ligadas à Cultura, ao Ambiente e ao Turismo) e

⁵ As lojas de Metro são o exemplo típico do consumo “interclassista”, muito evidente nas cidades europeias, significativo no quotidiano pendular e local.

⁶ A “cultura é economia”; no consumo, ou melhor, no “*ir às compras*”, ou no “*ir ao bar*”, ou no “*ir participar numa refeição com amigos*”, é necessário jogar com a forte emotividade e a disciplina que os lugares públicos em geral, e os históricos em especial, exercem sobre as pessoas;

com formas de habitação integradas nos ambientes criados, constitui um modo de consolidação das relações urbanas, interferindo na mobilidade, na especialização funcional, na localização e crescimento das infra-estruturas e equipamentos.

Cacilhas possui boas condições para garantir que o ir às compras ou ao bar/restaurante, possa ser um acto de lazer. Diferente necessariamente, daquele que se respira nos grandes centros urbanos ou nas grandes superfícies de comércio. Contudo, torna-se necessário introduzir a componente da animação que poderá desempenhar um relevante papel no desenvolvimento urbano-comercial.

Logicamente, o local tem que dispor de população residente, porque o lazer não é uma prática exclusiva do turista ou do visitante⁷, e tem de ser “contíguo” com a apropriação do espaço dos residentes actuais e futuros. Por isso, também as opções de habitação, quer seja na construção nova, quer seja na reabilitação arquitectónica, têm de conter soluções desenhadas, que atribuam também a função complementar do comércio e do lazer.

Com tudo isto Cacilhas pode ser o novo paradigma, porque tem o “espírito do lugar”, em que o comércio, a indústria do lazer e os transportes, explicam a dinâmica local. A reabilitação do espaço público e a oferta de comércio, de serviços e de habitação, permitirão rejuvenescer o tecido demográfico.

Faz assim sentido, que se aproveitem todos os eventos da cidade, de animação, culturais e recreativos, para atrair pessoas ao sítio, estendendo de forma especial esses eventos a Cacilhas, privilegiando a convivialidade e a sociabilidade, permitindo ao mesmo tempo a conjugação das virtualidades da área histórica com as de centro de lazer e cultura.

A existência de um cadastro de propriedade muito simples, com 50% de terreno municipal, permite criar uma solução flexível e de grau de adaptabilidade conveniente. Existem apenas quatro propriedades privadas em terreno de possível edificação.

A área de intervenção, tem relações com a envolvente próxima, as quais se levam em consideração: Almada Nascente, Avenida 25 de Abril, Cais do Ginjal, eixos da Rua Cândido dos Reis e da Rua Carvalho Freirinha, Quinta do Almaraz, Almada/Castelo.

⁷ A experiência mostra, que quando se insiste em programas exclusivamente para turistas ou visitantes, cai-se na rotina, na banalização e na massificação.

5. TERMOS DE REFERÊNCIA

OBJECTIVOS DAS ENTIDADES PROMOTORAS DO PLANO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Considerando os Termos de Referência, podem-se sintetizar os seguintes objectivos:

- a) Obter um documento enquadrado na legislação em vigor (plano de pormenor/regulamento administrativo) que defina as regras de uso e transformação do solo para a área de intervenção, e promova as acções urbanísticas definidas, integrando-o nas soluções urbanísticas da envolvente próxima: Cais do Ginjal, Quinta do Almaraz, Almada/Castelo e Almada Nascente/Margueira.
- b) Solução urbanística que atenua a presença dos edifícios de fraca ou muito fraca qualidade arquitectónica, conseguindo, por um lado, a sua amenização através de interposição visual, e por outro, criando significados/símbolos arquitectónicos, e a constituição de um novo "sky-line", fazendo a transição das escalas do núcleo histórico e da futura zona urbanizada de Almada Nascente/Margueira.
- c) Preservar e valorizar o núcleo histórico de Cacilhas, e garantir uma imagem urbanística e arquitectónica de excelente qualidade.
- d) Preservar e valorizar as docas históricas e o património arqueológico.
- e) Libertar o espaço do Largo Alfredo Diniz, possibilitando a fruição de vistas sem obstáculos construídos e permitindo boa acessibilidade ao percurso ribeirinho do Ginjal, e ao percurso de ligação à Praça 13 do Plano de Urbanização de Almada Nascente.
- f) Garantir o estacionamento estritamente necessário às funções a criar e a qualificar, o estacionamento dos transportes públicos, tendo presentes os parâmetros aconselháveis para o estacionamento do transporte privado.
- g) Integrar as operações urbanísticas em curso na área de intervenção, designadamente a operação de reabilitação urbana da Rua Cândido dos Reis (ARU de Cacilhas).

AGII (EDIFÍCIOS ATLÂNTICO S.A.)

Proprietário dos terrenos onde se implantavam os estaleiros da "Parry & Son" e das "docas históricas" de reparação naval. Na consideração dos termos de referência, pretende-se garantir os direitos de edificabilidade, correspondente à área dos terrenos da "Parry & Son".

Promotor para a realização do projecto de plano, em consórcio (90%) com a Câmara Municipal de Almada (10%), potenciador da operação urbanística, que já permitiu que se utilizassem os terrenos de sua propriedade para:

- Espaço público, estacionamentos e construção do terminal MST.
- Sediamento da Fragata D. Fernando II e Glória e do submergível NRP "Barracuda" nas "docas históricas".

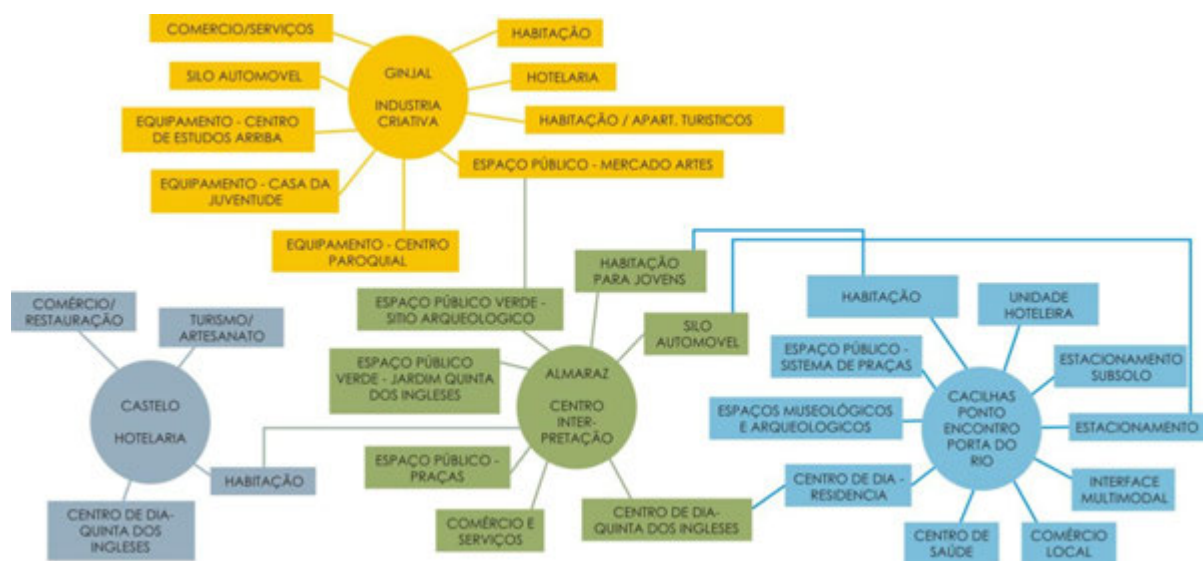
6. ESTRATÉGIA

COMPONENTES ESTRATÉGICAS

(Método: "ESTUDO DE ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E SUBSEQUENTE PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DO ALMARAZ", PPST arquitectura Lda.)

COMPONENTES		DEBILIDADES	POTENCIALIDADES
ACESSIBILIDADE	REDE VIÁRIA		A2-IC20-EN10 Av. 25 de Abril, eixo Nascente C. Piedade
	INTERFACE FLUVIAL	Fraca qualidade	Ligação a Lisboa
	TERMINAIS RODOVIÁRIOS	Concorrência M.S.T.	Ligação EN10
	M.S.T.		Excelente acessibilidade, Redução T. Rodoviário
	ESTACIONAMENTOS	Distância local	Topografia
	PEÕES E CICLOVIAS		Ligação: EN10 – Margueira, Ginjal
ATRATIVIDADE	RIO		Fruição paisagística e ambiental
	CULTURA	Subaproveitamento	Associativismo cultural forte património arqueológico e industrial. Proximidade Quinta de Almaraz
	ALMADA CIDADE		Actividades, bens e serviços próximos
	UNIVERSIDADE		Ensino Universitário próximo
	MARINHA	Orçamento	Docas históricas. Dinâmica nível nacional.
	CAIS	Degradação física	Excepcionalidade, identidade
GEOCLIMA/ AMBIENTE	GEOMORFOLOGIA	"Morro"	Favorece solução urbanística
	VENTOS	Ensombreamento	Correcção do "morro"
	AR		Sem poluição atmosférica
	ÁGUA		Não contaminada
	RUÍDO	Transportes	MST diminui ruído
SOCIAIS	RESIDENTES	Variação negativa com decréscimo acentuado	Dinamismo cultural Centro de Dia. Aptidão habitacional
	ESTRUTURA ETÁRIA	Envelhecimento população residente, embora não seja o padrão mais elevado do Concelho	Possibilidade de rejuvenescimento com a introdução de habitação
	EDUCAÇÃO	Inferior	Proximidade de Universidade. Terreno para escola.
	EMPREGO	População residente não activa significativa	Comércio e serviços – Dinâmica
URBANISMO	CONSERVAÇÃO EDIFICADO	Cais do Ginjal Decadência parque habitacional	Boas condições para reabilitação
	INFRAESTRUTURAS		Possível reforço
	ESPAÇOS PÚBLICOS		Base da composição urbana
	CADASTRO PROPRIEDADE		Simples e livre (4 proprietários) 50% municipal
	PLANOS		Almada Nascente e Ginjal adjacentes

ESQUEMA FUNCIONAL DE USOS MOTORES E ASSOCIADOS EM CACILHAS E NA ENVOLVENTE PRÓXIMA



PLANOS NA ENVOLVENTE PRÓXIMA DE CACILHAS



-  LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E FUNCIONAL DE CACILHAS
-  LIMITE DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA
RUA CANDIDO DOS REIS
RUA COMANDANTE ANTÓNIO FEIO
-  LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR - QUINTA DO ALMARAZ
-  LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ALMADA NASCENTE
-  LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO CAIS DO GINJAL

COMPONENTES ESTRATÉGICAS E RELAÇÃO COM OS PLANOS DA ENVOLVENTE PRÓXIMA

 PLANO DE PORMENOR DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E FUNCIONAL DE CACILHAS ESTRATÉGIA E RELAÇÃO COM OS ESTUDOS DA ENVOLVENTE PRÓXIMA (fonte e método: "ESTUDO DE ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E SUBSEQUENTE PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DO ALMARAZ - CONCLUSÃO"; IPST architecture (s.a.))					
POTENCIALIDADES	QUINTA DO ALMARAZ	CAIS DO GINJAL	AIMADA / CASTELO	MARGUEIRA / AIMADA NASCENTE	CACILHAS
	-Espólio Arqueológico de importância supramunicipal, colonização fenícia. -Vistas amplas de elevado valor cénico e paisagístico sobre Lisboa e estuário.	-Local onde se vê de propósito; vista privilegiada... -Características únicas morfológicas e paisagísticas. -Tradição de posseio "a ver Lisboa". -Identidade patrimonial forte, memória local, arquitectura industrial. -Localização geoestratégica privilegiada próxima do centro de Lisboa, com o interface multimodal próximo, e localização geoestratégica privilegiada no contexto AML. -Recreio, lazer, turismo. -Continuação a Cacilhas.	-Singularidade e elevada vista paisagística. -Cota mais elevada e de mais ampla vista. -Excelentes insolação e ventilação. Castelo. -Integrado no tecido urbano de Almada Velha. -Comércio e restauração próximos.		-Posição estratégica privilegiada. -Espaço de referência na AML e singular no sistema urbano envolvente do estuário. -Função paisagística. -Topografia. -Escala e morfologia urbana. -Cultura / colectividades.
PROBLEMAS	-Expectante -Degradação do Espólio Arqueológico desde 2003. -Infraestruturas urbanas com limitações. -Deficiente acessibilidade e barreiras físicas à mobilidade. -Falta de aproveitamento do espaço físico. -Envolvente urbana desqualificada, sem equipamentos e em declínio socio-económico. -População envelhecida.	-Ambiente degradado e inseguro. -Acessibilidades limitadas e difíceis. -Efeito de isolamento. -Efeito barreira topográfico. -Edifício degradado. -Infraestruturas urbanísticas existentes e/ou insuficientes. -Edifícios colapsados, principalmente na 2ª linha da frente ribeirinha. -Espaço urbano sem vitalização, não permanência. -Condições atmosféricas desfavoráveis.	-Espaço inacessível... e semi-estuturado. -Instalações ocupadas pela GNR e descharacterizadas. -Presença de construções e instalações de apoio a uma muito desqualificadas. -Fracca acessibilidade rodoviária e insuficiente estacionamento.		-Pressão dos reabilitamentos dos transportes e movimentos pendulares. -Ambiente urbano/paisagem urbana degradada. -Topografia. -Degradação física dos edifícios e contrangimentos à respectiva salvaguarda e reabilitação. -Acessibilidades.
AMEAÇAS		-Terreno entre as cotas 0,00 e 80,00 sem aplicação edificatória. -Proximidade do futuro complexo habitacional da Margueira. -Competição com áreas habitacionais da Margueira.	-Existência de conflitos sociais resultantes da presença de bares e locais de diversão nocturnos. -Envolvente urbana em declínio sócio-económico. -População envelhecida, edificado em mau estado de conservação e/ou descharacterizado, comércio tradicional desvitalizado. -Grande instabilidade da arriba devido a processos geomorfológicos activos, nomeadamente drenagens fluviais não corrigidas.	-Degradação edificatória e paisagística -Morro -Recessão comercial	
OPORTUNIDADES	-Propriedade exclusiva municipal. -Valor patrimonial dos edifícios da Quinta dos Ingleses e da Quinta do Almaraz. -Escavações arqueológicas diminutas e respectiva musealização deficiente. -Em vias de classificação pelo IGESPAR. -Integração numa rede de sítios arqueológicos de Almada: Salgaiteiras Romanas, Castelo Mourisco. -Conteúdo e investigação do património arqueológico. -Condições favoráveis para criação de espaços verdes e equipamentos cívicos.	-Edifícios de forte presença na 1ª linha com altos péis- direitos, razoável estudo. -Existência de melhores condições de vivência em fachadas a sul. -Sem pressão imobiliária. -Proximidade ao Centro de Lisboa e ao Campus Universitário.			-50% de terrenos de propriedade municipal. -4 proprietários de terrenos com aplicação edificatória. -Possível exemplaridade do modelo. -Metro Terceiro do Poço.

O USO MOTOR

“Ponto de Encontro” / “Porta do Rio”

Atrair ao sítio o maior número possível de pessoas, habitantes ou não de Almada, através de uma imagem de diferença, para o que é necessário criar um ambiente propício à permanente actualização das grandes motivações que levam as pessoas a deslocar-se a Cacilhas, a saber:

- Património histórico e cultural
- Comércio vivo e ocupações de lazer diversificadas
- Emprego
- Residência
- Fruição da paisagem
- Transportes colectivos

Conseguida a atracção das pessoas (lembre-se, mais uma vez, que muitas delas vão lá obrigatoriamente, o que constitui mais uma razão para se procurar minimizar essa carga psicológica negativa da "obrigatoriedade"), surpreendê-las com a variedade, mas sobretudo com a qualidade, de outra oferta de bens e serviços complementares daquela a que as pessoas estão normalmente habituadas, fazendo-os prolongar a sua permanência.

Finalmente, é necessário fazer perdurar este ambiente, o que implica introduzir um conjunto de acções de animação (cultural, desportiva, e turística), para além da criação de pontos de encontro e convívio capazes de “gravar” no utente uma imagem inesquecível e ainda mais marcante do sítio.



Perfil genérico do utente actual e potencial do sítio:

- Exigente na qualidade;
- Preferindo os produtos/serviços onde a oferta se encontra bem estruturada e organizada, mas ao mesmo tempo proporciona diversas opções de escolha (de horários, de locais, de meios de deslocação, de eventos);
- Procurando usufruir produtos/serviços definidos pelo critério da diferença, entre os quais figuram os produtos tradicionais, culturais ou relacionados com o ambiente, pretendendo assim os produtos/serviços personalizados, na busca de um prazer e um luxo discreto e sóbrio;
- Desejando cada vez mais que o acto de "sair de casa" dê prazer, seja de descontração e minimize o "stress", exigindo por isso um meio ambiente agradável, confortável, culturalmente evoluído e enraizado na urbanidade em que ele, como consumidor, também se sente inserido.

Tendo em conta este enquadramento, Cacilhas pode ser um sítio definido como **"ponto de encontro": espaço integrado em termos urbanos, dispondo de uma rede de acessibilidades adequada e de importância local e regional, associada a um sistema de transportes públicos e privados, garantindo o estacionamento, e onde o valor histórico e cultural do sítio, pode estabelecer um ambiente cultural diferenciador e uma permanente animação urbana e lúdica, que permita conjugar as virtualidades de área histórica ribeirinha, com as de centro de lazer, um espaço agradável de habitação, com as exigências modernas de instalação de empresas.**

Este conceito, traduz a relevância de um tipo de reabilitação, que apoiada na integração de diversas componentes, se transforma em elemento integrante da estrutura e cultura urbana, ao mesmo tempo que reflecte as dinâmicas sociais de cada momento. Mas tratando-se de um local privilegiado para a convivialidade e a sociabilidade, aquela reabilitação deve:

- Potenciar as vantagens detectadas no sítio para esse efeito (capacidade de atracção pelas várias motivações que possui: cultura, tradição, Rio Tejo, vista de Lisboa, interface de transportes, entre outras);
- Minimizar o impacte dos seus aspectos negativos (dificuldades de circulação e de estacionamento automóvel, mas também dificuldades derivadas da excessiva concentração humana), criando soluções alternativas e originais que substituam com vantagem aquelas carências.

COMPONENTES DO DESENHO URBANO E SUA FUNDAMENTAÇÃO

O conceito para Cacilhas, de "**ponto de encontro**" constitui, em termos de mercado, o suporte de integração das várias componentes, a saber:

- **Componente habitação**, com tipologias adequadas aos perfis dos potenciais utilizadores da zona, cujos residentes serão um dos principais agentes da animação da zona, na qual se incluem as intervenções de reabilitação sobre o património edificado. A habitação tem neste contexto, uma função de atracção de residentes para o local, capazes de participarem activamente na vivência do mesmo. Construção de fogos em edifícios exclusivamente vocacionados para a habitação, para comércio, criando-se assim condições para melhor garantir a segurança dos residentes, incluindo-se nas habitações o estacionamento automóvel privado, segundo os seguintes programas:
 - a) Promoção de habitação (aluguer e/ou aquisição) para jovens (preferencialmente com idades até 35 anos, estudantes universitários a frequentar os departamentos de universidades sediadas no concelho) a preços competitivos; tipologias alternativas.
 - b) Habitação mais exclusiva (por exemplo dirigida a pessoas para quem Cacilhas possa funcionar como o "escape" das grandes cidades), para consolidação demográfica, considerando a exclusividade do ambiente urbanístico-paisagístico gerado e a convivialidade e sociabilidade proporcionada pela proximidade da área histórica.
- **Componente comercial**, lojas preferencialmente implantadas nos locais de percurso (de pequena dimensão 50 a 70 m²), que "*aproveitam*" o fluxo de pessoas que permanentemente circula em Cacilhas, e potenciam mutuamente o comércio local pré-existente, que abrange quatro grupos:
 - a) **Comércio tradicional**, enquadrado no contexto de área histórica;
 - b) **Comércio de apoio aos residentes**, abrangendo não só o abastecimento alimentar e doméstico, mas também o fornecimento de produtos e serviços destinados à satisfação de necessidades quotidianas;
 - c) **Comércio onde prevalece a diferença, a exclusividade**, pelo tipo de produtos que comercializa (por exemplo, livrarias, lojas de música, lojas de produtos naturais e da natureza, antiguidades e velharias, lojas de "marca");
 - d) Estabelecimentos de **restauração e bebidas**.

Componente turística, relativa à previsão da requalificação de uma área histórica e da sua frente ribeirinha, através da valorização do espaço pedonal em articulação com o cais de Ginjal e Almada Nascente, a criação de um conjunto de espaços museológicos /culturais relacionados com aspectos intrínsecos de cariz histórico-marítimo, bem como actividades de animação, componentes estas que se enquadram nas linhas de orientação do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para a região metropolitana. Pretende-se aumentar o nível de qualidade urbana, ambiental e paisagística e potenciar o desenvolvimento do “citybreak” e de conteúdos tradicionais que possam constituir-se como fatores de diferenciação turística. O possível incremento da oferta de alojamento turístico em parcela de Usos Mistos, cuja localização e área disponível permitirá a instalação de um estabelecimento hoteleiro de categoria superior com capacidade para 120 a 180 unidades de alojamento, releva para o desenvolvimento e consolidação do produto turístico. Existem também condições para associar ao empreendimento outras valências dirigidas ao mercado de incentivos e congressos e estruturar a oferta, tornando-a mais sofisticada e enriquecer a experiência dos turistas fora das reuniões, através por exemplo do touring cultural e paisagístico (referem-se os eventos anuais como o Festival Internacional de Teatro de Almada ou o Festival de Música dos Capuchos) em articulação com o conhecimento da Área Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica e atividades de desporto de natureza.

- **Componente de acessibilidades**, relativa ao sistema de acessibilidades e transportes, às circulações internas da zona e ao estacionamento automóvel (público e privado); aumento das acessibilidades e das facilidades de circulação interna no local, de acordo com o “plano de acessibilidades” do município, bem como a criação de espaços destinados ao estacionamento automóvel, encontrando-se um equilíbrio entre as necessidades reais de estacionamento que Cacilhas vai sentir no futuro, e a tentação de criar uma oferta de tal forma elevada, que a zona passe a possuir capacidades de atração de estacionamento provocadores de efeitos negativos.
- **Componente de animação** urbana, cultural e de recreio/lazer, espaços museológicos: salgadeiras romanas; marinha portuguesa – fragata D. Fernando II e Glória, e submarino NRP “Barracuda”; arqueologia industrial –“Parry and Son”; “rianário”.

A intervenção, combina a zona de Cacilhas com as outras áreas, considerando-se as relações de interdependência, de complementaridade e de competição entre zonas, com os respectivos traços distintivos (Ginjal, Castelo, Almaraz, Plano de Urbanização de Almada Nascente).

7. EVOLUÇÃO DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA

7.1. PROGRAMA BASE E ESTUDOS PRELIMINARES

Em reunião de Câmara de 07/10/2009, foram aprovados novos termos de referência do PPRUFC, decorrentes das alterações legislativas ocorridas desde 1998, que obrigaram a reformulações de conteúdos e formatos do Plano e que determinaram “os pressupostos para a elaboração do Plano, o faseamento de trabalho e a base programática”, juntando-se as 1.ª e 2.ª fases, respectivamente dos “trabalhos preparatórios” e do “estudo prévio”.

Com a aprovação e publicação dos novos termos de referência, foi aberto um período de participação preventiva que decorreu entre 29/10/2009 e 26/01/2010, cujas participações recebidas foram ponderadas, não tendo produzido efeitos nos termos de referência.

Em Março de 2010 a CMA solicita à CCDRLVT a marcação de uma reunião para indicação das entidades representativas de interesses públicos (ERIP) a efectuar o acompanhamento do Plano. Nesta reunião, realizada em Junho de 2010 ficaram definidas as seguintes ERIP:

ANPC – Autoridade Nacional para a Protecção Civil

APL – Administração do Porto de Lisboa

ARHTEjo – Administração da Região Hidrográfica do Tejo

CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

DRCLVT – Direcção Regional da Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

INAG – Instituto da Água

IMTT – Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres

MDN – Ministério da defesa Nacional / Direcção-geral de Armamento e Infraestruturas de defesa

T.P., I.P. – Instituto do Turismo de Portugal

ANA – Aeroportos de Portugal

ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações

O trabalho foi revisto contemplando as observações formuladas nos pareceres das Entidades, a que se refere o quadro seguinte, e também as observações resultantes das apresentações públicas que se seguiram, nomeadamente o fórum de participação pública de 28/01/2011 e a apresentação aos deputados municipais de 16/05/2011, onde também se apresentaram as três hipóteses de ocupação que adiante se descrevem. A construção do modelo de ocupação foi assim, antecedida de uma fase de construção de cenários. A solução do Estudo Prévio que veio a ser apresentada, reflectiu a “consensualização obtida nos dois momentos participativos”.

QUADRO SÍNTESE DOS PARECERES DAS ERIp AOS TERMOS DE REFERÊNCIA

Entidade	Ofício CMA	Resposta
CCDRLVT	4825 de 05.03.10	Em reunião realizada em 04.06.2010
IGESPAR	19026 de 07.07.2010	5663 de 18.07.2010 (entrada 17008 de 19.07.10) Remete em anexo um CD com a informação geográfica dos sítios arqueológicos existentes no SIG daquele Instituto para a área pretendida.
ARHT	19022 de 07.07.2010	Não respondeu.
INAG	19023 de 07.07.2010	2010-691 de 21.07.2010 (entrada 17601 de 27.07.10) Comunica que não integrará a Comissão de Acompanhamento
ANPC	19024 de 07.07.2010	14155/CDOS15/2010 de 26.07.2010 (entrada 18415 de 05.08.10) Refere a necessidade de salvaguardar as condições de segurança associadas aos solos susceptíveis de liquefacção, áreas sujeitas a cheias e/ou com perigo de inundação por efeito de um tsunami. Chama a atenção para a observância dos critérios de segurança e de condições de acessibilidade definidos na Portaria 1532/2008, de 29 de Dezembro e demais legislação em vigor.
IMTT	19025 de 07.07.2010	Informou a CMA que as competências em matéria de ordenamento do território foram transferidas para a Autoridade Metropolitana de Transportes.
DRCLVT	19027 de 07.07.2010	1851 de 09.08.2010 (entrada 18950 de 16.08.10) Informa sobre os imóveis classificados e em vias de classificação no concelho de Almada, o diploma legal que os constitui e respectivas áreas de protecção. Na área do PP de Cacilhas é referida a Fábrica romana de salga de Cacilhas como IIP.
APL	19028 de 07.07.2010	373857 de 23.08.10 (entrada 20270 de 03.09.10) Remete o relatório do processo de demarcação do limite de jurisdição portuária no concelho de Almada e em formato digital o extracto da linha de jurisdição na área do Plano. Considera conveniente o enquadramento do PP face aos objectivos quer do PO do Estuário do Tejo quer do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo ambos em elaboração.
TP, I.P.	10029 de 07.07.2010	14743/DQO/DOT de 28.07.10 (entrada 20422 de 07.09.2010) Faz o respectivo enquadramento dos termos de referência nas linhas de orientação do PENT que relevam para a fase seguinte dos trabalhos. Salienta o potencial da zona do interface como elemento âncora, o desenvolvimento do produto city-break em articulação com Lisboa, referindo o interesse do ponto de vista do sector do turismo na instalação de um estabelecimento hoteleiro dotado de centro de congressos na área do plano.
MDN	19021 de 07.07.2010	82420 de 13.10.2010 (entrada 23959 de 25.10.10) Refere a servidão militar da base aérea do Montijo a ser considerada na Planta de Condicionantes. Nos termos da servidão informa que as edificações não podem ultrapassar a cota máxima de 164,03 metros. Refere ainda a aplicação da circular de informação aeronáutica 10/2003 de 6 de Maio do INAC.
ANACOM	Não foi enviado ofício	Considerou-se a resposta dada no âmbito dos trabalhos de revisão do PDM, relativamente às servidões e restrições de utilidade pública em vigor.
ANA	Não foi enviado ofício	Considerou-se a resposta dada no âmbito dos trabalhos de revisão do PDM, relativamente às servidões e restrições de utilidade pública em vigor.

HIPÓTESES DE OCUPAÇÃO: TRÊS CENÁRIOS, TRÊS MODELOS

No sentido de atenuar possíveis conflitos e de encontrar soluções ajustadas ao território, durante todo o processo de elaboração do Plano, promoveu-se a participação pública dos fatores-chave locais, dos agentes económicos e políticos, através de fóruns de participação, contribuindo desta forma, para uma maior co-responsabilização dos participantes e construção de uma visão estratégica enquadrada no contexto local. A 28-01-2011, a Equipa apresentou, três cenários alternativos de modelos urbanísticos, com igual índice de utilização do solo (Iu), mas com diferentes índices de ocupação do solo (Io). As figuras seguintes ilustram esses três cenários.

Cenário 1

Área de implantação edificada **menor**, acima do solo com construção concentrada e em altura e sem ocupação das zonas de contacto com o rio.



Cenário 2

Área de implantação edificada **média**, acima do solo, sem ocupação das zonas de contacto com o rio. Ocupação densificada nos terrenos do "morro".



Cenário 3

Área de implantação edificada **maior**, acima do solo, com distribuição espacial construtiva em todas as zonas da área de intervenção, incluindo as de contacto com o rio. Ocupação mais distribuída no terreno.



Síntese de conclusões sobre as intervenções no Fórum de Participação

1. Cacilhas, “ponto de encontro” e “porta de rio”.
2. Arquiteturar o “morro”, de forma a dar lugar à criação do sistema de duas praças. Enquanto terreno “vago”, residual, o morro, não é considerado um património identitário.
3. Manutenção da memória do moinho; *“um moinho só faz sentido se funcionar ou se constituir um património de valor”; “não podemos estar a hipotecar o futuro, em nome da nostalgia de algo que não tem grande valor nem identitário nem patrimonial para ser preservado”*.
4. “Reparação” das relações topográficas entre as traseiras edificadas e o futuro espaço público, isto é, colocando em evidência as marcas identitárias (Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso).
5. Espaços verdes, segurança, mobiliário urbano.
6. Multifuncionalidade.
7. Definição do número de lugares de estacionamento em função do estudo de mobilidade e acessibilidades.
8. Potencialidades do comércio local.
9. Definição dos equipamentos, polo turístico.
10. Integração da Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas.

Reabilitar Cacilhas, articulando operações de reabilitação arquitetónica (Rua Cândido dos Reis), com os transportes coletivos, com a criação de condições para o desenvolvimento das várias atividades urbanas de recreio e lazer, com a preservação de património (chafariz, salgadeiras, áreas museológicas a criar, docas históricas).

O cenário 1 é o que melhor permite qualificar a paisagem urbana resultante, em dialéctica com a memória do núcleo histórico. Relaciona os percursos comerciais e potencia mais e melhor, a criação do sistema de duas praças, ideia força do desenho urbano: suporta-se num “sistema de espaços abertos” para o Rio, integrador dos edifícios projetados.

Transferência da área de construção nos terrenos da “Parry & Son” para terrenos municipais, com o objetivo de libertar o mais possível a frente para o rio. O edifício “torre”, constitui-se como elemento identificador do sítio, um futuro ícone, que evidencia o simbolismo da zona de intervenção, com o objetivo de diluir a agressão da presença de edifícios de muito fraca qualidade arquitetónica, outrora construídos na Avenida 25 de Abril, relacionando-se com a escala dos edifícios projetados no Plano de Urbanização de Almada Nascente.

Permanência a curto prazo do interface multimodal, de acordo com o traçado do respetivo projeto e que se encontra materializado no local.

7.2. PROPOSTA DE ESTUDO PRÉVIO

Depois das apresentações que ocorreram no fórum público de 28/01/2011 e no Fórum Romeu Correia aos deputados municipais a 16/05/2011 foram formuladas as alterações na composição urbanística que se apresentaram com o Estudo Prévio, entregue em 01/07/2011. Essas alterações foram as seguintes:

1. Diminuição do volume de terras a remover;
2. Otimização do desenho urbano para possibilitar:
 - a) Nos espaços exteriores e nos estacionamento em subsolo, mais evidente definição do que é de uso público e de uso privado;
 - b) Memória do moinho (centro interpretativo), ganha protagonismo, por se colocar no enfiamento da passagem aérea de peões de ligação entre o jardim da “praça elevada” e o Largo Alfredo Diniz; é possível com a mesma solução de desenho;
 - c) Mais “renques” de árvores, como elementos de composição;
 - d) Possibilidade efetiva de incorporação dos vários acessos a estacionamento nas massas edificadas, portanto, sem ocupação do espaço público.

O Estudo Prévio e a proposta de fundamentação de isenção do procedimento de avaliação ambiental estratégica (AAE) foram submetidos a parecer das várias entidades, sendo que a CCDRLVT, ARHTejo e IGESPAR emitiram parecer relativamente às duas componentes. A decisão de isenção de AAE foi deliberada em reunião de Câmara de 02.11.2011, conforme consta no anexo 1 deste relatório.

ANÁLISE DOS PARECERES DAS ERIPI À PROPOSTA DE ESTUDO PRÉVIO

ENTIDADE	DATA	SINTESE PARECER	OBS
ANA	2011.09.27	Informam que com base na Servidão aeronáutica Aeroporto de Lisboa D. 48542 de 24/08/1968 e D.R. 14/85 de 25/02, não há nada a objectar	Servidão aeronáutica Aeroporto de Lisboa D. 48542 de 24/08/1968 e D.R. 14/85 de 25/02
ANACOM	2011.09.23	Informam na área do Plano não existem condicionantes decorrentes da existência de serviços eléctricos constituídas ao abrigo do D.L. 597/73 de 07/11, pelo que não coloca qualquer objecção à sua aprovação.	Serviços radioeléctricos D.L. 597/73 de 07/11
ANPC	2011.10.31	"critérios de salvaguarda da população" Na planificação e ordenamento urbano devem ser planeadas áreas inclusas ou circundantes aos núcleos residenciais destinadas a espaços abertos, por exemplo jardins públicos, que possam ser utilizados como áreas de segurança para as actividades a desenvolver pós acidente grave ou catástrofe. Propondo-se que através do regulamento não se permita a construção nesses espaços. Na requalificação de zonas urbanas e na construção de novas zonas urbanas deve garantir-se o fornecimento de água para abastecimento dos veículos de socorro assegurado por hidrantes exteriores, alimentados pela rede de distribuição pública ou, excepcionalmente, por rede privada, na falta de condições daquela. Sem prejuízo do estabelecido na legislação aplicável, os marcos de incêndio devem ser instalados junto ao lancil dos passeios que marginam as vias de acesso de forma que, no mínimo, fiquem localizados a uma distância não superior a 30 m de qualquer das saídas do edifício que façam parte dos caminhos de evacuação e das bocas de alimentação das redes secas ou húmidas, quando existam. Na requalificação de zonas urbanas antigas ou degradadas devem ser planeadas e construídas novas vias com o objectivo de aumentar a segurança contra incêndios urbanos impedindo o seu alastramento, e facilitar o socorro; <i>Os edifícios e os recintos devem ser servidos por vias de acesso adequadas a veículos de socorro em caso de incêndio, as quais, mesmo que estejam em domínio privado, devem possuir ligação permanente à rede viária pública"</i> <i>A volumetria dos edifícios, a resistência e a reacção ao fogo das suas coberturas, paredes exteriores e seus revestimentos, os vãos abertos nas fachadas e a distância de segurança entre eles, ou entre eles e outros vãos abertos de edifícios vizinhos, devem ser estabelecidos de forma a evitar a propagação do incêndio pelo exterior, no próprio edifício, ou entre este e outros edifícios vizinhos ou outros locais de risco."</i> Propondo-se que através do regulamento se identifiquem orientações neste sentido. De especial atenção os blocos 2 e 4 no que se refere a acessibilidade aos veículos de socorro, a qual sugere-nos algumas reservas.	
APL	2010.08.23	Não emitiu parecer nesta fase.	
SETGAS	201.09.27	Na fase de projectos de infra-estruturas, deverá ser considerado o abastecimento a todas as edificações, com rede de gás natural por prolongamento da actualmente existente na zona, devendo para o efeito o projectista estudar com a concessionária o ponto de abastecimento e os reforços necessários garantir na rede pública para um correcto funcionamento desta infra-estrutura. As valas e a tubagem a instalar deverão ser em conformidade com a legislação em e as normas existentes da concessionária de gás natural. Desde já fica definido que a tubagem deverá ser em polietileno num regime de pressão de 0.5-4 bar e não se prevê abastecimento alternativo por GPL, pelo que não é necessário a consideração de espaço público para a colocação de reservatórios.	

INSTITUTO DO TURISMO	2011.09.28	Face ao exposto na informação de serviço e atento o despacho da Sr.ª Directora de Departamento, com o qual concordo, reitero a importância dos objectivos constantes na proposta prévia do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas, considerando o interesse que a reabilitação de uma área desqualificada e degradada da cidade de Almada reveste para o turismo, nomeadamente no que respeita ao impacto cénico no rio Tejo e na cidade de Lisboa. Nestes termos proponho a emissão de parecer favorável à presente proposta prévia do plano devendo nas fases subsequentes de desenvolvimento ser indicados os parâmetros relativos ao estabelecimento hoteleiro proposto para o edifício 5 e introduzir as rectificações identificadas no ponto 2.5 da informação que antecede. Propomos ainda se alerte para as sugestões propostas nos pontos 2.4 e 2.6 da mesma informação. Mais proponho que a presente informação seja enviada à Câmara Municipal de Almada. Analizada a proposta prévia do plano, proponho a emissão de parecer favorável, devendo, contudo, nas fases subsequentes de desenvolvimento do plano ser atendidos os seguintes aspectos: 1. Complementar os parâmetros relativos ao edifício 5, destinado a um estabelecimento hoteleiro, conforme expresso no ponto 2.2 da informação; 2. Ponderar os aspectos identificados nos pontos 2.4 e 2.6, relativos à implementação da ciclovia e à solução urbanística prevista para o "morro", respectivamente; 3. Introduzir as rectificações no Relatório conforme expresso no ponto 2.5 da informação. 2.2. O incremento da oferta de alojamento turístico releva para o desenvolvimento e consolidação do produto turístico, salientando-se, neste âmbito, que o Plano deverá clarificar a pretensão de instalar uma "unidade hoteleira de pequena dimensão", no edifício 5, mencionada apenas no Relatório, adoptando a terminologia Estabelecimento Hoteleiro. A referida proposta vai ao encontro do anterior parecer deste Instituto, onde se sublinhou o seu interesse para o turismo, face ao enquadramento estratégico e paisagístico da área do Plano, e por reforçar a oferta de alojamento turístico classificado e em funcionamento no concelho, especialmente na cidade de Almada (98% da capacidade global do concelho, que integra 1.767 camas, está concentrada na Costa da Caparica). A consolidar-se esta pretensão, deverão ter-se em conta os seguintes aspectos: a) Será necessário definir-se o número máximo de camas e o número máximo de unidades de alojamento do empreendimento. b) Tendo presente a sua localização privilegiada e a oferta de alojamento pouco qualificada que caracteriza o concelho, sugere-se que o Plano defina também a categoria mínima do empreendimento, propondo-se a adopção de 3** ou 4**. c) Deverá, também, prever-se a respectiva dotação de estacionamento, em conformidade com o PDMA, cujo parâmetro de cálculo é um pouco mais generoso do que o previsto na legislação aplicável ao sector (Anexo I da Portaria n.º 327/2008, de 28 de Abril), que apenas estabelece uma dotação para os Estabelecimentos Hoteleiros de 4** e 5**, correspondente a 20% das unidades de alojamento. f) Alerta-se, ainda, que a dimensão da empena prevista para o Estabelecimento Hoteleiro, de aproximadamente 12m, se afigura insuficiente para efectuar a distribuição das unidades de alojamento pelas frentes do edifício na fase de projecto do empreendimento, aspecto que poderá inviabilizar a pretensão, devendo, portanto, ponderar-se a ampliação da empena, esclarecendo-se que estes empreendimentos necessitam de uma profundidade de pelo menos 17-18m. 2.3. O Plano indica, ainda, a possibilidade de se vir a instalar um Hotel Flutuante nas docas históricas, pretensão que se considera interessante para o turismo, por ser diferenciadora ao nível da oferta. Tendo presente que a transformação de uma embarcação num Estabelecimento Hoteleiro poderá suscitar dificuldades no cumprimento de alguns dos requisitos para a atribuição da classificação do empreendimento, sublinha-se que o Turismo de Portugal, I.P. poderá conceder a dispensa de requisitos a projectos reconhecidamente inovadores e valorizadores da oferta turística, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 39º do DL n.º 39/2008, de 7 de Março, com a redacção dada pelo DL n.º 228/2009, de 14 de Setembro. 2.4. Na óptica da qualidade urbana e ambiental da área em presença, entende-se que deverá ponderar-se a implementação da ciclovia mencionada no Relatório do Plano, apenas enquanto potencialidade, na ligação EN10 – Margueira, Ginjal. 2.5. Verificaram-se os seguintes aspectos a rectificar no Relatório: a) Pág. 5: Quanto ao enquadramento da área do Plano no PDMA, verifica-se estar em falta a referência à área abrangida por "Interface". Acresce referir que a área onde o presente Plano se insere deverá rectificar-se para UNOP 1. b) Pág. 17: Deverá substituir-se "comércio de restauração" por estabelecimentos de restauração e bebidas, em conformidade com a terminologia em vigor. c) Pág. 25: Reforça-se que deverá substituir-se "unidade hoteleira" por Estabelecimento Hoteleiro. IV - CONCLUSÃO Face ao exposto, e no âmbito das competências do Turismo de Portugal, I.P., propõe-se a emissão de parecer favorável à Proposta Prévia do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas, devendo, contudo, nas fases subsequentes do Plano, ter-se presente os aspectos focados nos pontos 2.2 a 2.5 do presente parecer, alertando-se, ainda, para o mencionado no ponto 2.6.	
-------------------------------------	-------------------	--	--

IGESPAR	2011.10.11	Analisada a documentação referente ao assunto em epígrafe, nos termos do disposto no Art.75º-C do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (<i>Decreto-Lei nº46/2009</i>, de 20 de Fevereiro, Anexo), verifica-se que a componente patrimonial (a arqueológica em particular) é apenas aflorada em termos que consideramos gerais e insuficientes, atendendo à sua relevância e aos previsíveis efeitos significativos resultantes da aplicação do PPRUFC. Em face das lacunas identificadas, este Instituto considera o seguinte: • Deverá ser implantada na Planta de Condicionantes a área da Fábrica Romana de Salga de Cacilhas, classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP), pelo Decreto nº26-A/92, DR, 1ª Série-B, nº126, de 01/06/1992, bem como a respectiva servidão administrativa (Zona de Protecção (ZP) legal – faixa de 50m de largura além do limite exterior do IIP); • Deverá ser perspectivada a fruição pública do imóvel classificado, pela promoção dos seus estudo e valorização, através dum projecto de valorização, segundo a alínea b) do nº1 do Art.3º do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-lei nº270/99, de 15 de Julho, Anexo I); • Em alternativa, dever-se-á proceder à exclusão da área do imóvel classificado e da totalidade da sua ZP, da área de intervenção do PPRUFC, mantendo a sua situação actual; • O Relatório, que contém a fundamentação técnica das soluções propostas no Plano, deverá suportá-la na identificação e caracterização objectiva dos recursos territoriais na sua área de intervenção, entre os quais o património arquitectónico e arqueológico, conforme estipula o Art.10º e a alínea a) do nº2 do Art.92º do RJIGT (Decreto-lei nº46/2009, de 20 de Fevereiro, Anexo – que republica o Decreto-lei nº380/99, de 22 de Setembro); • Em caso de sujeição do PPRUFC a Avaliação Ambiental Estratégica, a nosso ver pertinente e necessária, no Relatório Ambiental deverão ser identificados, descritos e avaliados os efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do Plano, entre os quais o património arquitectónico e arqueológico, conforme estipula o nº1 e alínea e) do Art.6º do Decreto-lei nº232/2007, de 15 de Junho; • O articulado do Regulamento deverá conter medidas de salvaguarda arqueológica (genéricas e específicas), reflectindo os resultados da caracterização objectiva, acima referida, que vier a ser efectuada.	Fábrica romana da salga de peixe IIP, D n.º 26-A/92, 01 de Junho
---------	------------	--	---

2012-01-30
João Soalheiro
Director Regional


PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria de Estado da Cultura

ASSUNTO: Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas		INFORMAÇÃO N.º 2404/DRCLVT/2011
PROCESSO: 2010/15-03/473/PPQ/242		
C.S.: 91248	RJUE:	

iges par
INSTITUTO DE GESTÃO
DE PATRIMÓNIO E ARQUITECTURA
E PAISAGENS

Aprovo nos termos propostos
24.3m.2012
Ana Catarina Sousa
SUBDIRECTORA


PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria de Estado da Cultura
DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA
DE LISBOA E VALE DO TEJO

2011-12-14
João Soalheiro
Director Regional

João Soalheiro, Director Regional

Direcção de Serviços dos Bens Culturais (DSBC)
Director Regional

Maria Antónia Amaral, Directora de Serviços (em regime de substituição)

☐ Não há lugar à emissão de parecer

☐ Aprovação

☐ Não aprovação

☒ Aprovação condicionada, nos termos do n.º 5 do parecer de arquitectura, do n.º 4 (4.1 a 4.5) do parecer de arqueologia.

Maria Antónia Amaral
Directora de Serviços dos Bens Culturais
Nomeada em regime de substituição

Avenida Infante Santo, n.º 63 - 1.º | 1350-177 Lisboa
E-mail: geral@drclvt.pt | Telefone: 213920750 | Fax: 213933333

5. Considerações

Pelo exposto, considera-se que o plano de pormenor apresentado:

- documenta uma intervenção profunda que poderá gerar impactos positivos de magnitude considerável na área de intervenção;
- evidencia uma proposta que poderá contribuir para a valorização da envolvente do imóvel classificado em questão, abrangida pela respectiva zona de protecção;
- é omissivo quanto a localização do imóvel classificado e delimitação da respectiva zona de protecção;
- não é suficientemente explícito quanto às medidas a adoptar no âmbito da salvaguarda da integridade das estruturas classificadas e da identidade do contexto em que se insere;
- é passível de aprovação condicionada.

4. Considerações

A envolvente patrimonial assume particular importância para a apreciação deste estudo de PP cuja área de intervenção inclui a Fábrica romana de salga de Cacilhas, classificada como imóvel de Interesse Público e respectiva zona de protecção. Acresce que na área de intervenção estão referenciadas outras unidades de produção de preparados de peixe da época romana que acentuam a já elevada relevância patrimonial do local.

O estudo de PP integra uma zona de grande sensibilidade a nível patrimonial, incluindo o património arqueológico classificado e não classificado e o património industrial náutico, pelo que se trata de um local

		de elevadíssimo potencial valor arqueológico, exigindo medidas de minimização dos impactos de desenvolvimento do plano em fase de obra sobre eventuais vestígios arqueológico. No que concerne à documentação em análise tecem-se as seguintes considerações: 4.1. O PP propõe uma série de intenções (demolições, novas construções, espaços exteriores, rede viária e infra-estruturas várias) que têm subjacentes profundas implicações no subsolo, numa área patrimonialmente sensível e de elevadíssimo potencial arqueológico atestado pelas diversas intervenções na área que obrigaram ao revolvimento do subsolo. 4.2. Entendemos que a proposta de PP a desenvolver deverá ser consentânea com os objectivos propostos no âmbito de salvaguarda do património e de preservação dos valores patrimoniais que presidiram à classificação da Fábrica Romana de Salga de Cacilhas e respectiva zona de protecção, tendo presente as fortes condicionantes arqueológicas do local, pelo que se considera necessário: 4.2.1. O desenvolvimento do PP a apresentar deverá incluir na planta de condicionantes a localização do imóvel classificado e delimitação da respectiva zona de protecção. 4.2.2. No desenvolvimento do Plano de Pormenor deverá ser ponderada: 4.2.2.1 A inclusão de uma Planta de Património com a delimitação das áreas de potencial valor arqueológico com base nas áreas arqueológicas já identificadas (vid Fig. 1) 4.2.2.2 A inclusão de levantamento exaustivo das preexistências relacionadas com a actividade industrial e naval e restantes bens de valor patrimonial de referência. 4.3. Garantir que as operações urbanísticas sejam antecedidas pela realização de um relatório histórico e de um relatório arqueológico prévio de impacto patrimonial realizados por técnicos especializados e pela avaliação prévia dos impactos negativos inerentes à sua construção devendo os mesmos ser submetidos à autoridade que tutela o património. 4.4. Garantir que nas fases subsequentes de desenvolvimento do Plano de Pormenor as operações urbanísticas que envolvam remeximento ou escavação do subsolo neste tipo de locais estejam condicionadas à realização de trabalhos arqueológicos nos termos da legislação em vigor – Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de Julho que Regulamenta os Trabalhos Arqueológicos, nomeadamente o Artigo 3º no que diz respeito às categorias de trabalhos arqueológicos. 4.5. O presente Estudo Prévio / Proposta Preliminar inscreve-se numa fase inicial de acompanhamento, pelo que se aguarda a submissão à entidade que tutela o património cultural das fases processuais seguintes mais explícitas e pormenorizadas.	
CCDRLVT	2011.10.21	Relativamente ao Estudo Prévio, considera-se que a proposta de plano deve prosseguir para a construção de uma proposta de plano em articulação com o parecer desta CCDR e os pareceres emitidos pelas entidades consultadas no âmbito do acompanhamento que detêm competências sobre o território. Atenta a apreciação realizada ao Estudo Prévio, no âmbito do acompanhamento previsto no artigo 75º do RJIGT, conclui-se que a proposta de plano deve prosseguir para a construção de uma proposta de plano preliminar em articulação com o parecer desta CCDR e os pareceres emitidos pelas entidades consultadas no âmbito do acompanhamento que detêm competências sobre o território. Apesar desta CCDR se eximir de analisar a congruência e a correcta apresentação das peças documentais que compõem este PP, por ser uma responsabilidade da autarquia, bem como o conteúdo documental e material do PP, por se considerar prematuro nesta fase, parece oportuno alertar para a necessidade desta edilidade atender à necessidade de utilizar cartografia homologada de acordo com o DL n.º 202/2007, de 25 de Maio, com o disposto no D.R. n.º 10/2009, de 29 de Maio e com o D.L. n.º 180/2009, de 7 de Agosto. Alerta-se ainda para tomarem atenção aos limites administrativos da freguesia representados na CAOP em vigor (conforme tem sido solicitado pelo IGP na elaboração dos PMOT). Deve a CMA zelar pelo cumprimento das normas legais e complementares aplicáveis, nomeadamente a Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro; Portaria 216-B/2008, de 3 de Março; Decreto-Regulamentar 9/2009, 10/2009 e 11/2009 de 29 de Maio; D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho; D.L. n.º 166/2008, de 22 de Agosto (RJREN); D.L. n.º 9/2007, de 17 de Janeiro (Ruído), entre outras relacionadas com as condicionantes existentes no território abrangido pelo Plano. Considera-se adequada a fundamentação apresentada pela autarquia quanto à necessidade, oportunidade e pertinência de elaboração do PP. Verifica-se que em termos estratégicos o plano tem objectivos idênticos aos definidos no PROTAM e encontra-se em consonância entre os usos propostos e a estratégia definida no PDM, contudo, deve a CM de Almada fundamentar a desconformidade existente nos parâmetros de edificabilidade e de cedência para equipamentos e espaços verdes, e a conformidade com as diversas disposições constantes no Capítulo III – Especificações de ordenamento relativos aos Espaços Urbanos. Deve ainda ser reponderada a construção em altura prevista para o edifício singular de 24 pisos. Da análise realizada à fundamentação de Isenção de AA (nos termos do n.º 7 do artigo 74º do D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a última redacção dada pelo D.L. n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, em conjugação com o n.º 3 do artigo 5º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho) concluiu-se pela aceitação da mesma, conforme observações do documento anexo.	
ARHTEJO	2011.112.25	A ARHTEJO emite parecer favorável à proposta de Estudo Prévio e pronuncia-se quanto ao pedido de dispensa de avaliação ambiental, considerando que atendendo às características do local e às intervenções	

		propostas, o plano pode ser dispensado de avaliação ambiental, no entanto os estudos efetuados deverão ter em conta o factor Recursos Hídricos e o POETEjo. Atendendo à necessidade de analisar, caracterizar e acautelar as diversas questões relacionadas com os recursos hídricos será necessário ponderar os riscos associados existentes na área, devendo concretamente ser avaliado o risco de ocorrência de cheias e inundações, tendo em consideração os respectivos riscos para pessoas e bens. Esta avaliação deverá incluir a apresentação de um levantamento de toda a informação sobre cheias, nomeadamente registo georeferenciado de cotas ou áreas afectadas, com apresentação das fontes de informação. Deverá também ser efectuada a avaliação das condições de escoamento, nomeadamente: - Identificação e caracterização de troços e pontos críticos da rede hidrográfica, designadamente, áreas degradadas da secção de escoamento e dos taludes, descontinuidades, pontes, estrangulamentos (secção de vazão de passagens hidráulicas, etc). Dada a proximidade da área de intervenção do Plano de Urbanização de Almada Nascente e a semelhança das características, relacionada com a localização ribeirinha de ambas as áreas, propõe-se que seja atendido o parecer que foi emitido por esta entidade relativamente à determinação da cota de cheia considerada para o local. Uma vez que se trata de um perímetro urbano, deverá ser elaborada uma carta de zonas inundáveis, que demarque as áreas atingidas pela maior cheia conhecida. A planta de Síntese deve incluir a delimitação das zonas referidas e se a escala da planta de síntese não permitir a delimitação com o pormenor necessário, deve ser complementada com cartas a uma escala não inferior a 1:5000, de acordo com o nº 1 do Artigo 1º e o Artigo 2º do Decreto Lei nº 364/98. Relativamente às infra-estruturas de drenagem de águas residuais domésticas são propostas uma série de medidas que esta ARH considera que irão contribuir para a melhoria da qualidade da água no Rio Tejo. É referido que na actual situação "tanto as águas residuais domésticas produzidas nos edifícios existentes na zona, como as que afluem a esta, através do colector instalado na Rua Cândido dos Reis, são rejeitadas para o Rio Tejo sem qualquer tratamento". Os serviços competentes, pretendem implementar um sistema de tratamento de águas residuais domésticas da cidade, o qual inclui um sistema interceptor de águas residuais domésticas, que as transporta para uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR), a instalar na Mutela". É de referir que esta informação deverá ser atualizada uma vez que esta ETAR da Mutela está em funcionamento desde 2003. Verifica-se ainda, com agrado, que na proposta de plano apresentada é também prevista a renovação das redes de águas residuais domésticas e pluviais, o que permite eliminar parte das afluições de águas residuais domésticas ao sistema pluvial. A área do terminal rodoviário e sobretudo, o número de veículos com motores que produzem hidrocarbonetos que acede ao Largo de Cacilhas (transportes públicos e outros), que diminuirá, são factores que associados às zonas de estacionamento equipadas com caixas de retenção de hidrocarbonetos, melhorarão o saneamento. Neste plano é projectada a construção de um sistema de decantação de hidrocarbonetos a jusante da zona onde se prevê que possam acidentalmente ocorrer derrames daquelas substâncias – terminal de autocarros e táxis – antes da descarga no Rio Tejo, como medida de salvaguarda. A construção da galeria técnica, atendendo às cotas de trabalho, deve ser estanque, e cria uma "barreira" com uma profundidade de 2,00 metros; assim, o sistema de colectores pluviais, ocorre ao longo de um eixo longitudinal da galeria técnica, descarregando na zona Noroeste do Largo, junto ao acesso do Ginjal. Considera-se que no âmbito da elaboração do PP de Cacilhas deverão ser identificados e caracterizados os pontos de rejeição de águas residuais urbanas não tratadas existentes actualmente e os pontos de descarga a funcionar após a implementação do plano. Atendendo ao exposto no presente ofício esta ARH emite um parecer favorável a esta proposta de Estudo Prévio do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas, sendo no entanto de acautelar os aspectos referidos neste ofício nomeadamente os relacionados com os riscos de inundação e com a identificação dos pontos de descarga de efluentes para o rio Tejo.	
--	--	--	--

8. PROPOSTA DE PLANO

8.1. Desenho Urbano



A Proposta de Plano incorpora os objetivos definidos nos Termos de referência, estando conforme com os usos propostos e a estratégia do PDMA.

De acordo com o limite da área de intervenção apresentado na proposta de Plano, salienta-se que a mesma incide unicamente em zona terrestre, não existindo qualquer tipo de intervenção nos cais, considerando-se desta forma estarem esclarecidas as incongruências e as eventuais interferências no sistema “estuário” classificado como REN, referidas nos anteriores pareceres da CCDRLVT e ARHTejo.

A composição urbanística baseia-se na criação de uma ampla praça elevada (cota 17,00), espaço central para espaço verde de utilização pública, definido por duas bandas laterais de edifícios (banda norte e banda sul), abrindo uma ampla vista para o Estuário do Tejo, e na criação de um edifício em altura, que estabelece uma relação de escala com os edifícios do PUAN e possibilita (de acordo com o modelo escolhido) libertar de construção a maior área de terreno. A manutenção quanto possível da memória deste espaço elevado e sobranceiro ao Largo Alfredo Diniz, foi determinante para a definição da proposta de ocupação.

A estes dois factos – praça central ajardinada definida por duas bandas de edifícios e edifício pontual em altura – associa-se outro espaço de fruição pública por excelência (cota 4,00), que é o Largo Alfredo Diniz no seu prolongamento até à área do MST, com garantia de usufruto público e a prioridade à circulação de peões. Pretende-se assim, maximizar as áreas de peão nas zonas de contato com o rio, dando-se ainda protagonismo à continuidade da Rua Cândido dos Reis com o acesso ao cais do Ginjal e o atravessamento em direção ao Farol.

No que respeita à influência da cota do rio Tejo e definição de cotas mínimas de construção, de acordo com as previsões do Instituto Hidrográfico e estudos efetuados no âmbito do PUAN foi estimado que o nível máximo da maré do rio (PM Max) a ser atingido pela máxima cheia fluvial previsível até ao final do século será de + 4.28 m (ZH) na zona de Cacilhas, ou seja, 4,28 m acima do Zero Hidrográfico.

Para determinar a cota necessária para a delimitação das zonas inundáveis e a salvaguarda do território, a este valor (4,28 m) foram somados,

- os valores correspondentes à estimativa de cota máxima provocada pela sobrelevação devido a fenómenos meteorológicos (depressão atmosférica de 980 hPa): 0,5m,
- o valor correspondente à máxima cheia do rio num período de cem anos: 0,1m,
- o valor precaucionário utilizado para um cenário de alterações climáticas, com uma previsível subida do nível do mar até 2100 de 1,0m,
- uma margem de segurança de 0,3m,

obtendo-se como cota máxima de +6,2m (ZH), ou seja, de 6,2m acima do Zero Hidrográfico.

Este valor corresponde a uma cota de +4,0 (ZH), admitindo como plano de referência o nível médio no Terreiro do Paço (2,2m acima do ZH), ou seja, 4,0m acima do Nível Médio das Águas do Mar do Terreiro do Paço.

O Largo Alfredo Diniz em conjunto com a nova Avenida Aliança Povo/MFA, constitui uma memória urbana local da construção e da reparação naval. Faz parte de um passado relativamente recente, cuja dinâmica progressista, influenciou a cultura política. Contribuindo para concertar e conferir coerência urbanística à nova realidade do terminal do MST, projeta-se uma “*praça aberta*” ao Rio, de permanência, onde se estabelecem edifícios de apoio a

esplanadas e às áreas de visita. Projetam-se equipamentos, tais como as Áreas Museológicas e Culturais da Marinha e da indústria de construção e reparação naval, e um rianário ou centro interpretativo do Rio Tejo. É uma praça cerimonial e de eventos, o culminar dum percurso desde a Cova da Piedade ou desde Almada. Desta praça eleva-se uma ligação de circulação/passagem de peões superior, até à praça elevada.

A manutenção da configuração arquitetónica e da morfologia urbana existente e a recuperação dos edifícios existentes, segue a estratégia definida para a Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas (Diário da República, 2.ª série – n.º 94, de 16 de Maio de 2011, que publica o Edital n.º 446/2011 do Município de Almada).

No *“sistema de duas praças abertas para o rio”*, a *“praça elevada”* contribui para manter o plano sobranceiro a Cacilhas e integra edifícios cuja implantação reflete o traçado gerador urbanístico da Rua Cândido dos Reis (na sequência da Rua Comandante António Feio), e da Avenida 25 de Abril. Definem e configuram espacialmente a praça *“elevada”*.

A banda norte dá sequência aos edifícios existentes na Rua Frei Bernardo de Brito, culminando com um edifício, que faz a ligação com a cota 4,00. Esta sequência de edifícios, relaciona-se com as fachadas a tardoz dos edifícios do lado Sul da Rua Cândido dos Reis, através da criação de três penetrações a partir dessa rua. Dá *“remate de desenho”* e escala ao núcleo histórico. Projeta-se o prolongamento da Rua Bernardo de Brito, que se liga à Rua Cândido dos Reis. A banda sul, origina-se pela deslocação angular (15º) do enfiamento dos edifícios já existentes na Rua Frei Bernardo de Brito; tem portanto a mesma origem (O), da banda norte, provocando ambas a abertura panorâmica pretendida, que permite a fruição de vistas, desde logo a partir da cota existente da Rua Frei Bernardo de Brito.

A este amplo espaço público com acesso pela Rua Frei Bernardo de Brito, e equivalente ao do anterior *“morro”*, também se acede por rampa que se inicia ainda na Avenida 25 de Abril, e vai formando a cobertura do embasamento do edifício pontual em altura, e por escadarias a partir da Avenida Aliança Povo/MFA. Um destes acessos está direcionado no enfiamento perspetivo da Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, dando assim, um novo protagonismo a este edifício de significado da Cacilhas histórica.

Os edifícios projetados assentam no terreno, sobre pilares, portanto, com comunicação visual entre a magnífica esplanada que esta praça elevada/jardim, passará a constituir, e os logradouros ajardinados privados que são cobertura de estacionamento dos edifícios habitacionais das duas bandas. Todo este conjunto arquitetónico *“redimensiona”* a memória topográfica do antigo *“morro”*, dando ênfase às potencialidades de exposição e fruição paisagística sobre os espaços urbanos à cota do Largo Alfredo Diniz.

Uma passagem superior de peões com elevador, entre a “*praça elevada*” e o Largo Alfredo Diniz, confere boa mobilidade e acessibilidade, contribuindo para uma desejável flexibilidade de percursos. É uma ligação em ponte, que cruza o percurso de enfiamento perspectico da Igreja do Bom Sucesso, e estabelece ligação direta para a banda comercial projetada com frente para o Largo Alfredo Diniz, de base e remate da *praça elevada*, banda comercial à cota 4,00 que é revitalizadora do percurso de peões entre a Avenida 25 de Abril e o cais do Ginjal.

Em três níveis do subsolo projetam-se os estacionamento públicos com acessos adequados à cota 4,00.

Parte da “*praça elevada*” ajardinada, é simultaneamente cobertura do estacionamento, sendo rematada por banda comercial à cota 12,00 que complementa o comércio tradicional e se relaciona com o percurso de enfiamento perspectico em direção à Igreja do Bom Sucesso. As coberturas do estacionamento rompem-se num espaço aberto onde sobressai uma estrutura vertical, que poderá conter um centro interpretativo do moinho pré-existente, permitindo obter fruição de vistas à cota de 30,00, qual mirante ao qual se acede por elevador.

A solução adotada para a cobertura do estacionamento prevê dois sistemas devidamente compartimentados que asseguram caminhos de evacuação de emergência e o sistema de controlo de fumos.

O edifício pontual em altura, de volumetria semelhante às três torres projetadas no Plano de Urbanização de Almada Nascente, faz parte da composição, elemento desde logo expresso na proposta vencedora do concurso de ideias (1998); estabelece a ligação de escala com as intervenções referidas do PUAN. Pretendendo ser um ícone e elemento da futura identificação do sítio, a sua “*singularidade*” reside apenas nesse facto, integrando-se no conjunto projetado como elemento de articulação da banda Sul projetada, com a frente comercial projetada para o Largo Alfredo Diniz. Não só articula estas duas massas, como estabelece uma boa relação entre o edificado e o espaço de fruição paisagística da “*praça elevada*”, perseguindo um modelo urbanístico característico das cidades competitivas, e de combinação da modernidade com as áreas históricas. Trata-se de um edifício de uso misto, com embasamento adequado e à escala, pelo qual se tem acesso exterior em rampa, desde a Avenida 25 de Abril até ao jardim da *praça elevada*, contribuindo fortemente para a criação do percurso de enfiamento perspectico com a Igreja do Bom Sucesso.

A parceria estabelecida entre os dois principais promotores do PPRUFC – o Município de Almada e a AGII Atlântico, SGII,SA – fica assim, bem concretizada, na Unidade de Execução 1, sendo que são praticamente iguais os direitos de construção que resultam da aplicação dos índices do RPDM às áreas das respectivas propriedades de 14742m² e 14660m², respectivamente do Município e da AGII.

Na área do PPRUFC propõem-se demolições que estão assinaladas a vermelho na figura seguinte; trata-se de edifícios obsoletos, e a respectiva demolição contribui para colocar em evidência o conjunto arquitetónico da Rua Cândido dos Reis e criar boas acessibilidades entre a área histórica e a praça elevada ajardinada:

- a) Demolições de edifícios em ruínas na Rua Cândido dos Reis, para conseguir acessibilidade ao espaço público projetado; estas demolições entram no sistema de compensação da área de intervenção;
- b) Demolições dos edifícios/barracões industriais nos logradouros da Rua Cândido dos Reis.



A intervenção nas “docas históricas”, pode constituir uma mais-valia para o Concelho de Almada. Por protocolos assinados entre a Câmara Municipal e o Estado Maior da Marinha de Guerra Portuguesa, ficam estacionados nas docas a Fragata D. Fernando II e Glória e o submarino NRP “Barracuda”. Assim se constitui um polo cultural e turístico, cremos que único em Portugal, tirando partido de duas embarcações históricas, em perfeita aliança com a reabilitação do espaço público. Simultaneamente, este polo de atracção turística e formativo, oferece a possibilidade de criação de atividades e emprego.

8.2. Conformidade da proposta de Plano com o Plano Director Municipal

Tal como referido no parecer da CCDRLVT, trata-se de um plano de pormenor que visa “manter a edificabilidade do PDM redistribuindo-a, libertando a área ribeirinha e concentrando a edificabilidade no núcleo central”. A esta proposta está subjacente um ajustamento ao zonamento previsto no PDMA.

Centrando-se o Plano firmemente neste princípio, a CMA entende que o Plano não promove a alteração ao PDM, ao nível dos índices urbanísticos uma vez que as propostas de intervenção implicam a criação de infraestruturas quer nas parcelas com área inferior a 0,30 ha, como nas áreas com área superior, designadamente novas áreas verdes e de equipamento local com a criação de arruamentos (viários, pedonais ou mistos) visando não só as novas acessibilidades, como também a melhoria de condições de segurança tal como reconhecido por outras ERIP.

Relativamente à aplicação da majoração de 15% aos índices urbanísticos prevista no artº 92º do regulamento do PDMA (RPDMA), esclarece-se o seguinte:

O artigo 107.º do RPDMA refere que a urbanização dos espaços destinados à realização de áreas concentradas de comércio e serviços deve ser precedida de plano de pormenor, ou de projeto de loteamento caso a Câmara assim o delibere.

De acordo com o disposto no artigo 108.º do RPDMA, os índices urbanísticos a adoptar em espaços de terciário (terrenos da Parry / frente ribeirinha) são, com as devidas adaptações, os constantes do artigo 91º relativos às áreas de alta densidade (i.b. de 0.70). Este artigo (108º) visa clarificar o índice aplicável a estas áreas em operações de loteamento nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, uma vez que o RPDMA não identifica estes usos no artigo 91.º

Assim, tratando-se de um plano de pormenor que consagra, entre outras propostas, a realização de áreas concentradas de comércio e serviços, designadamente no morro de Cacilhas, firma-se igualmente a aplicação da majoração de 15% consagrada no artº 92.º do RPDMA, aos índices urbanísticos de referência.

Deste modo, e para além da alteração ao zonamento do PDMA decorrente da libertação da frente ribeirinha de usos terciários para a sua utilização e usufruto como área de equipamento,

apenas no que se refere à volumetria, é que se entende que o PP altera o PDMA, tendo essa situação enquadramento no RJIGT e estando expressa na norma revogatória que se refere o artigo 85º.

Contudo, a CMA entende que o artigo 33.º do regulamento do PPRUFC deve ser aditado com a indicação da alteração do zonamento do PDMA, de Espaços Terciário para Espaço de Equipamento. Propõe ainda a CMA incluir no Relatório um capítulo autónomo relativo à conformidade com o PDMA, tal como referido pela CCDRLVT no seu parecer.

Ainda neste âmbito, esclarece-se que a parcela 9 não está integrada em qualquer unidade de execução, pelo que serão aplicáveis as normas e condicionantes constantes no PDMA, nomeadamente o valor modal dado trata-se de uma parcela inserida em Área Consolidada. Entende assim a CMA que não existe qualquer alteração a IGT em vigor.

8.3. Conformidade com o Regulamento Geral do Ruído (RGR)

O parecer emitido pela CCDRLVT em sede de conferência de serviços levanta um conjunto de questões quanto à "Integração da componente acústica na Proposta de Plano e Verificação da Conformidade com o RGR" que em síntese se referem aos seguintes aspectos:

Questão I.1. - a possibilidade da não classificação acústica da zona do interface modal (pág.7 do parecer da CCDR / "Conclusões"/ ponto 2);

Questão I.2. a falta de avaliação da viabilidade de melhoria do ambiente acústico pela CMA, e a inexistência de medidas conducentes à redução dos níveis sonoros na área de intervenção (pág.7 do parecer da CCDR / "Conclusões" / ponto 3);

Questão I.3. o entendimento da CCDR considerando que os condicionalismos estabelecidos pela CMA no Regulamento deste PP (artigo 25º), em matéria de ruído, tal como se encontram formulados, não constituem uma mais-valia à proposta do plano (pág. 7 do parecer da CCDR / "Disciplina da área de intervenção em função da sua classificação").

Após ponderação do parecer da CCDR quanto à componente acústica da Proposta de Plano, importa transmitir o seguinte:

No que respeita ao zonamento acústico da zona do interface modal (Questão I.1.), considera a CMA que a classificação apresentada para esta área de Cacilhas, decorrente do desenvolvimento de trabalhos de definição da Carta de Sensibilidades realizados em parceria com entidades de reconhecido mérito no domínio do ruído ambiente, cumpre o disposto no Dec. Lei nº9/2007 de 17 de Janeiro.

De facto, a Classificação Acústica Mista atribuída a toda a área de intervenção está conforme o artigo 11º daquele diploma, particularmente o seu nº 4:

" Para efeitos de verificação de conformidade dos valores fixados no presente artigo, a avaliação deve ser efetuada junto do ou no recetor sensível..."

Assim, conforme estabelecido neste artigo, a análise da conformidade dos valores limite de exposição ao ruído ambiente efetuada pela CMA foi associada aos recetores e não às áreas, já

que são os recetores sensíveis que estão abrangidos pelos critérios de conformidade, o que aliás está também patente nos artigos 12 (nº. 6 e 7) e 19 (nº. 4) do RGR. É essa igualmente a abordagem em diversos documentos produzidos pela Agência Portuguesa do Ambiente.

É interpretação da CMA e do Centro de Análise e Processamento de Sinais do Instituto Superior Técnico, questionado a este respeito pela CMA, que numa zona mista ou sensível podem ocorrer níveis de ruído ambiente superiores aos limites do RGR.

O que não pode haver são receptores sensíveis (edifícios de habitação, escolares, hospitalares, unidades de cuidados de saúde, espaços de lazer) expostos (considerando apenas o som incidente) a níveis superiores aos limites de exposição estabelecidos pela legislação.

Importa ainda sublinhar que, no caso de interface de Cacilhas, os níveis de ruído superiores aos limites máximos, estão confinados à vizinhança do interface modal onde não existem recetores sensíveis, logo não havendo exposição a valores não regulamentares.

Por outro lado, é entendimento da CMA que a sugestão proposta pela CCDD-LVT para não atribuição de classificação acústica à zona do interface modal levanta problemas ao nível da gestão local do ruído ambiente, que deve ser efetuada a uma escala que permita uma atuação integrada. Esta abordagem obriga a uma leitura do território macroscópica e mais abrangente, que não se coaduna com delimitações detalhadas, as quais poderão resultar num zonamento retalhado, cuja gestão, manutenção e atualização será complexa e pouco eficaz.

Face ao exposto, a CMA entende manter a Classificação Acústica Mista para a zona do interface modal, anteriormente apresentada.

Quanto à falta de avaliação da viabilidade de melhoria do ambiente acústico pela CMA (Questão I.2.) e a inexistência de medidas conducentes à redução dos níveis sonoros na área de intervenção (AI), é entendimento da CMA que este PP constitui uma oportunidade para a melhoria do ambiente sonoro nesta zona do concelho, através da adopção de medidas que poderão contribuir para a diminuição dos níveis de pressão sonora dentro da AI, mas que por lapso não foram integradas no estudo acústico apresentado.

Importa sublinhar que este território da cidade de Almada constitui uma zona urbana consolidada, marcada por uma mistura de usos e por um fluxo de tráfego de atravessamento significativo, que tem principalmente origem externa. Por essa razão, a melhoria da qualidade do ambiente sonoro deve basear-se numa abordagem abrangente, que conjugue a escala de atuação deste plano com outras de nível municipal e até regional na definição de tipologias de proteção acústica.

Mesmo sem menção expressa no estudo acústico, a CMA salienta que a proposta de plano prevê um conjunto de intervenções que contribuem decisivamente para a melhoria do ambiente sonoro na AI e sua envolvente, destacando-se:

- a pedonalização da Rua Cândido dos Reis;
- a promoção da utilização do MST;

“... O transporte público rodoviário, percorre o mesmo espaço canal do MST. Quer o operador MST, quer o operador TCR, são subsidiados pelo erário público, coabitando em

competição no mesmo espaço canal. Sendo o transporte MST em modo elétrico, não poluente, cumprindo horários, cómodo, rápido, de maior capacidade, seria logico prescindir do rodoviário não fora o preço praticado.

A CMA, o IMTT e a AMTL, poderão negociar esta situação, transferindo as dotações atuais disponibilizadas aos TCR que circulam no espaço canal do MST para o operador MST, permitindo uma redução da tarifa do MST, e potenciando deste modo o aumento da frequência, com vantagens para os utentes e para erário publico."

o reajustamento das infraestruturas rodoviárias,

".... Ao acesso rodoviário dos TCR, os quais dispõem de espaço muito folgado de giração na rotunda; acresce ainda a favor, a expectativa de redução futura das carreiras de camionagem no espaço canal do MST, dando prioridade ao modo elétrico, mais performante."

Estas alterações de tráfego estão aliás contempladas no Plano de Acessibilidades do Concelho de Almada, e integram o Plano Municipal de Redução de Ruído, em fase avançada de desenvolvimento.

Assim, para responder às preocupações levantadas da CCDR-LVT, listam-se em seguida as medidas de redução do ruído ambiente, algumas que decorrem do Plano Municipal de Redução de Ruído, que irão melhorar a qualidade do ambiente sonoro na área de intervenção e envolvente:

Ordenamento e organização da circulação para incremento da utilização do MST, com o redireccionamento de tráfego automóvel;

Reestruturação das carreiras de autocarros da TST, em rebatimento e complementaridade ao MST;

Introdução da ligação fluvial intra-margem Almada-Seixal-Barreiro;

Introdução dos operadores FERTAGUS e MST no sistema integrado de bilhética da AML;

Diminuição da velocidade máxima de circulação na Av. 25 de Abril para 30 km/h e instalação de sinalética adequada para controlo de velocidade;

Criação de serviço de mobilidade urbana flexível, operado com miniautocarros eléctricos, Cacilhas-Almada Velha;

Implantação do percurso ciclável Cacilhas – Parque da Paz, constante da Rede Ciclável de Almada;

Construção de parques de estacionamento dissuasores, associados ao MST.

No que respeita à proposta de Regulamento do PP em matéria de ruído ambiente (Questão I.3.), a CMA complementa o articulado anteriormente proposto, por forma a clarificar as mais-valias em termos de qualificação do ambiente acústico, decorrentes da aplicação deste plano:

Artigo 25.º Classificação acústica e proteção do ambiente sonoro

A área de intervenção, atendendo às tipologias de ocupação e uso preconizadas no plano, para efeito da aplicação do Regulamento Geral do Ruído, é considerada como zona mista.

De modo a assegurar a eficácia da aplicação das normas constantes do Regulamento Geral do Ruído na área AI, especialmente das disposições constantes do n.º1 do art.º 6.º e ao n.º 2 do artigo 7.º, nos espaços públicos específicos e ao longo das vias de tráfego devem ser adotados meios de condicionamento que assegurem a observância dos níveis de ruído, regulamentarmente permitidos.

Independentemente da aplicação e adoção dos meios de condicionamento referidos no número anterior, nos projetos e na execução das obras de construção dos edifícios devem ser adotadas e executadas soluções técnicas de minimização do ruído e vibrações gerados pelo tráfego e pelo serviço da infraestrutura ferroviária ligeira.

Ordenamento e organização da circulação para incremento da utilização do MST, com o redireccionamento de tráfego automóvel.

Diminuição da velocidade máxima de circulação no troço da Av. 25 de Abril, compreendido entre a Rua Liberato Teles e a rotunda situada no final da via I para 30 km/h, através da instalação de sinalética adequada para controlo de velocidade.

Criação de serviço de mobilidade urbana flexível, operado com miniautocarros eléctricos, Cacilhas-Almada Velha.

Implantação do percurso ciclável Cacilhas – Parque da Paz, constante da Rede Ciclável de Almada.

Em conclusão, a CMA considera que em torno das vias rodoviárias mais relevantes da AI, a concretização deste PP e as soluções que preconiza resultarão numa melhoria da qualidade do ambiente acústico face à situação de referência.

Embora algumas medidas de redução de ruído extravasem o âmbito deste plano e a esfera de intervenção municipal e tenham um horizonte temporal alargado, entende a CMA que a sua materialização constitui uma mais-valia para Almada e contribuirá para o cumprimento, a prazo, dos requisitos previstos na legislação em vigor. Será todavia importante que outros instrumentos de planeamento em desenvolvimento, designadamente o PROT AML e o PDU AML, promovam uma alteração efetiva dos comportamentos da população face ao uso do transporte individual e a adopção de políticas de transporte metropolitanas que articulem os diferentes modos de transporte dentro da AML, numa lógica de complementaridade e intermodalidade.

8.4. Identificação e Regulamentação das Áreas Inseridas na Estrutura Ecológica Municipal

Em relação a esta matéria, a CMA salienta o seguinte:

A Estrutura Ecológica Municipal (EEM) de Almada a delimitar em PDM, designadamente no actual processo de revisão do PDM encetado em 2008, integrará duas componentes: a Estrutura Ecológica Fundamental (EEF) e a Estrutura Ecológica Urbana (EEU);

A Estrutura Ecológica Fundamental (EEF) potencial, que integrará as áreas que constituem o suporte dos sistemas ecológicos fundamentais e cuja proteção é indispensável à sustentabilidade do território, foi delimitada pela CMA a partir do profundo conhecimento da matriz biofísica do território;

A Estrutura Ecológica Urbana (EEU), pretende criar um “continuum naturale” integrado no espaço urbano, dotando-o de um sistema constituído por diferentes biótopos e por corredores que os interliguem, representados, quer por espaços naturais, quer por espaços existentes ou criados para o efeito, que permitam os fluxos energéticos/genéticos das comunidades ecológicas presentes;

A EEU conecta assim as áreas da EEF com as áreas de maior valor biofísico no interior do tecido edificado, através de elementos disponíveis no território ou acrescentando outros, potenciando os serviços ambientais em meio urbano;

Por esta razão, estão incluídos na EEU os espaços verdes, ruas arborizadas, maciços de árvores representativos, faixas de proteção às vias, logradouros e quintais, coberturas ajardinadas, entre outros;

Também os espaços vazios intersticiais existentes em áreas urbanas consolidadas, podem constituir bolsas importantes para a implantação da EEU, nos quais pode ser possível e oportuna a definição de novas funções;

A integração da EEM de Almada nos processos de planeamento e ordenamento do território em curso, permitirá o desenvolvimento de modelos de ocupação nos quais os sistemas ecológicos se articulam com as restantes ocupações do território, através da compatibilização das classes de ordenamento com a aptidão e vocação territorial;

Para o efeito, o novo PDM irá regulamentar os usos em cada uma das áreas integrantes das estruturas fundamental e urbana da EEM de Almada. Deve igualmente orientar a elaboração de regulamentos de PU e PP bem como de outros regulamentos sectoriais, que possam assim contribuir para a concretização física e funcional desta estrutura;

No caso concreto do PP de Cacilhas, a área identificada no relatório constitui-se como pertencente à futura EEU, figura que segundo a abordagem metodológica e memória descritiva da EEM, se materializa à escala de plano de pormenor ou plano de urbanização, que naturalmente não tem escala para ser formalizada em sede de PDM;

Pelo exposto, a CMA propõe neste plano de pormenor incluir na futura EEU todas as áreas verdes na praça sobrelevada que contribuem para a amenização climática do fenómeno de ilha de calor urbana bem como para a promoção da capacidade de infiltração.

A figura seguinte apresenta a EEU do PPRUF de Cacilhas.



Estrutura Ecológica Urbana

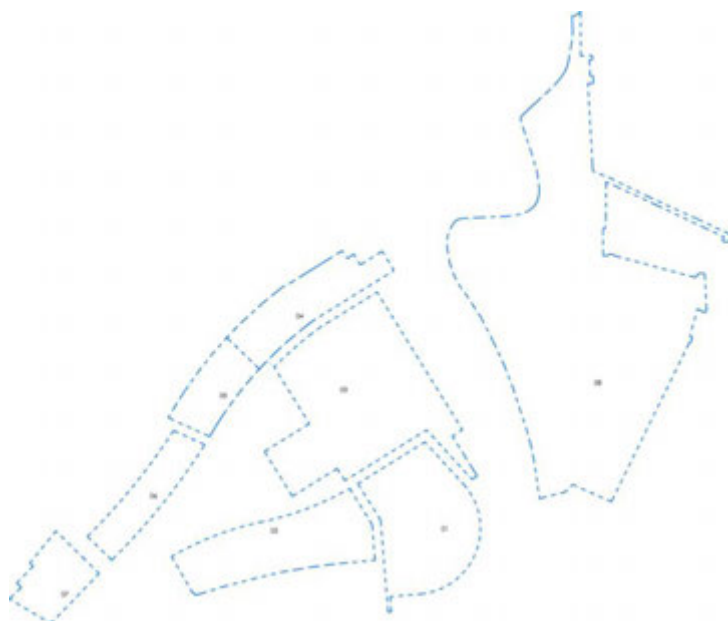
- ESPAÇO PRIVADO VERDE DE USO PÚBLICO - PARCELAS 01, 02 E 03 - Cob. Estacionamentos
- ESPAÇO PÚBLICO VERDE - Inclui Percursos Pedonais
- ESPAÇO PRIVADO VERDE - PARCELAS 07
- ÁREAS PERMEÁVEIS EM DOMÍNIO PÚBLICO = ESPAÇO PÚBLICO VERDE
- Área central da Estrutura Ecológica Urbana

8.5. Unidades de Execução (UE)

Definem-se duas unidades de execução (UE) autónomas:

- UE1, pelo sistema de cooperação, em que o município participa como proprietário (parcelas 1, 2, 3, 4);
- UE2, pelo sistema de compensação (parcelas 5, 6 e 7).

UE	Parcela		Descrição morfológica	Descrição funcional
1	01		Pontual em altura (3+20) Pisos Cobertura estacionamento ajardinada Acessos estacionamento	Uso misto Estacionamento (3 pisos em subsolo)
	02		Banda Sul 5 pisos (r/chão vazado 50%) Cobertura do estacionamento ajardinada	Habitação Estacionamento (1 piso em subsolo)
	03	03A	Cobertura estacionamento ajardinada Percurso enfiamento perspético para a Igreja do Bom Sucesso	Estacionamento (2/3 pisos)
		03B	Banda 2 pisos Frente para Largo Alfredo Dinis	Comércio
		03C	Banda 1 piso Percurso de peões – cota 12.00	Comércio
		03D	Remate de banda comercial 3 pisos	Comércio
	04	04A	Banda Norte 4 pisos (r/c sem ocupação) Cobertura do estacionamento ajardinada	Habitação Estacionamento (1 piso em subsolo)
		04B	Banda Norte 2 pisos (r/c sem ocupação)	Habitação Estacionamento (1 piso em subsolo)
		04C	Remate da Banda Norte 7 pisos a partir da cota 4,00	Habitação e comércio
2	05		Banda Norte 4 pisos (r/c sem ocupação) Cobertura do estacionamento ajardinada	Habitação Estacionamento (1 piso em subsolo)
	06		Banda Norte 4 pisos (r/chão vazado 50%) Cobertura do estacionamento ajardinada	Habitação Estacionamento (1 piso em subsolo)
	07		Remate do conjunto existente 3 pisos	Equipamento Estacionamento (1 piso em subsolo)
	Demolições		Barracões industriais no logradouro da Rua Cândido dos Reis Edifícios na R. Cândido dos Reis 31 e 91A	Para edificação das parcelas 6 – 7 Para acessos ao espaço ajardinado na cota 17.00 (antigo “morro”)



QUADRO SÍNTESE

UNIDADE DE EXECUÇÃO (m2)		PARCELA	ÁREA PARCELA (m2)		ÁREA IMPLANTAÇÃO (m2)		Nº PISOS	ÁREA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO (m2)				LUGARES ESTAC [8]	OBSERVAÇÕES	ÁREA TOTAL CONSTRUÇÃO (m2)	Nº FOGOS [07]	EQUIPAMENTO (m2)	ALTURA DA EDIFICAÇÃO (m)	ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO (m2)	ÍNDICE OCUPAÇÃO DO SOLO (%)	ÍNDICE DE IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO (%)	VOLUMETRIA DO EDIFÍCIO (m3)	
								HABITAÇÃO	MISTO	TERCIÁRIO	ESTACIONAMENTO											
1	29.233,89	01	3.473,66	A	737,30	1.474,60	20		14.000,00		9.988,70	400	[3]	24.614,44	40 (7)		100,9	3.473,66	0,00	100	74.393,57	
				B	415,91		1		423,38				N/A		N/A	N/A						
				C	119,03		3						N/A		N/A	N/A						
				D	202,36		2		202,36				N/A		7,5	1.517,70						
		02	3.054,15			1.221,28	7	7.327,68			2.270,58	91	[2]	9.598,26	54		9	3.054,15	42,45	100	10.991,52	
				03	6.059,47	A	6.059,47	6.059,47	3			1.731,56	10.480,70	419	13.969,97	N/A		N/A	6.059,47	28,58	100	N/A
						B	491,20		1			491,11				N/A		9				4.420,80
						C	522,74		2			1.083,30				N/A		4,5				2.352,33
		D	150,82			1				183,30	N/A						0,00					
		04	1.997,74	A	468,02	1.023,98	4	1.403,37			1.929,07	77	[2]	5.711,29	27		33,3	1.929,07	0,00	97	15.585,07	
				B	315,96		3	631,92								11,6	3.665,14					
				C	240,00		9	1.440,00		306,93						33,3	7.992,00					
2	45.000,00	05	1.167,77		560,12	4	1.660,00			1.171,12	47	[2]	2.831,12	9		13,95	1.171,12	47,96	100	7.813,67		
		06	1.363,03		921,13	4	2.840,00			1.363,03	55	[2]	4.203,03	21		13,95	1.363,03	67,58	100	12.849,76		
		07	1.161,46		441,25	3						[6]	[5]	N/A	N/A	1.323,75	11,5	441,25	37,99	38	5.074,38	
		08	15.475,59		N/A	N/A						[6]	[5]	N/A	N/A		N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
ÁREA TOTAL PPRUFC (m2)		TOTAL						15.302,97	14.202,36	4.219,58	27.203,20	1.088		60.928,11	151	1.323,75						
103.399,61																						

OBSERVAÇÕES

(1) Ao Σ dos três pisos de estacionamento, cuja área de piso é igual à área da parcela, subtraiu-se o valor de 432,38 m2 correspondentes à área de terciário sob a rampa.

(2) Piso 0 sem ocupação.

(3) A cêrcea é equivalente a 3 pisos no embasamento + 20 pisos, por questões regulamentares (caminhos de vida, depósito de água, pisos intermédios vazados, etc.)

(4) Piso 3 (à cota 12,00) sem ocupação.

(5) Parcela de Reserva de Equipamento

(6) As áreas necessárias de estacionamento para estas parcelas terão que ser integradas no interior das mesmas.

(7) Para a parcela 01 considerou-se para efeitos de Cálculo, 40% da Área total de Construção para Habitação e 60% Comércio / Serviços com capacidade para 130 UA. De acordo com a Portaria 327/2008 de 28 de Abril

(8) Ratio de 25m2 por Lugar de Estacionamento (artigo 125º RPDA)

8.6. Equipamentos e Espaços Verdes

O Regulamento do PDMA estabelece no artigo 94.º, o parâmetro de cálculo da área de cedência para equipamentos coletivos de nível hierárquico superior e espaços verdes de recreio e lazer, de 120m² por cada 100m² de área bruta de construção habitacional; e de 30m² por cada 100m² de área de construção para equipamentos coletivos de nível local. A consideração da área de cedência em função da área total de construção habitacional, resulta da aplicação da alínea I) do artigo 5º do RPDM.

Aplicando os parâmetros de cedência do RPDM, seriam necessárias as seguintes áreas:

Equipamentos de nível superior (120m ² por cada 100m ² de área total de construção habitacional)	Equipamentos de nível local (30m ² por cada 100m ² de área total de construção habitacional)	Total da área de cedência para Equipamentos
18.363,56 m ²	4.590,90 m ²	22.954,46 m ²

A proposta de Plano apresenta para equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva as seguintes áreas projetadas:

Área de parcelas para equipamento (07 + 08) = 1161,46 + 15 475,59 = 16 637,05 m²

Espaço verde de jardim de domínio público, permeabilidade efetiva = 6465,84 m²

Espaço verde de jardim de uso público, impermeável (cobertura estacionamento) = 5605,99 m²

Total da área de cedências para equipamentos e espaços verdes: **28 708,88 m²**

8.7. Estacionamentos

O Município pretende implementar uma política de favorecimento do transporte público coletivo e de condicionamento do transporte individual. Os estudos de estacionamento já efetuados e conhecidos, referem:

- A necessidade de melhorar a oferta local dos residentes;
- A necessidade de melhorar a oferta de curta e média duração.

Os lugares de estacionamento atualmente desagregados pelas diversas áreas do Largo Alfredo Dinis, à superfície, são contemplados em estrutura apropriada integrada na operação urbanística, que em conjunto com os estacionamentos privativos de cada um dos edifícios, contemplam as necessidades, como adiante se pode verificar, e a saber:

- Dos residentes atuais e futuros e dos equipamentos e estabelecimentos comerciais existentes e previstos na área de intervenção;
- Dos utilizadores dos modos de transporte que convergem no interface rodo-fluvial e do MST (metro sul do Tejo);

- Ainda dos utilizadores e residentes das zonas envolventes próximas da área de intervenção.

A demonstração do número de lugares de estacionamento, com características triplas de dissuasão, de rebatimento e de oferta às funções urbanas locais, a ser integrado na operação urbanística do PPRUFC, decorre do seguinte:

- Do número de lugares de estacionamento existentes;
- Da aplicação dos parâmetros de cálculo do RPDM e em função das áreas de construção projetadas;
- De uma estimativa de necessidades complementares decorrentes de carências nas área envolventes e de funções terciárias a serem criadas no Ginjal.

O RPDM estabelece o seguinte:

- Artigo 126.º - Edifícios de habitação coletiva
Considerando uma área de fogo habitacional, inferior a 150 m², seria exigível por este artigo garantir 1 lugar de estacionamento/fogo, no interior de cada lote, para uma área de fogo habitacional, superior a 150m², devem ser garantidos 2 lugar de estacionamento/fogo, o que seria $(141 \text{ fogos} \times 1) + (9 \text{ fogos} \times 2) = 159 \text{ lugares}$, não considerando ocupação habitacional na parcela 1 dá $(101 \text{ fogos} \times 1) + (9 \text{ fogos} \times 2) = 119 \text{ lugares}$.
- Artigo 127.º - a área total de construção para comércio retalhista, equivalente ao terciário, é de 4219,58 m², pelo que a área útil de cada unidade não ultrapassará seguramente os 1000m², donde se considera o índice de 3 lugares/100m² de área útil, a área total de construção corresponderá aproximadamente uma área útil de $4219,58\text{m}^2 - 15\% (632,85\text{m}^2) = 3586,64\text{m}^2$, donde teremos $3587,00\text{m}^2/100,00\text{m}^2 \times 3 = \underline{108 \text{ lugares}}$.
- Artigo 129.º - não existem edifícios destinados a serviços, mas enquadra-se nesta designação e apenas para efeito de cálculo, a totalidade da área do o edifício de uso misto, pelo que o índice a aplicar é de 3 lugares por cada 100m² de área útil; considerando o tipo de edifício, à área total de construção de uso misto de 14202,36m², corresponderá aproximadamente uma área útil de $14202,36\text{m}^2 - 15\% (17103,54\text{m}^2) = 12072,00\text{m}^2$, donde teremos $12072,00\text{m}^2/100,00\text{m}^2 \times 3 = \underline{362 \text{ lugares}}$.
- Artigo 132.º - não existem edifícios destinados exclusivamente a estabelecimentos hoteleiros, mas poderá existir um estabelecimento hoteleiro com capacidade para 130 unidades de alojamento no edifício de uso misto, aplicando-se, neste caso, o índice de 1 lugar por cada 4 camas donde teríamos 65 lugares.
- A aplicação dos índices dos artigos 128º e 132º ao edifício de usos mistos da parcela 1 representa a necessidade de um menor número de lugares de estacionamento (105 lugares) do que a aplicação do índice do artigo 129º (362 lugares), pelo que se opta pela condição mais exigente no cálculo da totalidade de lugares de estacionamento necessários.

Assim, de acordo com o RPDM, seriam necessários 589 lugares.

A área de estacionamento projetada na globalidade, conforme se verifica no quadro regulamentar, é de 27203,20 m². Este valor, segundo o artigo 125.º, corresponde a **1088 lugares**, havendo assim um “superavit” de pelo menos 499 lugares. A área destes lugares permitirá acolher as necessidades de lugares para estacionamento de pesados e de reserva para veículos em serviço de urgência

O estacionamento público em estrutura com 10480,70 m², parcela 03, representa uma capacidade de 419 lugares (número 1 do art.º 125.º do RPDM), com duas entradas/saídas que se situam à cota do Largo Alfredo Diniz. Pode ser complementado com a possibilidade de utilização pública do estacionamento em estrutura na parcela 01, considerando os usos habitacional e hoteleiro, pode apresentar um “superavit” de 295 lugares de estacionamento público, totalizando-se assim, 794 lugares de estacionamento público.

Todos edifícios têm estacionamento próprio com acessos independentes, para residentes e visitantes, também com “superavit”, como se pode verificar. Não se projetam estacionamentos à superfície, a não ser para apoio na tomada e largada de pessoas.

O “superavit”, de estacionamento previsto não entra em contradição com as políticas municipais de contenção de estacionamento, favorecendo o transporte público. Efectivamente, o aparente excesso de estacionamento evidenciado no raciocínio supra destina-se, conforme referido anteriormente, a ser utilizado pelos utilizadores dos modos de transporte que convergem no interface rodo-fluvial e do MST e pelos utilizadores dos equipamentos previstos na áreas adjacentes, bem como pelos utilizadores e residentes das zonas urbanas consolidadas situadas próximo da área de intervenção, colmatando carências há muito detetadas e que foram objeto de nota e de reivindicação pelos presentes nas diversas reuniões de apresentação deste Plano.

A título comparativo, se o cálculo dos estacionamentos, fosse realizado pelos parâmetros da Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março, para os loteamentos⁸, teríamos valores diferentes.

Uso	Área const. proj. ^a	Índice portaria	Resultado
Habitação colectiva sem indicação de tipologia	15.302,97 m ²	1,5 lugares/120m ² a.c. hab. + 20% para estac. público	191+38=229 lugares
Comércio	4.219,58 m ²	1 lugar/30m ² a.c. comercial estabelecimentos área<1000m ²	140 lugares
Serviços considera-se o uso “misto”	14.202,36 m ²	3 lugares/100m ² a.c. serviços + 30% para estac. público	426+128=554lugares

⁸ O Preâmbulo da Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março, ao citar a redação do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro, refere “*que os projetos de loteamento devem prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos, cujos parâmetros de dimensionamento são os que estiverem definidos em plano municipal de ordenamento do território*”. Na ausência desses parâmetros, é a Portaria que os fixa. Como se depreende pelo preâmbulo, a Portaria tem aplicação a projectos de loteamento.

9. ESPAÇO PÚBLICO E PAISAGISMO

Enquadrada pelo desenho urbano, a intervenção paisagística tem como objetivos:

- a) Intensificação da utilização pedonal dos espaços públicos, em detrimento da circulação automóvel e da ocupação de áreas com estacionamento;
- b) Aumento da atratividade dos espaços, nomeadamente através da sua qualificação funcional e valorização estética;
- c) Enquadramento dos edifícios, existentes e propostos;
- d) Aproveitamento das potencialidades paisagísticas do Largo Alfredo Diniz e da praça elevada;
- e) Articulação coerente entre todos os espaços, não só ao nível funcional, mas também formal e material (pavimentos, revestimentos de muros e muretes, mobiliário urbano, vegetação);
- f) Minimização dos custos de manutenção dos espaços exteriores, através da seleção de vegetação bem adaptada às características do local e de pavimentos, revestimentos e mobiliário urbano durável.

Na Av. 25 de Abril, e dado que o espaço canal do MST e dos espaços públicos envolventes estão consolidados, assume-se a respectiva integração no plano, quer ao nível da pavimentação dos diferentes espaços de circulação abrangidos (automóvel, MST e peões), quer da instalação de árvores de alinhamento ou outro material vegetal. A Av. 25 de Abril segue assim, o estipulado no “Projeto de Requalificação do Espaço Canal do MST e dos Espaços Públicos Envolventes”. Mantem-se a continuidade dos pavimentos dos passeios que fazem parte dos perfis, a calçada em cubos de calcário branco, material já predominante nos espaços envolventes.

Na zona do terminal do MST e interface prevê-se a manutenção da situação existente.

Dissimula-se quanto possível, embora garantindo condições de segurança para os peões, o espaço necessário para a circulação automóvel de acesso ao Ginjal, de modo a que esta circulação não crie uma descontinuidade visual entre a zona mais próxima do núcleo histórico e a restante área do largo.

Para o pavimento da praça à cota 4,00, Av. Aliança Povo/MFA e Largo Alfredo Diniz, definem-se lajedos de pedra de vidro, bujardada a pico fino, combinadas com pavimento em placas do tipo “Soplacas”. Para remate/demarcação do limite do Largo nas zonas de contacto com o rio a Norte e Nascente, projeta-se uma bordadura com 0,60m de largura, em blocos de calcário branco bujardado a pico fino, sobrelevada 0,10m em relação ao pavimento.

O acesso de veículos ao núcleo histórico e ao cais do Ginjal, é pontuado/balizado no pavimento, através de elementos esféricos em calcário, com diâmetro adequado; o pavimento é em vidraço grosso (resistência à circulação). A separação dos sentidos de circulação é assinalada no pavimento por grelha metálica de drenagem de águas pluviais, com o mesmo desenho e pormenor das caldeiras das árvores.

Com o objetivo de atenuar a ausência de árvores na Av. Aliança Povo/MFA, do lado nascente e na Praça à cota 4,00, preconizam-se relvados que funcionam como pavimentos orgânicos permeáveis, contribuindo para a amenização climática. Estas áreas relvadas podem ser delimitadas por bordaduras em calcário branco bujardado a pico fino, com 0,60m de largura sem sobre elevação em relação ao pavimento envolvente.

As duas áreas de tardoz dos edifícios existentes, respectivamente na Av. 25 de Abril e Rua Cândido dos Reis, implicam a construção de muros de suporte revestidos a blocos de betão de cor amarelo (tipo bloco "split"), de modo a obterem-se as cotas necessárias definidas no desenho urbano. O sistema de muros de suporte permite, nos espaços que ficarem "*libertos*" de pavimentos, a instalação de vegetação, com herbáceas de revestimento do solo, subarbustos, arbustos, trepadeiras e sarmentosas de grande rusticidade (bem adaptadas às condições climáticas do local e que necessitam de poucos cuidados de manutenção).

Os acessos viários e de peões, a partir da Rua Cândido dos Reis, da Rua Comandante António Feio, da Rua Frei Bernardo de Brito e do Largo Alfredo Diniz, aos edifícios projetados e à Praça elevada, são pavimentados com lajetas do tipo "Soplacas". Nas situações em que não existe sobreposição entre as circulações viária e pedonal (como é, por exemplo, o caso dos acessos a alguns dos estacionamento subterrâneos) propõe-se a pavimentação com cubos de granito, à imagem do definido para a zona do interface.

O revestimento dos muros de suporte e muretes para implantação das rampas e escadarias definidas, é o mesmo que o proposto para o lado nascente (paredes laterais em blocos de betão tipo "split", de cor amarelo e coroamento com lajes de calcário).

Para que a EEU do PPRUF de Cacilhas, designadamente os espaços públicos que a integram, assegure os respectivos serviços ambientais, deverão ser adotados povoamentos vegetais com um elenco de espécies nativas (arborícolas, herbáceas e arbustivas).

Este elenco de espécies nativas, por estar melhor adaptado às condições edafo-climáticas, constitui um garante de menores necessidades de manutenção, designadamente rega e utilização de fertilizantes e pesticidas.

Por outro lado, sabendo que o ensombramento é uma das funções fundamentais a garantir pelo estabelecimento do coberto arbóreo, deve ser privilegiada a plantação de árvores de copa larga. Estas árvores precisam de espaço subterrâneo para desenvolverem as suas raízes, pelo que devem ser preferencialmente instaladas na área do largo fora do espaço destinado ao estacionamento subterrâneo, ou seja, a Poente deste. Estas sombras são especialmente

importantes nos espaços de estadia, quer de verão, quer de inverno e em qualquer das áreas do PPRUF de Cacilhas, melhorando a qualidade ambiental, o conforto bioclimático e a atratividade do espaço público.

A área para Poente do espaço de estacionamento subterrâneo funcionará ainda como área de potenciação da permeabilidade e manutenção da capacidade de infiltração e apoio ao sistema de drenagem natural em picos de cheias pluviais.

O elenco de espécies a adoptar no PPRUF de Cacilhas, é apresentado na tabela seguinte:

		Largo superior		Outros espaços exteriores sem limitação de espaço	Arruamentos estreitos
		Zona permeável a Poente	Zona impermeável a Nascente (estacionamento)		
Árvores de porte elevado					
Folha persistente	<i>Sobreiro* (Quercus suber)</i>	✓		✓	
	<i>Azinheta (Quercus rotundifolia)</i>	✓		✓	
	<i>Pinheiro-manso (Pinus pinea)</i>	✓		✓	
	<i>Pinheiro-bravo (Pinus pinaster)</i>	✓		✓	
	<i>Carvalho-cerquinho (Quercus faginea)</i> , mais pequena que as anteriores	✓		✓	
	<i>Alfarrobeira* (Ceratonia siliqua)</i>	✓		✓	
Árvores folha caduca	<i>Lôdão-bastardo (Celtis australis)</i> Alimento para aves	✓	✓	✓	
	<i>Tília</i> . A <i>T. platyphyllos</i> (<i>Tília-de-folhas-grandes</i>) e a <i>T. cordata</i> (<i>Tília-de-folha-pequena</i>) são espécies nativas. A <i>T. tomentosa</i> (<i>Tília-prateada</i>) é originária da Europa oriental.	✓	✓	✓	
	<i>Freixo (Fraxinus angustifolia)</i>	✓	✓	✓	✓
	<i>Pereira-brava (Pyrus bourgaenae)</i>	✓	✓	✓	
Árvores altas de copa alongada e pouca sombra	<i>Choupo-negro (Populus nigra)</i>				✓
Pequenas árvores					
	<i>Oliveiras (Olea europaea)</i> , substituindo as olaias ou abrunheiros-de-jardim. Folhas perenes		✓		✓
	<i>Azereiro (Prunus lusitanica)</i> , até 10m, como os abrunheiros-de-jardim. Folhas perenes. Alimento para aves		✓		✓

* O **Sobreiro** foi classificado como a árvore Nacional de Portugal.

** A **Alfarrobeira** foi classificada como a árvore do centenário da República em Almada.

Cria-se um amplo relvado, como elemento predominante, na praça elevada (cota 16,00 da laje e 17,00 após o enchimento vegetal) que é cobertura do último nível ocupado em subsolo, pontuado com herbáceas e arbustos ornamentais, que permitem praticar ondulações no terreno.



■ ■ ■ LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO PPRUFC 103 399,61 m²

INORGÂNICO

-  PASSEIOS, PERCURSOS E PRAÇAS 7 696,2 m²
-  PASSEIO DE DOMÍNIO PRIVADO COM UTILIZAÇÃO PÚBLICA 415,91 m²
-  VIA PROJECTADA 2 641,17 m²
(prolongamento da rua Frei Bernardo de Brito)
-  VIAS EXISTENTES

ORGÂNICO

-  VERDE DOMÍNIO PRIVADO IMPERMEÁVEL COM UTILIDADE PÚBLICA 5 605,99 m²
-  VERDE DOMÍNIO PÚBLICO PERMEÁVEL 6 465,86 m²
-  VERDE DOMÍNIO PRIVADO IMPERMEÁVEL 3 194,26 m²
-  VERDE DOMÍNIO PRIVADO PERMEÁVEL 1 261,27 m²
-  ESPAÇO VERDE DE EQUIPAMENTO - PARCELA 07

MISTO

-  ÁREA DE EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FRUIÇÃO PÚBLICA
(projecto específico)
-  ÁRVORES A PLANTAR

10. MODELO DE ACESSIBILIDADES

10.1. INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS

Situação Existente

As infraestruturas portuárias existentes têm principal expressão:

- a) Nos três terminais fluviais da Transtejo (um deles, situado do lado nascente, encontra-se desativado), quer na área exclusiva do transporte de passageiros, quer na componente mista do transporte de passageiros e veículos automóveis (ferryboats);
- b) Nas áreas destinadas ao estacionamento e pequenas reparações de embarcações da Transtejo em frente ao Ginjal;
- c) Nas estruturas flúvio-estuarinas associadas às funções da antiga doca da Lisnave (duques de Alba).

A Transtejo dispõe de dois cais fluviais operacionais:

- Um para o transporte exclusivo de passageiros para o Cais do Sodré (cais situado no topo norte-poente),
- E outro (cais situado no topo norte-nascente) para os ferryboats de ligação igualmente para o Cais do Sodré.

Há muito tempo que acabaram as ligações de Cacilhas para o Terreiro do Paço, embora as infraestruturas portuárias de Cacilhas, permitam a reativação desse serviço ou de outro que se entenda de interesse comercial, por exemplo, Trafaria-Cacilhas-Seixal-Barreiro-Alcochete.

Solução Proposta

Propõe-se a manutenção dos atuais terminais fluviais e edificações e serviços associados à frente fluvial de Cacilhas para o transporte coletivo de passageiros e veículos automóveis entre as duas margens do Tejo, até à prevista operacionalização de um novo terminal fluvial previsto no PU de Almada Nascente.

Admite-se que a deslocalização prevista do terminal fluvial de passageiros de Cacilhas para a Margueira não provoque aumento sensível do tempo de percurso entre as duas margens, pelo facto do aumento da distância entre elas poder ser anulada por mais rápidas e seguras condições de manobra e acostagem na Margueira. Neste caso, serão desnecessários os edifícios associados, com as seguintes vantagens:

- a) Retiram-se os obstáculos que impedem a tomada de vistas para o rio;
- b) Concentra-se apenas a edificabilidade e outros obstáculos associados aos transportes, na estação de Cacilhas do MST (caso não venha também a ser deslocalizada no futuro) e no estacionamento de TCR de passageiros;
- c) Criam-se melhores condições de acostagem de embarcações de transporte de passageiros entre as duas margens, igualmente em associação aos outros terminais intermodais de passageiros de transportes públicos e sem perder de tempo de deslocação assinalável;
- d) Docas antigas (Parry & Son) para fins patrimoniais/culturais/museológicos.

Recomendação

As formações geológicas do local, constituídas por bancadas consolidadas de argila arenosa, mais ou menos margosa (arcolas) e que definem o firme (miocénico), são intercaladas em descontínuo por camadas de calcário gresoso e cascões de calcário rijo. Este tipo de formações permite encastrar a estacaria, sempre que uma opção estrutural arquitetónica do Plano o exija. Acima do “firme” apresentam-se camadas lodosas aluvionares e materiais grosseiros que podem ser dragados para garantir os fundos indispensáveis a eventuais cotas de projeto, não havendo assim, condicionantes importantes e impedimentos, quanto à hidráulica e à geologia e, em consequência, poderão manter-se por muito tempo (se necessário), no topo Nascente de Cacilhas, os terminais fluviais e as instalações em terra, bem como uma zona de estacionamento das embarcações da Transtejo.

A CMA procurará garantir a aplicação da legislação em vigor no que respeita aos eventuais condicionamentos geológicos e geotécnicos.

10.2. INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS

Situação Existente

A rede rodoviária é constituída por:

- a) Uma rotunda que tem como principal função a articulação do Largo Alfredo Diniz com as principais vias de acesso a este Largo (a Av. Aliança Povo-MFA e a Av. 25 de Abril);
- b) A Av. Aliança Povo-MFA (Ex-EN10), em articulação com os estaleiros da Margueira e a Mutela;
- c) A Av. 25 de Abril, seguida da Av. D. Afonso Henriques, Praça Gil Vicente, Av.D.Nuno Álvares Pereira, Praça MFA, Av. Bento Gonçalves, que se prolonga até à grande rotunda junto ao Pão de Açúcar e ao Parque da Paz (um dos principais eixos estruturantes da cidade, senão o principal);
- d) O arruamento de acesso ao Ginjal, fronteiro ao rio;
- e) Os arruamentos de ligação no sentido Nascente-Poente ao centro urbano de Almada - Rua Cândido dos Reis (exclusiva de peões) e Rua Carvalho Freirinha;
- f) O Largo Alfredo Diniz, ocupado em grande parte por um terminal rodoviário de transportes coletivos e por estacionamento de automóveis;
- g) O número de veículos estacionados na área é variável, superior a duas centenas, montante claramente inferior aos 800 veículos estacionados verificados em anos anteriores (incluindo a zona do “morro”).

A rotunda referida em a), foi dimensionada para permitir duas amplas faixas de rodagem (propícia à utilização por veículos pesados, bem como pelo atravessamento do MST.

O acesso ao Ginjal apresenta um perfil inicial de cerca de 5,00 metros e dois sentidos de circulação, perfil que também diminui mais à frente, no sentido Nascente-Poente, dificultando ou mesmo impedindo dois sentidos de circulação.

Solução Proposta

O conceito de intervenção do Plano prevê vias projetadas de acesso aos edifícios de habitação e de usos mistos, designadas na Planta de Implantação como Vias de Acesso Público (incluindo percursos pedonais e de emergência), que garantem a aplicação dos critérios de segurança constantes na legislação em vigor no âmbito da segurança contra incêndios.

No caso do edifício de uso misto previsto para a parcela 1, expectável que se situe na 4ª categoria de risco, a largura da via de acesso é de 6 metros e a altura útil da via de 5 metros, com uma inclinação máxima de 10 %. Serão garantidas duas fachadas acessíveis e marcos de água a menos de 30 metros de qualquer saída dos edifícios.

No caso dos edifícios de habitação previstos para as parcelas 2, 4, 5 e 6, expectável que se situem na 2ª categoria de risco, a largura da via de acesso é de 6 metros e a altura útil da via de 5 metros, com uma inclinação máxima de 10 %. No mínimo será garantida uma fachada acessível e marcos de água a menos de 30 metros de qualquer saída dos edifícios.

A capacidade de suporte das vias de acesso a estes edifícios deverá ser de 170 KN de modo a que os veículos de socorro possam estacionar junto à fachada.

No caso dos edifícios de comércio e serviços e de estacionamento previstos para a parcela 3, expectável que se situem na 1ª categoria de risco, a largura da via de acesso é no mínimo de 3,5 metros e a altura útil da via de 4 metros, com uma inclinação máxima de 15 % e é garantida no mínimo uma fachada acessível. Neste caso a capacidade de suporte das vias de acesso a estes edifícios deverá ser de 130 KN para que os veículos possam estacionar junto à fachada.

Propõe-se o reajustamento da infraestrutura rodoviária, a saber:

- a) Manutenção da rotunda de articulação, uma vez que as necessidades de acesso rodoviário a Cacilhas se limitam:
 - Às funções de Kiss & Ride do transporte individual e táxis no interface intermodal rodo-ferro-fluvial;
 - Ao acesso rodoviário de transporte individual aos “ferryboats” de e para, o Cais do Sodré;
 - Ao acesso rodoviário dos TCR, os quais dispõem de espaço muito folgado de giração na rotunda; acresce ainda a favor, a expectativa de redução futura das carreiras de camionagem no espaço canal do MST, dando prioridade ao modo elétrico, mais performante.
- b) Pode haver a prazo, redimensionamento (alongamento) da geometria da rotunda, para favorecer o espaço necessário a reservar, nos períodos de espera, enquanto estiver a circular o MST.
- c) A Rua Cândido dos Reis, pedonal, mas com serviço de veículos autorizados, e a Rua Carvalho Freirinha, bem como o acesso ao Ginjal, mantêm os respectivos perfis transversais, embora com revestimento apropriado à circulação de peões, que permita o uso

condicionado de veículos automóveis (cargas e descargas com horário, veículos de serviço público e de emergência).

- d) O Largo Alfredo Dinis, enquanto não for implementado o Plano de Urbanização de Almada Nascente, manterá a configuração atual, com separação do tráfego rodoviário de TI e TCR a partir da rotunda referida (o TI circula do lado poente do espaço canal do MST e o TCR e o TI para os “ferryboats” do lado nascente).

Recomendação

O transporte público rodoviário, percorre o mesmo espaço canal do MST. Quer o operador MST, quer o operador TCR, são subsidiados pelo erário público, coabitando em competição no mesmo espaço canal. Sendo o transporte MST em modo elétrico, não poluente, cumprindo horários, cómodo, rápido, de maior capacidade, seria lógico prescindir do rodoviário não fora o preço praticado.

A CMA, o IMTT e a AMTL, poderão negociar esta situação, transferindo as dotações actuais disponibilizadas aos TCR que circulam no espaço canal do MST para o operador MST, permitindo uma redução da tarifa do MST, e potenciando deste modo o aumento da frequência, com vantagens para os utentes e para erário público.

10.3. INFRAESTRUTURAS FERROVIÁRIAS

Estas infraestruturas, de conceção muito especializada, integram a 1ª fase do MST em 3 linhas:

- Linha 1: Cacilhas-Corroios;
- Linha 2: Corroios-Pragal;
- Linha 3: Cacilhas-Universidade.

Solução Proposta

Deverá manter-se por mais uns anos o terminal de Cacilhas (terminal das linhas 1 e 3), podendo esta situação alterar-se com a implementação do PU de Almada Nascente e o serviço adicional do MST à Margueira.

O terminal de Cacilhas, permite no futuro assegurar as funções de terminal das seguintes linhas:

- a) Linha 1 (Cacilhas - Fogueteiro), embora este serviço só se venha a verificar na fase 2 de construção;
- b) Linha 1 (Cacilhas - Fogueteiro), em serviço parcial a Corroios;
- c) Linha 3 (Cacilhas - Universidade da Caparica – Costa da Caparica).

As linhas do MST têm uma plataforma ferroviária de cerca de 7,00 metros de perfil transversal. Este perfil, pode ser reduzido (eventualmente no serviço parcial à Margueira), caso se venham a

verificar alterações técnicas como, por exemplo, metro ligeiro sem catenária, com carregamento elétrico nos tempos de paragens nas estações.

Se existir a deslocação do terminal para a doca 13, preconiza-se a manutenção da linha, como ramal de conforto para acesso ao Ginjal

10.4. PERCURSOS CICLÁVEIS

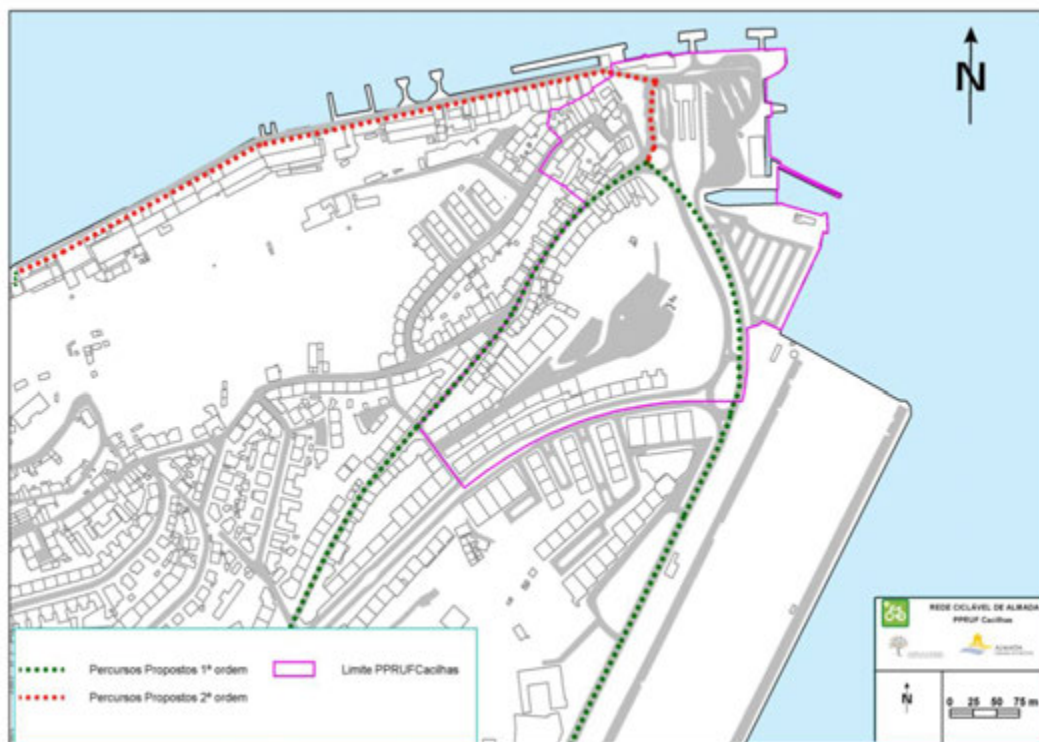
Situação Existente

Atualmente não existem percursos cicláveis formalizados na área de intervenção do Plano, embora a Rede Ciclável de Almada (RCA), aprovada em Sessão de Câmara em Setembro de 2005, preveja 3 percursos para a área do PPRUF de Cacilhas.

Solução Proposta

Para a área do PPRUF de Cacilhas, a RCA prevê dois percursos cicláveis de 1ª ordem e um percurso ciclável de 2ª ordem. Esta hierarquização reflete a densidade de ocorrências que percorrem ou poderão vir a percorrer, nomeadamente equipamentos, interfaces de transporte e equipamentos culturais e de lazer.

Os percursos devem atender aos princípios e critérios definidos na Memória Descritiva da RCA, assim como às especificações do Regulamento Urbanístico do Município de Almada, no que respeita às suas características de qualidade ambiental, funcionalidade, segurança, pavimentos e secções transversais. De igual modo, a tipologia associada a cada percurso será definida de acordo com especificações técnicas da RCA.



Percursos cicláveis da RCA para a área de intervenção do PPRUF de Cacilhas.

A integração da valência ciclável com os outros meios de transporte na área do PPRUF de Cacilhas e sua envolvente, deverá potenciar a utilização quotidiana deste modo suave, em particular nas deslocações de curta distância.

11. INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS

11.1. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Situação Existente

A rede de abastecimento de água de Cacilhas, é bastante simples, sendo assegurada por um anel adutor/distribuidor com 200 mm de diâmetro nominal, o qual da Avenida 25 de Abril, se prolonga pelo troço da E.N. n.º 10, entre a rotunda da Margueira e o Largo Alfredo Diniz, inflectindo depois para Oeste, através da Rua Cândido dos Reis.

Um conjunto de condutas secundárias com diâmetros compreendidos entre 63mm e 100mm, assegura a distribuição domiciliária de água, e de alimentação às infraestruturas existentes e combate a incêndio, destacando-se a alimentação aos atuais terminais rodoviário e fluvial.

A rede atual não apresenta problemas graves de funcionamento. Aliás, a situação topográfica de toda a zona – cotas próximas do nível zero – favorece a manutenção de uma pressão elevada.

Solução Proposta

Consiste fundamentalmente, na instalação a partir do eixo adutor principal, com 200mm de diâmetro, não só os ramais de abastecimento aos edifícios e equipamentos projetados, mas também de novos ramais de abastecimento aos edifícios existentes.

A composição de traçado das novas redes assenta fundamentalmente na instalação de uma rede em malha com ligações ao adutor principal existente. Esta malha irá alimentar os novos edifícios. Desta forma será possível garantir um melhor equilíbrio de pressões e alimentação em caso de eventual rotura ou manutenção. Toda a rede terá o seu percurso preferencialmente sob os passeios.

Ao longo da Avenida 25 de Abril, a instalação da "plataforma" do MST, já terá deslocado os eixos adutores aproximando-os dos edifícios existentes, praticando-se um eixo distribuidor de cada lado da avenida, embora mantendo-se no essencial a topologia da rede.

Nas restantes zonas – com especial realce para a Rua Cândido dos Reis – não há necessidade de alterar a estrutura de adução/distribuição existente, considerando-se o seu reforço e/ou substituição/renovação das condutas.

O material das novas condutas é o Polietileno de Alta Densidade (PEAD), como material de primeira opção.

Serão instalados marcos de incêndio como forma de garantir a disponibilidade de água para um eventual combate a incêndio.

11.2. INFRAESTRUTURAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS

Situação Existente

Tanto as águas residuais domésticas produzidas nos edifícios existentes na zona, como as que afluem a esta, através do coletor instalado na Rua Cândido dos Reis, já não são rejeitadas para o Rio Tejo sem qualquer tratamento. Desde 2003 que se encontra em funcionamento um sistema de tratamento de águas residuais domésticas da cidade, o qual inclui um sistema intercetor de águas residuais domésticas, que as transporta para uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR), na Mutela.

Toda a zona de intervenção do plano se integra no referido sistema, não sendo possível a instalação de coletores que permitam realizar o saneamento das águas residuais, através de um sistema gravítico.

Solução Proposta

- a) Instalação de um sistema elevatório, para os esgotos produzidos na zona do Ginjal;
- b) Canalização das águas residuais domésticas através de coletores a instalar no eixo das vias novas. Todo o efluente será conduzido para Sul, ligando-se ao sistema intercetor da Mutela, na zona da rotunda da Margueira.

O material dos novos coletores é o Polipropileno corrugado, como material de primeira opção associado a caixas de visita em betão com tampas em ferro fundido classe D400.

11.3. INFRAESTRUTURAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS PLUVIAIS

Situação Existente

As águas residuais pluviais são conduzidas atualmente, direta ou indiretamente, para o Rio Tejo.

Solução Proposta

Renovação das redes de águas residuais domésticas e pluviais, o que permite eliminar parte das afluições de águas residuais domésticas ao sistema pluvial. A área do terminal rodoviário e sobretudo, o número de veículos com motores funcionando a hidrocarbonetos que acede ao Largo de Cacilhas (transportes públicos e outros), que diminuirá, são fatores que associados às zonas de estacionamento equipadas com caixas de retenção de hidrocarbonetos, facilitarão o saneamento. O sistema de tratamento de águas residuais domésticas, que inclui um sistema intercetor das mesmas, a ser implementado pelos serviços afetados, vai provocar menor afluição de águas residuais poluentes ao sistema de coletores pluviais.

Projeta-se a construção de um sistema de decantação de hidrocarbonetos a jusante da zona onde se prevê que possam acidentalmente ocorrer derrames daquelas substâncias – terminal de autocarros e táxis – antes da descarga no Rio Tejo, como medida de salvaguarda.

O material dos novos coletores é o Polipropileno corrugado, como material de primeira opção, associados a sumidouros em betão com grelhas em ferro fundido e a caixas de visita em betão com tampas em ferro fundido classe D400.

11.4. INFRAESTRUTURAS DE GÁS

Situação Existente

A rede pública de distribuição de gás natural serve zonas próximas da área de intervenção do plano. Assim, não se diagnosticam problemas quanto ao abastecimento na zona de Cacilhas.

Solução Proposta

A rede de distribuição a construir será composta por tubagens principais e por ramais de distribuição, em polietileno de alta densidade. Ficará localizada preferencialmente sob os passeios e caminhos de peões.

Parâmetros de Cálculo e recomendações para o Projeto de Execução

Caudais

O caudal a adotar no dimensionamento do sistema de abastecimento de gás corresponde a um determinado consumo crítico no ano definido para horizonte de projeto obtido pela aplicação do coeficiente de simultaneidade ao consumo máximo da instalação.

Velocidade de Escoamento

A velocidade de escoamento máxima do gás na tubagem nas condições de máximo caudal e mínima pressão é de 15 m/s.

Pressão

Pressão Máxima

A pressão máxima em qualquer ponto da rede não deve ser superior a 4.00 bar.

Pressão Mínima

A pressão mínima em qualquer ponto da rede não deve ser inferior a 1.0bar.

Tubagem em Pead

- Qualquer tubagem a aplicar terá de estar de acordo com as normas da série NPEN1555 e ISO 1183, ISO 4437 e NP EN 10204 - 3.1.
- Os tubos de polietileno para gás deverão ser adquiridos com Certificado de Qualidade de acordo com a norma EN 10204 - tipo 3.1.
- Esta tubagem será de polietileno de alta densidade, com espessura nominal não inferior à definida pela série SDR 11, se a resina for do tipo PE 80, e da série SDR 17.6, se a resina for do tipo PE 100, ou de outras séries tecnicamente equivalente. Será de fabrico homologado pelo Laboratório de Engenharia Civil.
- Os acessórios a empregar serão também em polietileno de alta densidade, não são permitidas ligações roscadas.
- As juntas entre tubos, entroncamentos ou peças especiais são realizadas através de soldaduras por electrofusão para todos os diâmetros ou por soldadura topo a topo no caso de diâmetros de >90mm.
- Antes do tapamento da tubagem, deverá ser feito um ensaio de estanquicidade segundo as Normas Portuguesas em vigor e verificado pela Fiscalização.
- Nenhuma tubagem deste material poderá ser instalada sem ser enterrada.

Dispositivos de Corte

- Todas as válvulas devem de ser mecânica e quimicamente resistentes aos gases e ser PN 16.
- A direção do fluxo que as atravessa deve ser assinalada de maneira indelével em todas as válvulas.
- Os meios de empanque e os lubrificantes das válvulas devem ser resistentes aos gases com os quais são utilizados.
- Os diversos modelos devem ser aprovados pela entidade oficial competente ou organismo de controlo reconhecidos.
- Todas as válvulas instaladas deverão ter uma vigia que permita uma fácil manobra das mesmas.

Valas Para Assentamento das Canalizações

- As escavações deverão ser executadas para que, após a compactação, sejam atingidas as dimensões e cotas indicadas no projeto de execução.
- Sempre que se empreguem meios mecânicos de escavação, a extração das terras será interrompida antes de se atingir a posição prevista para o fundo, de forma a evitar o remeximento do terreno pelas garras das máquinas. O acabamento da escavação será

efetuado manualmente ou por qualquer processo que não apresente aquele inconveniente.

- Os materiais a empregar nos aterros não devem conter pedras, detritos orgânicos, entulhos heterogêneos, lodos ou terras de elevada compatibilidade.
- As camadas de aterro deverão ter uma espessura de 20cm antes da compactação, serem regadas de modo a ficarem com o teor de humidade adequado à obtenção da compactação exigida.
- A compactação dos aterros deverá ser efetuada por meios mecânicos ou manuais, de forma a que posteriormente não venham a produzir-se assentamentos que possam provocar danos nos pavimentos.

Assentamento das Canalizações

- O fundo das valas deve ser regularizado, com eliminação de qualquer saliência de rochas, pedras ou outros materiais que possam causar danos na tubagem ou no seu revestimento quando existir.
- As canalizações assentarão em almofada de areia, numa espessura máxima de 10 cm e o seu tapamento será executado de acordo com o prescrito nos pormenores desenhados, por camadas de 20cm, devidamente regadas e prudentemente compactadas por processos mecânicos ou manuais.
- A tubagem será provida de uma banda avisadora, sobreposta, com os dizeres "ATENÇÃO GÁS", segundo a especificação N.º 1175/P.
- As tubagens serão colocadas a uma profundidade mínima de 0,60m acima da geratriz superior do tubo. Em casos especiais a profundidade mínima poderá ser reduzida, sendo então a tubagem protegida com mangas de aço, vigas ou lajes de betão até à profundidade mínima acima referida.

11.5. INFRAESTRUTURAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Situação Existente

Atualmente todas as redes são subterrâneas. Conhecem-se os levantamentos e traçados das redes de distribuição de energia elétrica correspondentes à distribuição em Média Tensão e em Baixa Tensão/Iluminação: A alimentação em Média Tensão à zona, está assegurada por um anel subterrâneo principal, o qual da Av. 25 de Abril, se prolonga pelo troço da E.N. n.º 10, entre a rotunda da Margueira e o largo de Cacilhas, derivando depois para Oeste, através da Rua Cândido dos Reis, e para Nordeste de forma a alimentar o posto de transformação (PT) de Cacilhas (PTD-ALM-243-CB CAIS). Na zona do largo, a rede de distribuição em Baixa Tensão, apoia-se no mencionado PT, alimentando dois armários de distribuição e um conjunto de

edifícios. Um segundo PT, localizado na zona da Margueira, centraliza a alimentação aos edifícios situados no troço da Av. 25 de Abril, dentro da área de intervenção.

Solução Proposta

Avaliação das necessidades de reforço da infraestrutura.

Instalação de uma rede de alimentação principal (em Média Tensão).

Eventual deslocação do PT "cais" para outra zona, por razões de requalificação urbanística.

Manutenção e toda a rede subterrânea, bem como dos ramais de abastecimento aos edifícios na área histórica.

Instalação de três PT's.

Na elaboração do projeto de execução de eletricidade de Serviço Público serão tomadas em consideração as seguintes preocupações:

- - necessidade de aumentar o número de postos de transformação previstos (três), face ao possível aumento de potência necessário para alimentar eventuais novas construções;
- - respeitar na parte das interferências com Redes de BT e AT o Regulamento de Segurança de Redes de Distribuição em Baixa Tensão e o Regulamento de Segurança de Linhas Aéreas de Alta Tensão.
- - antes da elaboração do projeto de execução será contactado o Departamento de Estudo de Redes MT/BT da EDP, para obter todas as informações necessárias à elaboração do mesmo,

11.6. INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Situação Existente

Rede subterrânea; cabo é proveniente da Rua Cândido dos Reis, e divide-se depois em três "antenas" independentes que alimentam o terminal fluvial Norte, as instalações de apoio ao terminal rodoviário e o terminal fluvial Leste.

Solução Proposta

A instalação dos cabos na galeria técnica.

A reserva de capacidade de comutação das centrais digitais da cidade, é suficiente, projetando-se a integração de antenas do sistema GSM.

Conclusão

Pode haver oportunidade para renovar e redimensionar as redes existentes de um modo generalizado. Assim, para efeito de cálculo de custos considera-se a total renovação das redes.

11.7. INFRAESTRUTURAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E MOBILIÁRIO URBANO

Situação Existente

As colunas de iluminação de 5 braços, que ainda existirem, complementadas pelas colunas de iluminação de braço único, não são apropriadas.

Solução Proposta

Instalação de bancos e papeleiras nos locais selecionados como mais atrativos para a estadia de pessoas, de acordo com os modelos já utilizados pelo município.

Suportes metálicos para estacionamento de bicicletas.

Instalação de candeeiros de iluminação pública de tipo igual aos que têm sido colocados em todos os espaços públicos. Excetua-se a zona do núcleo histórico de Cacilhas, onde a seleção do sistema de iluminação deverá ter em conta as características arquitetónicas específicas desta área, conforme projeto específico.

Completa reformulação do existente, a integrar nas soluções urbanas para os espaços públicos, com modelos já utilizados pelo município.

12. GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA ENQUADRANTES

As sondagens de reconhecimento já se efetuaram em Julho de 2000. Porém, consideram-se atualizadas, dado que não houve quaisquer alterações topográficas e geotécnicas. Além da inspeção geológica do local, recorreu-se ao reconhecimento com sondagens, conjuntamente com a execução de ensaios de penetração dinâmica (SPT), destinados a atribuir parâmetros de resistência aos terrenos mais brandos.

O apoio topográfico consistiu numa planta digitalizada, na escala 1:500, elaborada antes do aproveitamento da plataforma culminante para parque de estacionamento de automóveis. Em todo o caso, pareceu atualizada no essencial.

GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA ENQUADRANTES

A área de intervenção localiza-se na extremidade da “península” de Almada-Cacilhas e é constituída por sedimentos do Miocénico de Lisboa, atribuídos, na Carta Geológica dos Arredores de Lisboa, na escala 1:50 000, aos níveis estratigráficos M^3_{Vb} – *Areias do Vale de Chelas*, M^3_{Va} – *Calcários com “Chlamys scabriuscula” de Musgueira* e M^3_{Va2} – *Areias com “Placuna miocénica”*. Este conjunto estratigráfico apoia-se no nível M^2_{IVb} – *Areias da Quinta do Bacalhau*. Esta série sedimentar encontra-se basculada para o quadrante SE, com a inclinação média de 9°.

A “península” de Almada-Cacilhas, cuja geologia, tal como consta da Carta Geológica dos Arredores de Lisboa, na escala 1:50 000, tem orientação coincidente com a dos sedimentos, isto é, para o quadrante NE, facto que decorre da sua evolução geomorfológica. É evidente que se trata de um relevo de resistência que, do lado norte, fixou a margem esquerda do rio Tejo. A inclinação dos sedimentos, de sentido oposto ao da vertente virada ao Tejo, criou, assim, condições para que esta vertente constituísse um obstáculo ao avanço da erosão fluvial e evoluísse para um talude escarpado, com trechos de falésia.

A superfície culminante da península inclina suavemente para SSE, subordinadamente à inclinação dos sedimentos.

Na área de intervenção encontram-se reproduzidas as características fisiográficas da península. Mas, além delas, devem referir-se outras particularidades ou **unidades geomorfológicas**. De entre todas, a mais expressiva é a falésia virada a Nascente, com prolongamento para o talude virado a sul (unidade B2). O trecho de falésia, virado a NE, tem orientação concordante com a da inclinação dos sedimentos, facto que sugere uma relação entre ambos. Presume-se, aliás, que se trata de uma **escarpa de falha** do sistema de orientação N30°W identificado na cidade de Almada.

Embora a relação da falésia com a tectónica seja apenas uma suspeita de difícil comprovação, é importante que se tenha presente, pois constituirá um alerta para a ocorrência deste tipo de acidente nas escavações previstas no plano de pormenor.

Os taludes, de fraca inclinação, virados a NW (unidade B3), respectivamente contrários e conformes com a estratificação, encontram-se revestidos por uma cobertura de solo de alteração residual remexido e com algum transporte.

Muros de suporte verticais, construídos nas unidades B4 e B2 (sul), destinaram-se, não a controlar processos de instabilidade, mas a aumentar a área das traseiras dos prédios da Avenida 25 de Abril de 1974 e da Rua Cândido dos Reis.

A plataforma culminante (unidades B4, B1 e B3) tem a forma de um triângulo, mais alongado segundo a direcção da estratificação (NE-SW).

A falta de recorte deve-se à ausência de linhas de água ou entalhes importantes, facto que contribui para a imagem de robustez do relevo.

Esta imagem traduz também alguma uniformidade das características mecânicas. De facto, como adiante se verá, quando se apresentarem os resultados das sondagens, predomina na constituição **litológica** do maciço o constituinte **areia** com grau de compactação geralmente elevado. A diversidade de fácies litológicas deve-se à presença, com teores variáveis, de outros constituintes, designadamente, **argila**, **silt** e **conchas** de animais estuarinos. Contribui também para a maior diversidade das fácies litológicas a **carbonatação** dos sedimentos, à custa da precipitação do carbonato de cálcio que as águas de percolação retiraram das conchas. É assim que ocorrem **calcários** areníticos, siltíticos ou margosos e concentrações de conchas fossilizadas ligadas por cimento calcário (**lumachelas**).

As condições **hidrogeológicas** do maciço miocénico de Cacilhas são inferidas, pois, até à profundidade do reconhecimento, que atingiu a cota 7, não foi encontrada água freática. Apenas os sedimentos apresentavam teor de humidade crescente com o avanço das sondagens.

Assim, decorre das observações efetuadas, que a **permeabilidade** dos sedimentos é, em média, característica de areias finas siltosas ou inferior, portanto da ordem de **5x10⁻⁶ ms⁻¹**. À medida que se avança em profundidade e que o teor de humidade natural aumenta, os sedimentos tendem para a saturação, que deve registar-se quando se atingir o nível de base local, ou seja, a cota de água do Tejo.

TRABALHOS DE RECONHECIMENTO

O reconhecimento subterrâneo foi realizado com quatro **sondagens** mecânicas, verticais, localizadas na plataforma culminante, nos vértices de um quadrilátero alongado na direção NE-SW, cujos lados têm comprimentos entre 47m (mínimo) e 102m (máximo). Foi intenção inicial que a **furação** das sondagens se realizasse a rotação e fosse acompanhada com a execução de ensaios de penetração dinâmica (**SPT**). Contudo, as dificuldades de avanço encontradas na primeira sondagem (S3), devidas a ocorrências pétreas no seio dos sedimentos, estes classificáveis na generalidade como rochas brandas, fizeram com que se tomasse a decisão de substituir a furação rotativa por furação a **trado**, com a execução de ensaios SPT de metro a metro. A execução destes ensaios passaria, então, a ter por finalidade, não só o teste de resistência dos terrenos sondados, mas também a recolha de amostra praticamente integral, quando se não tratasse de materiais pétreos. A mudança de furação veio a resultar satisfatoriamente e a revelar-se a mais adequada para o objetivo deste estudo. As sondagens têm comprimento médio de 15m. A que se realizou em primeiro lugar (S3) ficou com 13m, devido aos problemas encontrados, acima referidos. A que se iniciou a cota mais alta (S2), atingiu os 17m. À profundidade atingida, todas as sondagens encontravam já dificuldade de avanço, devido à resistência do terreno.

Acompanharam o estudo os **diagramas das sondagens**.

Nos **diagramas das sondagens** é visível que houve dificuldade de distinguir os complexos lito-estratigráficos. Estes identificam-se melhor em afloramento e a partir dos fósseis característicos. Mas, não tendo sido possível diferenciar claramente os níveis estratigráficos, fez-se uma descrição sumária das amostras praticamente intactas dos ensaios SPT. O resultado destes ensaios, também incluídos nos diagramas das sondagens, são na sua maioria **negas**, isto é, os ensaios terminaram antes que o equipamento de ensaio concluísse o avanço de 45cm, após 60 golpes. No sentido de melhorar a exploração dos dados deste ensaio, criou-se o conceito paramétrico de **dificuldade aparente no avanço em ensaio SPT**, que consiste na *percentagem de avanço não conseguido, para atingir o máximo de 45cm, após a aplicação de 60 golpes*. Assim, os valores calculados para este parâmetro variam entre o **0** (quando o ensaio se conclui com o avanço de 45cm) e valores superiores a 0 e até 100 (quando os ensaios se concluem com avanços inferiores a 45cm). Quanto maior for esse valor, maior terá sido a dificuldade de avanço e, portanto, mais duro se terá apresentado o terreno.

GEOTECNIA

Os ensaios SPT efetuados nas sondagens comprovam a **elevada resistência** geral das formações geológicas, empilhadas com inclinação de aproximadamente 9° e que constitui o relevo nuclear do local estudado.

Os principais constituintes são areias finas e siltes com elevada compactação e cimentação calcária em graus variáveis. Mas identificam-se níveis com ligeiros teores argilosos. O ângulo de atrito é, portanto, elevado, podendo garantir-se que no geral é superior a 30°, só descendo abaixo deste valor pontualmente. De salientar que os taludes naturais do trecho em falésia atingem inclinações próximas de 45°, sem que se note qualquer sinal de instabilidade.

A estrutura geológica monoclinal contribui para as condições naturais de estabilidade. Por sua vez a existência de níveis estratigráficos fortemente consolidados e rijos (casos de arenitos e lumachelas) contribui também para reforçar a robustez do conjunto. É seguro, pois, que se possam empreender as escavações projectadas com taludes provisórios naturais.

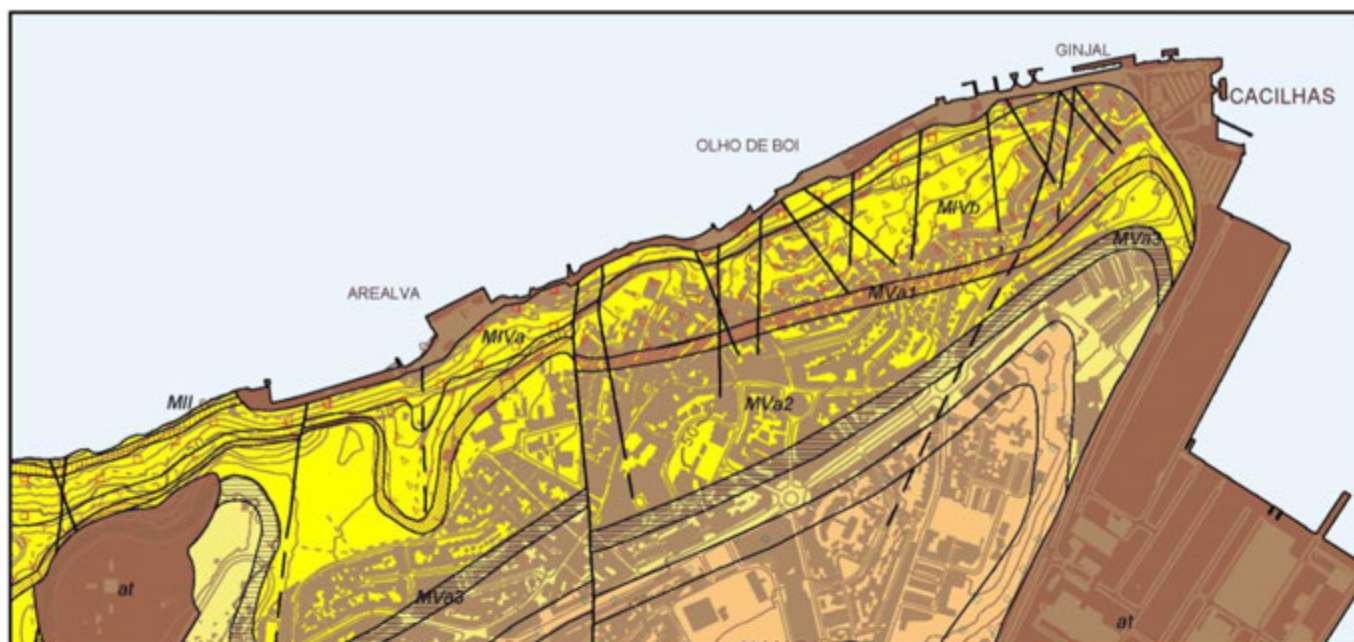
De assinalar a ausência de níveis saturados até à profundidade atingida pelo reconhecimento (cota 7,00).

Finalmente, salienta-se que o revestimento, com solos remexidos, quer de aterros, quer de alteração residual, está confinado às zonas geomorfológicas B2, B3 e B4 e não parece ultrapassar a espessura de 2,00 metros.

Pode concluir-se que é seguro poder empreender-se escavações com taludes provisórios naturais.

CARATERIZAÇÃO SÍSMICA

A zona está classificada como apresentando grau de sismicidade elevado com intensidade IX (Carta de Isossistas de Intensidades Máximas (1531-1996), escala de Mercalli Modificada de 1956).



Legenda :

Quaternário	Holocénico		Arenas de praia
			Depósitos de vertente (dv), Aluvios (al)
Pleistocénico			Dunas (d) e areias de duna (ad)
			Aluviões
Neogénico	Pliocénico		Conglomerado de Belverde
			Arenas de Santa Marta
	Miocénico	Tortoniano	Arenas com <i>Fabellipecten tenuistylatus</i> de Braço de Prata e Arenas com <i>Chlamys macrodon</i> de Cabo Ruivo
		Serravaliano	Grés com <i>Schizaster scabellus</i> de Grilos e Calcários com <i>Pycnodonta squarrosa</i> de Marvila
		Langhiano	Argilas azuis de Xabregas
			Arenas do Vale de Chelas e Calcários com fósseis espálitos e <i>Anomia choiati</i> de Quinta das Conchas
	Burdigaliano		Calcário com <i>Chlamys scaberrima</i> de Musgueira
			Arenas com <i>Plicana micamica</i>
			Calcário com <i>Chlamys scaberrima</i> de Canal Viteiro
			Arenas da Quinta do Sacalhou
			Argilas azuis do Forno do Tijolo

Símbolos Convencionais
 — Limite geológico
 — Falha
 - - - - Falha provável

0 250 500 750 m

Carta Geológica de Almada

Pormenorização da Frente Ribeirinha Nascente

Zona de Cacilhas - Quinta do Almaraz



Departamento de Estratégia e
Gestão Ambiental Sustentável



CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO I

ISENÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Em reunião de Câmara de 02-11-2011 a Câmara Municipal de Almada deliberou isentar o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas do procedimento de AAE, com base no disposto no nº 4 do artigo 96º do DL 316/2007, de 19/09, com a redacção dada pelo DL 46/2009, de 20/02 e no disposto no nº2 do artigo 3º do DL 232/07 de 15/06.

Esta decisão foi comunicada pela Câmara à CCDRLVT, ARHTejo e ANPC em 08-11-2011.

ANEXO II

CARATERIZAÇÃO PATRIMONIAL

ANEXO III

FICHA TÉCNICA

MASSAPINA ARQUITECTOS ASSOCIADOS LDA.⁹

Arq. António Vasco Massapina – coordenação, planeamento urbanístico, desenho urbano

Arq. Pedro Serra Vaz – planeamento urbanístico, desenho urbano, arquitectura (1998-2007)

Arq. João Vasco Massapina – planeamento urbanístico, desenho urbano, arquitectura

Colaboradores

Arq. Pedro Rodrigues – desenho urbano

Arq. Bruno Cerqueira – desenho urbano

COLABORAÇÕES CONCRETAS

Arq. António Manuel F. Cardoso – coordenação infra-estruturas, transportes, assessoria ao planeamento urbanístico

Arq. Pedro Santos Costa – coordenação, programa de execução e plano de financiamento (modelo de gestão e sistema de perequação)
– regulamento

ESPECIALIDADES SUBCONTRATADAS

Eng. Civil João Guimarães, ins. OE 25390 – infra-estruturas urbanísticas

Eng. Elect. Luís Manuel Serras Lopes, infra-estruturas elétricas. e telecomunicações

Arq^a. Pais^a. Anabela Guedes – arquitectura paisagística

Arq^a. Pais^a. Madalena Coutinho – arquitectura paisagística

Dr. António José Sá – economia, estudos de mercado (1998/2000)

Dr. António dos Santos Nazareth – geologia

APLITOP Ld.^a – cadastro da propriedade

Eng. Carlos Fafaiol – mapa de ruído

⁹ Designação alterada da empresa Atelier Cidade Aberta, arquitectura, planeamento e artes plásticas, Lda.

ANEXO I

ISENÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Em reunião de Câmara de 02-11-2011 a Câmara Municipal de Almada deliberou isentar o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas do procedimento de AAE, com base no disposto no nº 4 do artigo 96º do DL 316/2007, de 19/09, com a redacção dada pelo DL 46/2009, de 20/02 e no disposto no nº2 do artigo 3º do DL 232/07 de 15/06.

Esta decisão foi comunicada pela Câmara à CCDRLVT, ARHTejo e ANPC em 08-11-2011 através de ofícios constantes das páginas seguintes.



MUNICÍPIO DE ALMADA • CÂMARA MUNICIPAL
Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável
Casa Municipal do Ambiente
Rua Bernardo Francisco da Costa, 42 2800-029 Almada, Portugal
Tel: + 351 21 272 2510 Fax: + 351 21 272 25 19

Exmo. Senhor
Dr. Carlos Pina
Director Serviços de
Ordenamento do Território
Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional de
Lisboa e Vale do Tejo
Rua Braamcamp, n.º 7
1250-048 Lisboa

Ofício N.º DEGAS/54/08-11-2011

Assunto: *Informação às ERAE da Isenção do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas a procedimento da Avaliação Ambiental Estratégica.*

Exmo. Senhor Director, Dr. Carlos Pina,

Como é do Vosso conhecimento, a Câmara Municipal de Almada deliberou em 7 de Outubro de 2009 proceder à elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas, com a aprovação dos seus Termos de Referência, tendo por objectivo estabelecer uma visão integrada do território envolvente, através de soluções de composição e desenho que orientem as intervenções de reabilitação urbana para a resiliência deste território.

A aplicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, juntamente com o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, remete para a Câmara Municipal a decisão em submeter ou não um Plano de Pormenor a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

A fundamentação da decisão de sujeição ou isenção de um Plano de Pormenor a procedimento de AAE decorre assim de uma análise do contexto territorial em que este se insere, designadamente da sua matriz biofísica e das suas susceptibilidades ambientais de diferentes naturezas, associadas a oportunidades de qualificação urbanística e ambiental.

A matriz biofísica da área de intervenção do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas caracteriza-se por dois elementos principais:

- o Sistema Húmido constituído por duas linhas de água artificializadas que drenam no Rio Tejo, uma que acompanha a R. Cândido dos Reis e desagua

cf.

junto ao Cais onde está instalada a Fragata D. Fernando e Glória e outra que acompanhando o final da Av. 25 de Abril, desagua na Margueira,

- o Morro de Cacilhas, que constitui uma área permeável e apresenta declives acentuados, na vertente do Largo Alfredo Dinis;

Não existem áreas afectas à Reserva Ecológica Nacional ou à Reserva Agrícola Nacional.

Os Termos de referência aprovados e o Estudo Prévio em desenvolvimento deste Plano prevêem soluções para estas áreas que não conflituam com as suas características intrínsecas e que constituem medidas de adaptação a possíveis efeitos das Alterações Climáticas sobre este território, como é exemplo a libertação do espaço do Largo Alfredo Dinis.

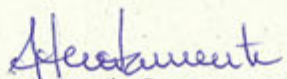
A instalação de áreas verdes e permeáveis contribui igualmente para a amenização climática, designadamente a criação de uma praça e de um jardim no Morro de Cacilhas, que assegurará a manutenção da capacidade de infiltração.

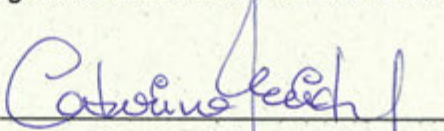
Com base nesta avaliação e ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15/06 entende-se que o presente Plano **não é susceptível de ter efeitos significativos no ambiente**, já que muitas das medidas de base do Estudo Prévio contribuem decisivamente para a salvaguarda do funcionamento dos sistemas ecológicos.

Suportada neste fundamento técnico, a Câmara Municipal de Almada deliberou na Reunião de Câmara de 2 de Novembro 2011 **Isentar o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas a procedimento da Avaliação Ambiental Estratégica**, com base no disposto no n.º 4 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e no disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 232/07, de 15/06, decisão que nesta oportunidade Vos damos conhecimento.

Com os melhores cumprimentos,

Almada, 08 de Novembro de 2011


Directora do Departamento de
Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável,


Catarina Freitas, Eng.ª



MUNICÍPIO DE ALMADA • CÂMARA MUNICIPAL

Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável

Casa Municipal do Ambiente

Rua Bernardo Francisco da Costa, 42 2800-029 Almada, Portugal

Tel: + 351 21 272 2510

Fax: + 351 21 272 25 19

Exma. Senhor Presidente

Eng. Manuel Lacerda

Administração da Região Hidrográfica do

Tejo,

Rua Braamcamp, nº7

1250-048 Lisboa

Ofício N.º DEGAS/52/08-11-2011

Assunto: Informação às ERAE da Isenção do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas a procedimento da Avaliação Ambiental Estratégica.

Exmo. Senhor Presidente, Eng.º Manuel Lacerda,

Como é do Vosso conhecimento, a Câmara Municipal de Almada deliberou em 7 de Outubro de 2009 proceder à elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas, com a aprovação dos seus Termos de Referência, tendo por objectivo estabelecer uma visão integrada do território envolvente, através de soluções de composição e desenho que orientem as intervenções de reabilitação urbana para a resiliência deste território.

A aplicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, juntamente com o Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, remete para a Câmara Municipal a decisão em submeter ou não um Plano de Pormenor a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

A fundamentação da decisão de sujeição ou isenção de um Plano de Pormenor a procedimento de AAE decorre assim de uma análise do contexto territorial em que este se insere, designadamente da sua matriz biofísica e das suas susceptibilidades ambientais de diferentes naturezas, associadas a oportunidades de qualificação urbanística e ambiental.

A matriz biofísica da área de intervenção do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas caracteriza-se por dois elementos principais:

- o Sistema Húmido constituído por duas linhas de água artificializadas que drenam no Rio Tejo, uma que acompanha a R. Cândido dos Reis e desagua junto ao Cais onde está instalada a Fragata D. Fernando e Glória e outra que acompanhando o final da Av. 25 de Abril, desagua na Margueira,

- o Morro de Cacilhas, que constitui uma área permeável e apresenta declives acentuados, na vertente do Largo Alfredo Dinis;

Não existem áreas afectas à Reserva Ecológica Nacional ou à Reserva Agrícola Nacional.

Os Termos de referência aprovados e o Estudo Prévio em desenvolvimento deste Plano prevêem soluções para estas áreas que não conflituam com as suas características intrínsecas e que constituem medidas de adaptação a possíveis efeitos das Alterações Climáticas sobre este território, como é exemplo a libertação do espaço do Largo Alfredo Dinis.

A instalação de áreas verdes e permeáveis contribui igualmente para a amenização climática, designadamente a criação de uma praça e de um jardim no Morro de Cacilhas, que assegurará a manutenção da capacidade de infiltração.

Com base nesta avaliação e ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15/06 entende-se que o presente Plano **não é susceptível de ter efeitos significativos no ambiente**, já que muitas das medidas de base do Estudo Prévio contribuem decisivamente para a salvaguarda do funcionamento dos sistemas ecológicos.

Suportada neste fundamento técnico, a Câmara Municipal de Almada deliberou na Reunião de Câmara de 2 de Novembro 2011 **Isentar o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas a procedimento da Avaliação Ambiental Estratégica**, com base no disposto no n.º 4 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e no disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 232/07, de 15/06, decisão que nesta oportunidade Vos damos conhecimento.

Com os melhores cumprimentos,

Almada, 08 de Novembro de 2011

A. Henriques

A Directora do Departamento de
Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável,

Catarina Freitas
Catarina Freitas, Eng.ª



MUNICÍPIO DE ALMADA • CÂMARA MUNICIPAL

Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável

Casa Municipal do Ambiente

Rua Bernardo Francisco da Costa, 42 2800-029 Almada, Portugal

Tel: + 351 21 272 2510

Fax: + 351 21 272 25 19

Exmo. Senhor

Comandante Dinis de Jesus

Comandante Operacional Distrital de

Operações de Socorro de Setúbal

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Av. dos Bombeiros Voluntários

2950-209 Palmela

Ofício N.º DEGAS/53/08-11-2011

Assunto: *Informação às ERAE da Isenção do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas a procedimento da Avaliação Ambiental Estratégica.*

Exmo. Senhor Comandante Operacional Distrital,

Como é do Vosso conhecimento, a Câmara Municipal de Almada deliberou em 7 de Outubro de 2009 proceder à elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas, com a aprovação dos seus Termos de Referência, tendo por objectivo estabelecer uma visão integrada do território envolvente, através de soluções de composição e desenho que orientem as intervenções de reabilitação urbana para a resiliência deste território.

A aplicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, juntamente com o Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, remete para a Câmara Municipal a decisão em submeter ou não um Plano de Pormenor a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

A fundamentação da decisão de sujeição ou isenção de um Plano de Pormenor a procedimento de AAE decorre assim de uma análise do contexto territorial em que este se insere, designadamente da sua matriz biofísica e das suas susceptibilidades ambientais de diferentes naturezas, associadas a oportunidades de qualificação urbanística e ambiental.

A matriz biofísica da área de intervenção do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas caracteriza-se por dois elementos principais:

- o Sistema Húmido constituído por duas linhas de água artificializadas que drenam no Rio Tejo, uma que acompanha a R. Cândido dos Reis e desagua junto ao Cais onde está instalada a Fragata D. Fernando e Glória e outra que acompanhando o final da Av. 25 de Abril, desagua na Margueira,
- o Morro de Cacilhas, que constitui uma área permeável e apresenta declives acentuados, na vertente do Largo Alfredo Dinis;

Não existem áreas afectas à Reserva Ecológica Nacional ou à Reserva Agrícola Nacional.

Os Termos de referência aprovados e o Estudo Prévio em desenvolvimento deste Plano prevêem soluções para estas áreas que não conflituam com as suas características intrínsecas e que constituem medidas de adaptação a possíveis efeitos das Alterações Climáticas sobre este território, como é exemplo a libertação do espaço do Largo Alfredo Dinis.

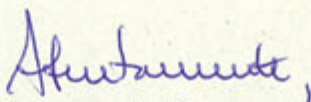
A instalação de áreas verdes e permeáveis contribui igualmente para a amenização climática, designadamente a criação de uma praça e de um jardim no Morro de Cacilhas, que assegurará a manutenção da capacidade de infiltração.

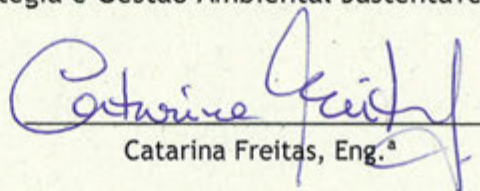
Com base nesta avaliação e ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15/06 entende-se que o presente Plano **não é susceptível de ter efeitos significativos no ambiente**, já que muitas das medidas de base do Estudo Prévio contribuem decisivamente para a salvaguarda do funcionamento dos sistemas ecológicos.

Suportada neste fundamento técnico, a Câmara Municipal de Almada deliberou na Reunião de Câmara de 2 de Novembro 2011 **Isentar o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas a procedimento da Avaliação Ambiental Estratégica**, com base no disposto no n.º 4 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e no disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 232/07, de 15/06, decisão que nesta oportunidade Vos damos conhecimento.

Com os melhores cumprimentos,

Almada, 08 de Novembro de 2011


Directora do Departamento de
Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável,


Catarina Freitas, Eng.ª

ANEXO II

CARATERIZAÇÃO PATRIMONIAL



Freguesia de Cacilhas. Para definição da área histórica, foi considerada a antiga *Rua Direita* (*Elias Garcia e Cândido dos Reis*) como eixo, alargando ligeiramente antes do antigo Quartel dos Bombeiros de Cacilhas, na direcção do morro. Atendeu-se à existência de imóveis como o *Palácio das Inglesas* (séc. XVIII), o edifício junto ao local onde existiria a casa de *Elias Garcia* (séc. XIX), o antigo *Quartel dos Bombeiros de Cacilhas*, a *Igreja de N.ª Sra. do Bom Sucesso* (séc. XVIII), a *Fábrica de Salga de Peixe Romana*, a *Feitoria Fenício-Púnica da Quinta do Almaraz* (a zona do *Ginjal* foi excluída, já que se encontrava em fase de organização um processo destinado à área ribeirinha).

Segundo a DGEMN, trata-se de um *Núcleo habitacional mais antigo de Cacilhas englobando a área de ocupação fenícia, árabe, romana, medieval, moderna. Alterações contemporâneas. Edifícios mais importantes: igreja (reconstruída após o terramoto); Quinta das Inglesas; Salgas de Peixe romanas; antigo Forte. Nos finais do século XIX-XX foi zona de expansão fabril (cortiça) e de construção naval. De acesso íngreme a Almada/Rua da Pedreira, esteve sempre ligada ao tráfego fluvial. Possuía farol e chafariz, retirados aquando do alargamento do terreiro rodoviário e cais fluvial.*

Surge na listagem patrimonial do PDM de Almada com o número 18.

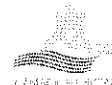
A Freguesia compreende o extremo Norte do Concelho de Almada, adquirindo particular destaque o Largo Alfredo Diniz, popularmente designado por Largo de Cacilhas. A área estende-se desde a Mutela (não incluída), atravessando a Margueira, Pontal de Cacilhas e Ginjal, até ao extremo da Praia das Lavadeiras. Assume-se, desde sempre, como porta de entrada para território interior e Sul, característica de utilização testemunhada pelos vestígios arqueológicos identificados, remontando a, pelo menos, 5 000 anos atrás.

A povoação terá longas raízes temporais, apontando-se a sua origem para meados do século I.

A proximidade do Rio Tejo alimentou, ao longo dos tempos, a dependência humana, constituindo um óbvio recurso de subsistência, comércio e/ou comunicação. Esta ligação traduziu-se numa dualidade natural, sentida e integrada em campos complementares, como o são a zona habitacional, num sentido mais amplo e complexo, no qual se incluem relações sociais e actividades dos residentes, e o consequente desdobramento funcional no porto natural que a servia, permitindo não só o armazenamento e escoamento de produtos, mas também a convivência de contactos e ideias exteriores.

Os materiais arqueológicos aqui recolhidos permitem supor uma ocupação contínua, à semelhança do ocorrido no restante território. Devido às suas características naturais, potenciava trocas mercantis, conferindo a Almada o cunho de importante entreposto comercial, quando o comércio mediterrânico se iniciou, há sensivelmente 3 000 anos. Terá sido através de Cacilhas, porto natural, que mercadorias e gente diversa chegaram a terras Almadenses, instalando-se na actualmente designada Quinta do Almaraz.

Os romanos encontram-se historicamente ligados à exploração dos recursos marinhos, com vista à transformação de peixe, para armazenamento e exportação. Em Cacilhas, estabeleceram-se fábricas de preparação e salga de pescado. Revelam-se importantes provas de actividade industrial exercida, nomeadamente em relação ao aproveitamento marítimo e estuarino, e da ininterrupta e crescente intensidade existente neste porto ribeirinho.



O topónimo “Cacilhas” advém de uma lenda relacionada com os burros que efectuavam o transporte de passageiros que vinham de Lisboa para passeios a Almada, Cova da Piedade, Monte de Caparica e até mesmo à Costa de Caparica. Muitos eram os asnos que se podiam encontrar no Largo de Cacilhas, sendo usual escutar-se a exclamação: “dá cá cilhas”, antecedendo a preparação dos animais para novo serviço. A cilha significa a “*faixa de tecido ou correia larga que passa por debaixo da barriga das cavalgadas para segurar a sela ou a carga*”. Desta expressão surge a designação “Cá-cilhas”, posteriormente evoluindo para *Cacilhas*. Naquela altura, as burricadas prendiam a atenção e satisfaziam a curiosidade dos visitantes.

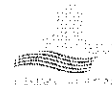
A mais antiga referência a Cacilhas data de 1348 (assento notarial). Nos anos posteriores, a actividade fervilhante de toda a zona situada entre o porto de Cacilhas e olho-de-boi é rítmica. A partir do séc. XVI, surgem os grandes armazéns de vinhos e azeites, essencialmente percorrendo o Ginjal, consequência do apogeu da cultura vinícola sentido na região. Durante o séc. XVIII, é referenciada como porto onde os barcos “embarcam ao todo o tempo, sem que seja necessário marés” e a presença de uma série de construções relata e ilustra o crescimento efectivo da vila e a sua condição de núcleo de povoamento estável.

Desde 1755, após o terramoto de dia 1 de Novembro, realiza-se a procissão de N. Sra. Do Bom Sucesso, padroeira da freguesia. Segundo a tradição, terá salvo a povoação e os habitantes de Cacilhas de serem engolidos pela fúria do Rio Tejo.

Em pleno séc. XIX, novo surto económico encontra-se vinculado ao desenvolvimento da indústria naval moderna e ofícios inerentes, resultado da instalação de unidades responsáveis pela construção dos primeiros navios de ferro e aço.

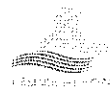
Com o tempo, Almada consolida a sua excepcional situação geográfica como encruzilhada de diferentes vias de comunicação do território: desde o interior até ao litoral, de Norte a Sul, com ao Atlântico e com o Rio Tejo e de ligação com a capital do país, Lisboa, o que fez com que a Vila alcançasse um desenvolvimento progressivo. Um dos pontos altos no crescimento económico e social do Concelho seria atingido ao longo do século XIX – inícios do séc. XX, através do impulso garantido pela industrialização, favorecida na região pela localização estratégica privilegiada, vocacionada para a entrada e saída dos seus produtos, convertendo-a num dos principais focos de recepção das migrações de camponeses à procura de trabalho nas fábricas, entretanto aqui instaladas.

Actualmente, o reduzido papel da indústria e, em simultâneo, o desaparecimento do comércio armazenista, obrigou a freguesia a assumir um novo papel de cariz urbano. Converteu-se num importante terminal de transportes urbanos e semi-urbanos.



Levantamento Patrimonial do Concelho de Almada

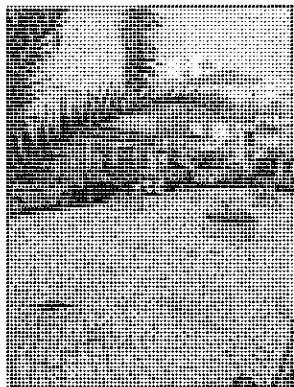
Nº: 3 / CAA	Data:	CMP: 431	Altitude: 1m
Topónimo: Fabrica Romana de Salga de peixe	Coordenadas: R. 117. 915 / 0486825 – 4282119		
Categoria: Arqueológico	Concelho: Almada		
Tipologia: Núcleo Fabril	Freguesia: Cacilhas		
Cronologia: Século VIII a. C. e posteriores	Lugar: Cacilhas		
Classificação: Imóvel de Interesse Público em 1992 (Dec. N.º 26-A/92, DR 126 de 1 de Junho)	Proprietários: Câmara Municipal de Almada		
Valor Patrimonial: elevado	Uso do solo: Urbano		
Estado de conservação: indeterminado	Ameaças: Indeterminadas		
Morfologia do terreno: Sopé da arriba fóssil	Visibilidade para estruturas: não se aplica		
Acesso: Rua Cândido dos Reis; Largo de Cacilhas	Visibilidade para artefactos: não se aplica		
Bibliografia: ALARCÃO, Jorge (1988) – <i>Roman Portugal</i> , Vol. II Warminster – England, Aris and Phillips, Ltd, p. 126; <i>Almada e o o Tejo – Itinerários</i> (1999), Centro de Arqueologia de Almada; AMARO, Clementino (1987) – A Presença Romana na Margem Esquerda do estuário do Tejo in Arqueologia no Vale do Tejo, Departamento de Arqueologia do IPPC, pp. 87, 90 e 91; AMARO, Clementino (1990) – “Ocupação Romana da Margem Sul do Estuário do Tejo: um (des)alinhamento de ideias” in <i>Ânforas Lusitanas: tipologia, produção e comércio</i> , pp. 72, 74, 79, 82,e 85; ANTUNES, Luís Pequito, GOMES, Maria Fernanda (1986) – “Intervenções de Salvamento em Almada” in <i>1º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana</i> , Departamento de Arqueologia do IPPC, Lisboa, pp. 73 e 74; BARROS, Luís; AMARO, Clementino (1983) – “Fábrica de Salga de Peixe em Cacilhas – achegas para o seu conhecimento” in <i>Al-madan</i> , n.º 1, Almada; BARROS, Luís (1983) – “Cacilhas – uma experiência de arqueologia urbana” in <i>Al-madan</i> , n.º 1, Almada; BALTAZAR, Luís (1983) – “Indústrias Romanas de Salga em Portugal” in <i>Al-madan</i> , n.º 1, Almada; BRACARA AUGUSTA (1994) – <i>Actas Encontro de Arqueologia Urbana</i> ; Carta Arqueológica de Almada; DUARTE, Graziela (1982) – “Centro de Arqueologia de Almada” in <i>Al – Madan</i> n.º 0, Novembro, p. 10; FABIÃO, Carlos, CARVALHO, António (1990) – “Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva” in <i>As Ânforas Lusitanas: tipologia, produção e comércio</i> , pp. 45, 48 e 50; FLORES, Alexandre, NABAIS, António (1983) – <i>Os Forais de Almada e seu termo. I – subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média</i> , Câmara Municipal de Almada, Almada, p. 113; FLORES, Alexandre (1987) – <i>Almada Antiga e Moderna: roteiro iconográfico</i> , vol. 1, Câmara Municipal de Almada, Almada, pp. 188-189; RAPOSO, Jorge (1990) – “Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo” in <i>Ânforas Lusitanas: tipologia, produção e comércio</i> , pp. 117 e 119; SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina (1986) – “Arqueologia da Arrábida” in <i>Parques Naturais</i> , n.º 15, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, p. 133; SOUSA, Raul Pereira de (1985) – <i>Almada, Toponímia e História das Freguesias Urbanas</i> , Câmara Municipal de Almada, Almada, p. 214			
Espólio recolhido: não se aplica			
Caracterização: Conjunto fabril do séc. I., integrando seis cetárias de contorno quadrangular. As fábricas romanas eram constituídas por tanques de várias dimensões onde o pescado era transformado. Esse tanques recebiam a denominação de cetárias, construídos com pedras revestidas e / ou ligadas por <i>Opus Signinum</i> (espécie de cimento). As estruturas dispõem-se, normalmente em ferradura ou L, rodeando um pátio interior. Os romanos detinham duas técnicas específicas de conservação: a salga (ou <i>Salsamenta</i>) e a pasta de peixe (ou <i>Garum</i>). No exacto local das cetárias recuperaram-se vestígios romanos anteriores à implantação da fábrica. Junto ao local ter-se-á desenvolvido um aglomerado populacional no qual habitariam os trabalhadores.			
Identificada em 1981, por elementos do Centro de Arqueologia de Almada, durante obras de saneamento básico no actual Largo José de Alaíz. Foi a primeira unidade a ser descoberta e integrava uma rede de produção mais abrangente, estabelecida no estuário do Tejo. Integra um cais enquadrável em plena Idade do Ferro Orientalizante. Nesse ano, foi realizada uma intervenção de emergência. Em 1987, foi integrada no Projecto de Investigação <i>Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo</i> .			
O local teve povoamento continuado, tendo sido detectados, para além da ocupação romana, seis níveis diferentes de ocupação: o árabe, cerca do séc. XII, testemunhado a partir da identificação de fragmentos de cerâmica pintada; uma fase que corresponde ao séc. XVI, assinalada por fragmentos de cerâmica comum, alfinetes de cabelo, um fragmento de um cálice em vidro, moedas de D. Manuel e D. João III; uma ocupação do séc. XVII, com poucos materiais; o séc. XVIII, correspondente ao período de expansão urbana de Cacilhas, com assentamento de edifícios sobre as cetárias e muitos vestígios de azulejos azuis e brancos da primeira metade do séc. XVIII; finalmente, a ocupação mais recente, do séc. XIX, com recolha de moedas datáveis entre 1886 e 1947 e vestígios de reconstrução dos edifícios anteriores.			
Do espólio recolhido nos tanques e na Rua Cândido dos Reis salientam-se fragmentos de <i>terra sigillata</i> itálica (forma Goudineau 42), decorada com falsa asa em espiral, bem como formas Goudineau 18 e 36, <i>terra sigillata</i> sudgálica (forma Drag. 27), frag. De taça em paredes finas com decoração areada, frag. De orla e disco de lucerna decorada com a cabeça de um javali, frag. De ânforas, outros.			
Do Período Árabe, recolheram-se apenas alguns fragmentos de cerâmica pintada. Enquadráveis em Época Moderna, moedas de D. Afonso V a D. João III, fragmentos de vasilhas de cerâmica comum, candeias, alfinetes de bronze e de um cálice em vidro. Do séc.			



XVIII, detectaram-se materiais de construção vários, provavelmente relacionados com o terramoto de 1755.

Trabalhos arqueológicos posteriores permitiram descortinar uma ocupação anterior do espaço, nomeadamente datável da Idade do Ferro. Identificaram-se, ainda, ocupações posteriores sucessivas, com testemunhos desde Período Árabe ao séc. XX. Actualmente, por motivos de protecção, encontra-se coberta em zona protegida por calçada.

Elementos Gráficos:



Enquadramento e património



Breve Enquadramento Histórico da Freguesia de Cacilhas

Almada, núcleo urbano ancestral, encontra-se alcandorada sobre o Rio Tejo na passagem do *Mar da Palha* ao canal que o remata. Durante a Reconquista Cristã, a vila participa de um domínio territorial, a nível do Estado, já que era pertença de uma ordem militar com funções de colonização e defesa. Haveria de servir de ponto de apoio a uma metástase lisboeta em que se preservam muitos traços da sua fisionomia arcaica. A sua estrutura assenta nas vias de comunicação que ela própria emite para lugares próximos, embora a sua posição sublinhe a atração do litoral.

Para definição da área histórica, foi considerada a antiga *Rua Direita* (*Elias Garcia e Cândido dos Reis*) como eixo, alargando ligeiramente antes do antigo Quartel dos Bombeiros de Cacilhas, na direcção do morro. Atendeu-se à existência de imóveis como o *Palácio das Inglesas* (séc. XVIII), o edifício junto ao local onde existiria a *casa de Elias Garcia* (séc. XIX), o antigo *Quartel dos Bombeiros de Cacilhas*, a *Igreja de N.ª Sra. do Bom Sucesso* (séc. XVIII), a *Fábrica de Salga de Peixe Romana*, a *Feitoria Fenício-Púnica da Quinta do Almaraz* (a zona do Ginjal foi excluída, já que se encontrava em fase de organização um processo destinado à área ribeirinha).

Segundo a DGEMN, trata-se de um *Núcleo habitacional mais antigo de Cacilhas englobando a área de ocupação fenícia, árabe, romana, medieval, moderna. Alterações contemporâneas. Edifícios mais importantes: igreja (reconstruída após o terramoto); Quinta das Inglesas; Salgas de Peixe romanas; antigo Forte. Nos finais do século XIX-XX foi zona de expansão fabril (cortiça) e de construção naval. De acesso íngreme a Almada/Rua da Pedreira), esteve sempre ligada ao tráfego fluvial. Possuía farol e chafariz, retirados aquando do alargamento do terreno rodoviário e cais fluvial.*

A Freguesia compreende o extremo Norte do Concelho de Almada, adquirindo particular destaque o Largo Alfredo Diniz, popularmente designado por Largo de Cacilhas. A área estende-se desde a Mutela (não incluída), atravessando a Margueira, Pontal de Cacilhas e Ginjal, até ao extremo da Praia das Lavadeiras. Assume-se, desde sempre, como porta de entrada para território interior e Sul, característica de utilização testemunhada pelos vestígios arqueológicos identificados, remontando a, pelo menos, 5 000 anos atrás.

A povoação terá longas raízes temporais, apontando-se a sua origem para meados do século I.

A proximidade do Rio Tejo alimentou, ao longo dos tempos, a dependência humana, constituindo um óbvio recurso de subsistência, comércio e/ou comunicação. Esta ligação traduziu-se numa dualidade natural, sentida e integrada em campos complementares, como o são a zona habitacional, num sentido mais amplo e complexo, no qual se incluem relações sociais e actividades dos residentes, e o consequente desdobramento funcional no porto natural que a servia, permitindo não só o armazenamento e escoamento de produtos, mas também a convivência de contactos e ideias exteriores.

Os materiais arqueológicos aqui recolhidos permitem supor uma ocupação contínua, à semelhança do ocorrido no restante território. Devido às suas características naturais, potenciava trocas mercantis, conferindo a Almada o cunho de importante entreposto comercial, quando o comércio mediterrânico se iniciou, há sensivelmente 3 000 anos. Terá sido através de



Cacilhas, porto natural, que mercadorias e gente diversa chegaram a terras Almadenses, instalando-se na actualmente designada Quinta do Almaraz.

Os romanos encontram-se historicamente ligados à exploração dos recursos marinhos, com vista à transformação de peixe, para armazenamento e exportação. Em Cacilhas, estabeleceram-se fábricas de preparação e salga de pescado. Revelam-se importantes provas de actividade industrial exercida, nomeadamente em relação ao aproveitamento marítimo e estuarino, e da ininterrupta e crescente intensidade existente neste porto ribeirinho.

O topónimo "Cacilhas" advém de uma lenda relacionada com os burros que efectuavam o transporte de passageiros que vinham de Lisboa para passeios a Almada, Cova da Piedade, Monte de Caparica e até mesmo à Costa de Caparica. Muitos eram os asnos que se podiam encontrar no Largo de Cacilhas, sendo usual escutar-se a exclamação: *"dá cá cilhas"*, antecedendo a preparação dos animais para novo serviço. A cilha significa a *"faixa de tecido ou correia larga que passa por debaixo da barriga das cavalgadas para segurar a sela ou a carga"*. Desta expressão surge a designação *"Cá-cilhas"*, posteriormente evoluindo para *Cacilhas*. Naquela altura, as burricadas prendiam a atenção e satisfaziam a curiosidade dos visitantes.

A mais antiga referência a Cacilhas data de 1348 (assento notarial). Nos anos posteriores, a actividade fervilhante de toda a zona situada entre o porto de Cacilhas e olho-de-boi é rítmica. A partir do séc. XVI, surgem os grandes armazéns de vinhos e azeites, essencialmente percorrendo o Ginjal, consequência do apogeu da cultura vinícola sentido na região. Segundo Raul Pereira de Sousa, esta designação toponímica é conhecida desde período setecentista. Corresponde a toda a extensão da margem Sul do Tejo entre o edifício da estação de embarque de Cacilhas e os armazéns situados no extremo do cais junto às escadinhas que dão acesso a Almada pela Boca do Vento. O local começa por ser um núcleo de entrepostos erguidos perto do rio, eventualmente durante o séc. XVII, sofrendo ampliações no século seguinte, podendo remontar o seu início à História de Expansão e dos Descobrimentos.

Durante o séc. XVIII, é referenciada como porto onde os barcos "embarcam ao todo o tempo, sem que seja necessário marés" e a presença de uma série de construções relata e ilustra o crescimento efectivo da vila e a sua condição de núcleo de povoamento estável.

Desde 1755, após o terramoto de dia 1 de Novembro, realiza-se a procissão de N. Sra. Do Bom Sucesso, padroeira da freguesia. Segundo a tradição, terá salvo a povoação e os habitantes de Cacilhas de serem engolidos pela fúria do Rio Tejo.

Em pleno séc. XIX, novo surto económico encontra-se vinculado ao desenvolvimento da indústria naval moderna e ofícios inerentes. Durante este século fixaram-se, no território, diversos núcleos industriais, factor que estimulou o aumento de população. A actividade centrou-se, sobretudo, a Norte, na área correspondente ao Ginjal, e a Leste do Concelho, posição privilegiada pelo acesso facilitado de transporte por mar. Inicialmente ter-se-ão instalado fornos de cal, tanoarias, fiações e tinturarias, indústria química, moinhos de maré para produção moageira. A construção naval, primeiro em madeira e, posteriormente, em ferro, adquiriu grande expressão, a par da extracção corticeira. Consequentemente, assiste-se a uma realidade económica que se caracteriza pela decadência agrícola e ascensão da vertente industrial, com a introdução da máquina a vapor nas fábricas de cortiça, moagem e construção naval.

Com o tempo, Almada consolida a sua excepcional situação geográfica como encruzilhada de diferentes vias de comunicação do território: desde o interior até ao litoral, de Norte a Sul, com



ao Atlântico e com o Rio Tejo e de ligação com a capital do país, Lisboa, o que fez com que a Vila alcançasse um desenvolvimento progressivo. Um dos pontos altos no crescimento económico e social do Concelho seria atingido ao longo do século XIX – inícios do séc. XX, através do impulso garantido pela industrialização, favorecida na região pela localização estratégica privilegiada, vocacionada para a entrada e saída dos seus produtos, convertendo-a num dos principais focos de recepção das migrações de camponeses à procura de trabalho nas fábricas, entretanto aqui instaladas.

Actualmente, o reduzido papel da indústria e, em simultâneo, o desaparecimento do comércio armazenista, obrigou a freguesia a assumir um novo papel de cariz urbano. Converteu-se num importante terminal de transportes urbanos e semi-urbanos.

Frederico Fernandes



Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 1	Data:	CMP: 431	Altitude: 57m
Topónimo: Quinta do Almaraz		Coordenadas: 0486825 – 4282119	
Categoria: Arqueológico		Concelho: Almada	
Tipologia: Povoado Fortificado		Freguesia: Cacilhas	
Cronologia: Séc. VIII-VII a. C. a séc. II a. C. (Bronze Final / Idade do Ferro / Época Romana)		Lugar: Quinta do Almaraz	
Classificação: Imóvel de Interesse Público (despacho do Ministério da Cultura, em 29 de Maio de 2003). Processo IPPAR 90/1 (058)		Proprietários: Câmara Municipal de Almada	
Valor Patrimonial: Elevado		Uso do solo: Rural / Urbano	
Estado de conservação: indeterminado		Ameaças: abandono	
Morfologia do terreno: Esporão sobranceiro ao Rio Tejo		Visibilidade para estruturas: elevada a Média	
Acesso: Alameda do Castelo; Travessa do Castelo		Visibilidade para artefactos: Elevada a Nula	
Bibliografia: <i>Almada e o o Tejo – Itinerários</i> , Centro de Arqueologia de Almada; Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, "Património Arqueológico do Distrito de Setúbal", pp. 126-127; BRACARA AUGUSTA (1994) – <i>Actas Encontro de Arqueologia Urbana</i> ; DGEMN (PT031503060077)			

Espólio recolhido:

Caracterização: A estação arqueológica da Quinta do Almaraz situa-se na freguesia de Cacilhas, Concelho de Almada. Repousa num esporão sobranceiro ao rio Tejo, a uma altitude média de 50 metros. Encontra-se limitada a Norte e a Este por uma arribas e a Sul por um declive bastante acentuado. A Oeste, termina numa encosta suave em direcção ao Castelo de Almada. A sua localização privilegiada permite um domínio visual excepcional sobre toda a região envolvente, ou seja, desde a foz do rio Tejo, a montante, até à serra de Sintra, a Norte, e à serra da Arrábida, a Sul. Esta visibilidade alargada, reforçada com a construção de estruturas amuralhadas em associação com o fosso, ainda visíveis no lado Sul, reverter-se-ia de grande importância defensiva, prevenindo a surpresa e dificultando o acesso em caso de ataque. As boas condições naturais de defesa explicam, aliás, a sua ocupação contínua desde, pelo menos, o Calcolítico Médio.

A estação arqueológica foi identificada, em 1986, por Luís de Barros e José de Sousa, técnicos do Museu Municipal de Almada, tendo sido alvo de uma prospeção sistemática inicial. A estratégia de abordagem ao terreno dividiu o espaço em três sectores distintos: o primeiro mais a Norte, junto à falésia, o segundo abaixo da primeira linha de muralhas, na zona correspondente ao fosso e, finalmente, o terceiro, no sector Oeste.

Em 1994, uma equipa do Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro procedeu à realização de uma prospeção geofísica, magnética e resistiva, aplicada nos sectores 1 e 2, sem que os resultados obtidos fossem conclusivos. As primeiras sondagens realizadas no terreno incidiram no sector 1, a Norte, em 1988, procedendo-se à abertura de três sítios de referência distintos. Um deles forneceria espólio atribuível à Idade do Bronze, enquanto outro possibilitou a identificação de um pequeno muro implantado no substrato geológico. A Este, junto à falésia, os trabalhos centraram-se numa fossa de dimensões apreciáveis talhada na formação rochosa de base.

Em 1986, esta estrutura era visível na arribas. Surgiram, também, pequenos troços de muros, cuja função permanece desconhecida. Em termos de cultura material, este esforço de investigação saldou-se pela recolha de um número bastante significativo de fragmentos cerâmicos de engobe vermelho (característicos da presença oriental). Mais tarde, esta área viria a ser designada por Sector 1 (E).

Mais recentemente, os trabalhos continuados neste patamar Norte da estação, embora a uma cota de menor elevação, viriam a revelar um conjunto complexo de estruturas sobrepostas, no qual se distinguem vários compartimentos, o que parece indicar um padrão de povoamento intenso, fenómeno que se estenderia por um espaço de tempo prolongado. Associadas a estes vestígios habitacionais encontram-se algumas lixeiras. Nestas, reconhecem-se, principalmente, restos alimentares, nomeadamente grande número de ossos e conchas. Permitiram, também, a recolha significativa de escória e de alguns artefactos metálicos. Surgiu, igualmente, um pequeno forno, o qual se pode identificar com a cozedura de pão ou de qualquer outro alimento. Defendendo a área habitacional pelo lado Sul, foi identificada uma primeira linha de muralhas, sobrevivente de uma imponente de outros tempos. Construída em pedra seca, é maioritariamente composta por blocos de calcário conífero, mas também de xisto, basalto e granito. O primeiro troço visível, parcialmente destacado da vegetação, exibia, ainda, uma altura de, sensivelmente, 5 metros, assentando directamente no substrato rochoso do Miocénico, aproveitando, por isso, alguns ressaltos naturais para enchimento e incluindo a formação natural na sua própria estrutura.

Uma segunda linha de muralhas foi reconhecida mais a Sul. No entanto, é evidente o seu mau estado de conservação, para o qual não



será alheio a acção nociva da exploração de uma pedreira, cuja actividade se terá mantido até há relativamente pouco tempo. Pode prever-se a potencial existência de uma terceira estrutura de características idênticas, mas, atendendo aos motivos atrás referenciados, não passaria de especulação difícil de fundamentar. Não obstante, a construção de um novo muro defensivo sugere o aumento populacional, favorecido por um período de prosperidade.

Acompanhando, aparentemente, todo o perímetro da primeira linha de muralha desenvolve-se um fosso escavado na rocha, cujos segmentos postos a descoberto em diversos locais indicam diferenças ao nível da tipologia de construção. As alterações notam-se, sobretudo, nas variações patentes no fundo dos diversos troços. Distinguem-se os que terminam marcadamente em "V" daqueles mais trabalhados, com caleira meticulosamente elaborada, sugerindo, estas distinções, uma função, talvez secundária, de escoamento de águas. A sua função primeira seria, possivelmente, a de complemento defensivo, em conjugação com a muralha. O seu interior, para além de ter fornecido grande parte do espólio recolhido até ao momento, indicia um enchimento relativamente rápido. Os trabalhos realizados até ao momento apontam para uma extensão total conhecida de, aproximadamente, 250 metros.

Atendendo aos vestígios encontrados durante os trabalhos arqueológicos efectuados na Quinta do Almaraz, salientando-se que nunca se poderá considerar, neste momento, qualquer conclusão como definitiva dado o carácter limitado dos locais intervencionados em comparação com a área total do povoado, pode afirmar-se, com alguma segurança, que se está em presença do que terá sido, a partir de finais do séc. VII a. C., um importante aglomerado urbano a nível regional, cujos habitantes assumiam o comércio com o Mediterrâneo como orientação importante na sua economia, materializada na localização privilegiada deste sítio que gozava da vantagem de possuir um porto abrigado, seguro e bastante acessível. Como tal, garantia o acesso a metais, como o cobre e o estanho, através do rio Tejo, navegável, neste período, até regiões mais interiores, e também à fachada atlântica, elo de ligação à bacia mediterrânica.

Reflectindo esta filiação ao mundo Mediterrânico, destaca-se, de entre o espólio recolhido, a expressiva presença das cerâmicas de engobe vermelho, de cariz tipológico enquadrável no contexto cultural presente neste espaço geográfico, com evidência para os pratos e as taças. Os materiais de transporte, como as ânforas e os *pithoi*, são igualmente característicos. Nesta perspectiva se podem incluir alguns objectos de carácter exclusivo, como as fibulas em bronze, as contas de pasta vítrea, dois bordos de urnas de alabastro, recipientes em vidro e um escaravelho Egípcio. São elucidativos quanto ao forte contacto e integração, eventualmente directos, na rede comercial e de trocas que caracterizava, então, o Mediterrâneo. A actividade metalúrgica é fundamentada pela recolha de cadinhos de fundição, pesos em chumbo e tubeiras, cuja utilização se encontra ligada à forja e à fundição no fabrico de exemplares de uso comum, como os anzóis, as agulhas e os punções. O aparecimento de artefactos, como pulseiras em cobre e de uma pinça em bronze sugere o gosto estético e o culto pela beleza adornada. É plausível, também, a exploração das ricas areias auríferas do Tejo, mencionadas pelas fontes clássicas.

Os restos alimentares recuperados indiciam uma gestão de recursos extremamente diversificada, baseada, principalmente, na criação de gado, complementada pela pesca e recolha de mariscos, assumindo os bivalves uma forte presença na dieta da população. A prática agrícola é denunciada pelo aparecimento de mós e do esporádico achado de algumas grainhas de uvas. A economia que os indícios acima referidos permite reconstituir insere-se, com harmonia, num circuito de trocas equilibrado em que, por contrapartida a um conjunto de objectos de prestígio de grande valor simbólico para a comunidade deste povoado, se fornecem produtos com forte procura no Mediterrâneo, como os metais, os derivados de peixe, o sal, o azeite e possivelmente o vinho.

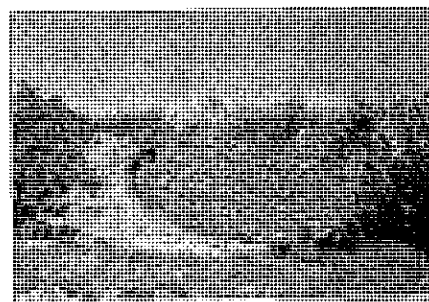
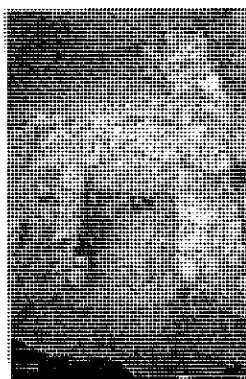
A Quinta do Almaraz representa, juntamente com outros locais da costa atlântica portuguesa, o limite ocidental de um sistema económico e cultural que unia cidades e estabelecimentos, por vezes extremamente distantes entre si, localizados no Sul de Espanha, Itália, Chipre, Tunísia, Marrocos, entre outros países, mas que partilhavam ou tinham acesso à bacia do Mediterrâneo. Este espaço físico de há 2700 anos constituía, não só um amplo mundo económico, como também ideológico e cultural, já que, juntamente com os bens transaccionados, se entrecruzavam ideias e costumes que paulatinamente se integravam na cultura local. A expansão desta realidade cultural e comercial estava, até há pouco tempo, confinada ao Sul de Espanha, só recentemente se começando a admitir um alcance de características mais vastas, nomeadamente à costa atlântica portuguesa.

Esta perspectiva, de certa forma abrangente, sustenta-se nos trabalhos efectuados em território nacional, destacando-se alguns sítios costeiros emblemáticos, como Sta. Olaia (Figueira da Foz) e Conímbriga junto ao rio Mondego, Santarém e Lisboa próximo do rio Tejo, Alcácer do Sal, Abul e Setúbal no estuário do rio Sado, Silves e Tavira, todos eles tirando partido da proximidade aos rios. Neste âmbito, pela dimensão, conservação e vestígios encontrados, a investigação centrada na Quinta do Almaraz veio consolidar e confirmar os dados obtidos em Portugal. Esta estação, possuindo características reconhecidamente específicas e únicas, detem um potencial não negligenciável para o esclarecimento da dimensão e natureza da influência cultural mediterrânica no nosso país. Registe-se que, ao contrário de outros exemplos, este povoado não tem estado sujeito a uma pressão urbanística que, por vezes, assume contornos de crueldade intransigente, podendo ser integralmente escavado e integrado num hipotético circuito arqueológico-patrimonial decorrente de uma possível musealização.

Correspondendo à importância acima referida é de destacar o esforço de compatibilização em que tem estado empenhado o município Almadense que, num gesto de louvar, fez, desde a primeira hora, depender a autorização de loteamento da inexistência de estruturas arqueológicas significativas e do parecer, considerado vinculativo, dos arqueólogos responsáveis pelos trabalhos. Para além de assegurar a integridade da estação, tem-se assistido a um investimento por parte da instituição orientado para a valorização e melhoria

das condições do espaço, dotando-o de algumas infra-estruturas básicas, como contentores de apoio à equipa que normalmente desenvolve os trabalhos no local ou a construção de caminhos vocacionados para garantir um fácil acesso aos visitantes, habitualmente alunos de escolas do concelho. Tendo em vista a sensibilização das camadas jovens para as questões da Arqueologia e defesa do Património tem sido implementada pelo Museu Municipal de Almada uma série de cursos de introdução e especialização em Arqueologia, cuja vertente prática é aplicada precisamente na Quinta do Almaraz. Paralelamente, em conjugação com os serviços educativos, decorre nos meses de verão o programa de "Férias Arqueológicas", visando a ocupação dos tempos livres da juventude. Procurando, em simultâneo, constituir um pólo de formação e aperfeiçoamento para estudantes de Arqueologia, é igualmente facultado o seu acesso às actividades de campo bem como aos materiais para estudo com vista à elaboração de trabalhos universitários. Culminando todo este processo, a Câmara Municipal de Almada adquiriu a área correspondente à zona de maior impacto a nível arqueológico, prevendo-se a possibilidade de uma futura musealização que possa reforçar a ligação da população à sua memória colectiva e revitalizar o contacto com o rio no âmbito de um projecto mais alargado, já iniciado com a reabilitação urbana da zona histórica de Almada Velha.

Elementos Gráficos:





Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 2	Data:	CMP: 431	Altitude: 1m
Topónimo: Fabrica Romana de Salga de peixe	Coordenadas: R. 117. 915 / 0486825 – 4282119		
Categoria: Arqueológico	Concelho: Almada		
Tipologia: Núcleo Fabril	Freguesia: Cacilhas		
Cronologia: Século VIII a. C. e posteriores	Lugar: Cacilhas		
Classificação: Imóvel de Interesse Público em 1992 (Dec. N.º 26-A/92, DR 126 de 1 de Junho)	Proprietários: Câmara Municipal de Almada		
Valor Patrimonial: elevado	Uso do solo: Urbano		
Estado de conservação: indeterminado	Ameaças: Indeterminadas		
Morfologia do terreno: Sopé da arriba fósil	Visibilidade para estruturas: não se aplica		
Acesso: Rua Cândido dos Reis; Largo de Cacilhas	Visibilidade para artefactos: não se aplica		
Bibliografia: ALARCÃO, Jorge (1988) – <i>Roman Portugal</i> , Vol. II Warminster – England, Aris and Phillips, Ltd, p. 126; <i>Almada e o o Tejo – Itinerários</i> (1999), Centro de Arqueologia de Almada; AMARO, Clementino (1987) – A Presença Romana na Margem Esquerda do estuário do Tejo in <i>Arqueologia no Vale do Tejo</i> , Departamento de Arqueologia do IPPC, pp. 87, 90 e 91; AMARO, Clementino (1990) – "Ocupação Romana da Margem Sul do Estuário do Tejo: um (des)alinhamento de ideias" in <i>Ânforas Lusitanas: tipologia, produção e comércio</i> , pp. 72, 74, 79, 82,e 85; ANTUNES, Luís Pequito, GOMES, Maria Fernanda (1986) – "Intervenções de Salvamento em Almada" in <i>1º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana</i> , Departamento de Arqueologia do IPPC, Lisboa, pp. 73 e 74; BARROS, Luís; AMARO, Clementino (1983) – "Fábrica de Salga de Peixe em Cacilhas – achegas para o seu conhecimento" in <i>Al-madan</i> , n.º 1, Almada; BARROS, Luís (1983) – "Cacilhas – uma experiência de arqueologia urbana" in <i>Al-madan</i> , n.º 0, Almada; BALTAZAR, Luís (1983) – "Indústrias Romanas de Salga em Portugal" in <i>Al-madan</i> , n.º 1, Almada; BRACARA AUGUSTA (1994) – <i>Actas Encontro de Arqueologia Urbana</i> ; Carta Arqueológica de Almada; DUARTE, Graziela (1982) – "Centro de Arqueologia de Almada" in <i>Al – Madan</i> n.º 0, Novembro, p. 10; FABIÃO, Carlos, CARVALHO, António (1990) – "Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva" in <i>As Ânforas Lusitanas: tipologia, produção e comércio</i> , pp. 45, 48 e 50; FLORES, Alexandre, NABAIS, António (1983) – <i>Os Forais de Almada e seu termo. I – subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média</i> , Câmara Municipal de Almada, Almada, p. 113; FLORES, Alexandre (1987) – <i>Almada Antiga e Moderna: roteiro iconográfico</i> , vol. 1, Câmara Municipal de Almada, Almada, pp. 188-189; RAPOSO, Jorge (1990) – "Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo" in <i>Ânforas Lusitanas: tipologia, produção e comércio</i> , pp. 117 e 119; SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina (1986) – "Arqueologia da Arrábida" in <i>Parques Naturais</i> , n.º 15, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, p. 133; SOUSA, Raul Pereira de (1985) – <i>Almada, Toponímia e História das Freguesias Urbanas</i> , Câmara Municipal de Almada, Almada, p. 214			
Espólio recolhido: não se aplica			

Caracterização: Conjunto fabril do séc. I., integrando seis cetárias de contorno quadrangular. As fábricas romanas eram constituídas por tanques de várias dimensões onde o pescado era transformado. Esses tanques recebiam a denominação de cetárias, construídos com pedras revestidas e / ou ligadas por *Opus Signinum* (espécie de cimento). As estruturas dispõem-se, normalmente em ferradura ou L, rodeando um pátio interior. Os romanos detinham duas técnicas específicas de conservação: a salga (ou *Salsamenta*) e a pasta de peixe (ou *Garum*). No exacto local das cetárias recuperaram-se vestígios romanos anteriores à implantação da fábrica. Junto ao local ter-se-á desenvolvido um aglomerado populacional no qual habitariam os trabalhadores.

Identificada em 1981, por elementos do Centro de Arqueologia de Almada, durante obras de saneamento básico no actual Largo José de Alaiz. Foi a primeira unidade a ser descoberta e integrava uma rede de produção mais abrangente, estabelecida no estuário do Tejo. Integra um cais enquadrável em plena Idade do Ferro Orientalizante. Nesse ano, foi realizada uma intervenção de emergência. Em 1987, foi integrada no Projecto de Investigação *Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo*.

O local teve povoamento continuado, tendo sido detectados, para além da ocupação romana, seis níveis diferentes de ocupação: o árabe, cerca do séc. XII, testemunhado a partir da identificação de fragmentos de cerâmica pintada; uma fase que corresponde ao séc. XVI, assinalada por fragmentos de cerâmica comum, alfinetes de cabelo, um fragmento de um cálice em vidro, moedas de D. Manuel e D. João III; uma ocupação do séc. XVII, com poucos materiais; o séc. XVIII, correspondente ao período de expansão urbana de Cacilhas, com assentamento de edifícios sobre as cetárias e muitos vestígios de azulejos azuis e brancos da primeira metade do séc. XVIII; finalmente, a ocupação mais recente, do séc. XIX, com recolha de moedas datáveis entre 1886 e 1947 e vestígios de reconstrução dos edifícios anteriores.

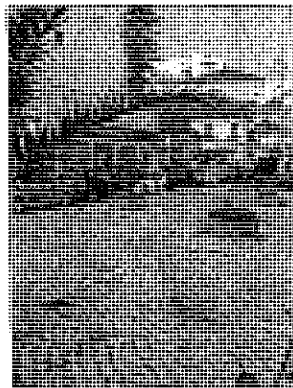
Do espólio recolhido nos tanques e na Rua Cândido dos Reis salientam-se fragmentos de *terra sigillata* itálica (forma Goudineau 42), decorada com falsa asa em espiral, bem como formas Goudineau 18 e 36, *terra sigillata* sudgálica (forma Drag. 27), frag. De taça em paredes finas com decoração areada, frag. De orla e disco de lucerna decorada com a cabeça de um javali, frag. De ânforas, outros.

Do Período Árabe, recolheram-se apenas alguns fragmentos de cerâmica pintada. Enquadráveis em Época Moderna, moedas de D.

Afonso V a D. João III, fragmentos de vasilhas de cerâmica comum, candeias, alfinetes de bronze e de um cálice em vidro. Do séc. XVIII, detectaram-se materiais de construção vários, provavelmente relacionados com o terramoto de 1755.

Trabalhos arqueológicos posteriores permitiram descortinar uma ocupação anterior do espaço, nomeadamente datável da Idade do Ferro. Identificaram-se, ainda, ocupações posteriores sucessivas, com testemunhos desde Período Árabe ao séc. XX. Actualmente, por motivos de protecção, encontra-se coberta em zona protegida por calçada.

Elementos Gráficos:



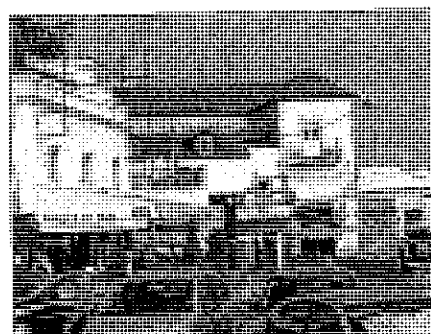
Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 3	Data:	CMP: 431	Altitude: 26 m
Topónimo: Forte de Santa Luzia	Coordenadas: 0487215 – 4282361		
Categoria: Arquitectura Militar	Concelho: Almada		
Tipologia: Forte Militar	Freguesia: Cacilhas		
Cronologia: Séc. XVII (?)	Lugar: Largo de Cacilhas		
Classificação: não tem	Proprietários:		
Valor Patrimonial: Elevado	Uso do solo: Urbano		
Estado de conservação: Razoável	Ameaças: Indeterminadas		
Morfologia do terreno:	Visibilidade para estruturas: não se aplica		
Acesso: Largo de Cacilhas	Visibilidade para artefactos: não se aplica		
Bibliografia: <i>Almada e o Tejo – Itinerários</i> , Centro de Arqueologia de Almada			
Espólio recolhido: não se aplica			

Caracterização: Desconhece-se a data exacta de construção, embora se saiba que terá sofrido alterações durante o séc. XVII. Foi reedificado no reinado de D. Pedro II (1638 – 1705) Foi desarmado entre 1833 e 1873. Surge representado num plano hidrográfico de Cacilhas de 1838. A esplanada é apresentada como uma muralha robusta onde se abrem seis canhoneiras. A planta é de forma trapezoidal e uma das faces, a do lado Oeste, encostava-se ao edifício que serve actualmente de posto à Guarda-fiscal.

O forte tomou o nome da padroeira de Cacilhas. Há conhecimento de que se encontrava artilhado em 1711 e assim permanecia em 1833. Foi desarmado entre 1833 e 1873. Durante as lutas liberais, disparou sobre forças miguelistas em fuga para Lisboa, após ocupação pelos liberais. Junto ao forte foi morto Teles Jordão. Em meados do séc. XIX, servia de alojamento a alguns oficiais reformados e veteranos. A esplanada da artilharia em 1896. A parte habitável do guarda-fiscal é anterior a 1910. Actualmente mantém ainda funções de aquartelamento.

Elementos Gráficos:





Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 4	Data:	CMP: 431	Altitude: 34m
Topónimo: Quinta das Inglesas / Fergusson		Coordenadas: 0486791 – 4282005	
Categoria: Arquitectura Civil		Concelho: Almada	
Tipologia: Conjunto Agrícola		Freguesia: Cacilhas	
Cronologia: Séc. XIX		Lugar: Cacilhas	
Classificação: Não tem		Proprietários: Particular	
Valor Patrimonial: Elevado		Uso do solo: Urbano	
Estado de conservação: Bom		Ameaças: Indeterminadas	
Morfologia do terreno:		Visibilidade para estruturas: não se aplica	
Acesso: Rua Elias Garcia		Visibilidade para artefactos: não se aplica	
Bibliografia: <i>Almada e o Tejo – Itinerários</i> , Centro de Arqueologia de Almada			
Espólio recolhido: não se aplica			

Caracterização: Conhecida, também, por Quinta das Inglesas ou, ainda, por Portões de Ferro. Palacete de traça característica do séc. XIX, única da zona, talvez resultado de uma alteração / ampliação de edifício mais antigo. Foi sempre propriedade de famílias inglesas, entre as quais se destaca a família Fergusson (gerentes, de origem escocesa, da fábrica de cortiça *Henry Bucknall & Sons, Lda.*, situada no Caramujo). A entrada principal é efectuada através de portão em ferro forjado que concede acesso a pequeno átrio, no qual se desenvolve uma imponente fachada de dois andares, com telhados de quatro águas. No pavimento do pátio é possível observar o desenho de um cardo, símbolo nacional da Escócia desde a luta com os invasores ingleses, impedidos de se ocultar entre a vegetação devido ao auxílio inesperado deste auxiliar natural ao movimento independentista. Dentro dos limites estão ainda os jardins e arvoredos anexos.

Elementos Gráficos:



Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 5	Data:	CMP: 431	Altitude:
Topónimo: Quinta da Alegria		Coordenadas:	
Categoria: Arquitectónico		Concelho: Almada	
Tipologia: Casa Agrícola		Freguesia: Cacilhas	
Cronologia: Séc. XIX e posteriores		Lugar: Cacilhas	
Classificação: Não tem		Proprietários: Particular	
Valor Patrimonial: Elevado		Uso do solo: Urbano	
Estado de conservação: Mau		Ameaças: Abandono e ruína	
Morfologia do terreno:		Visibilidade para estruturas: não se aplica	
Acesso: Rua Elias Garcia		Visibilidade para artefactos: não se aplica	
Bibliografia: Não identificada			
Espólio recolhido: não se aplica			

Caracterização: Conjunto da primeira metade do século XIX. A parte superior do portão anterior, com adulteração do frontão, albergou um nicho com santo, provavelmente rematado com uma cruz. Estas alterações terão sido orientadas pelo proprietário protestante Inglês E. Holden.

Actualmente e após varias ocupações, o edifício encontra-se bastante degradado e em ruínas. A placa que ostenta o nome da quinta apresenta uma estrela de seis pontas, cujo propósito e intenção são desconhecidos. Uma designação antiga atribuía-lhe o nome de *Quinta dos Bichos*. O britânico E. Holden, gerente da fábrica de cortiça *Henry Bucknall & Sons, Lda.*, a laborar no Caramujo, foi um dos proprietários do imóvel, tendo inclusivamente fundado a igreja Evangélica, situada na Travessa do Castelo, em Almada.

Elementos Gráficos:

Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 6	Data:	CMP: 431	Altitude: 8m
Topónimo: Igreja da Nª Sr.ª do Bom Sucesso	Coordenadas: 0487175 – 4282282		
Categoria: Arquitectura Religiosa	Concelho: Almada		
Tipologia: Igreja	Freguesia: Cacilhas		
Cronologia: Séc. XVIII e posteriores	Lugar: Cacilhas		
Classificação: Inexistente	Proprietários:		
Valor Patrimonial: Elevado	Uso do solo: Urbano		
Estado de conservação: Bom	Ameaças: Indeterminadas		
Morfologia do terreno:	Visibilidade para estruturas: não se aplica		
Acesso: Rua Cândido dos Reis; Largo Alfredo Dinis	Visibilidade para artefactos: não se aplica		
Bibliografia: Almada e o Tejo – Itinerários (1999) - CAA, Almada; DUARTE, Ana (s. d.) – Igrejas e Capelas da Costa Azul, Setúbal; FLORES, Alexandre(1987) – Almada Antiga e Moderna, Almada; DGEMN (PT031503060039)			
Espólio recolhido:			

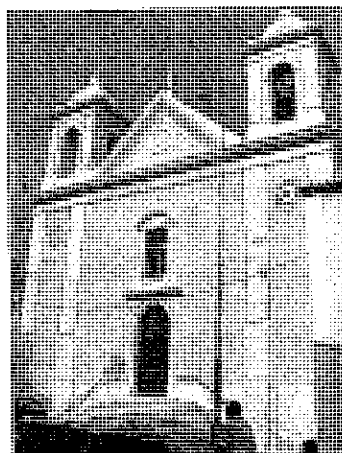
Caracterização: Segundo o padre Luís Cardoso, o templo encontrar-se-ia no local onde existiu o Hospital de S. Lázaro, (*In Di. Geográfico*, T. I e II). Em 1505, um inventário refere a existência de uma Ermida de S. Lázaro, edificada para proporcionar conforto espiritual aos leprosos. Durante o séc. XVII, o hospital é incorporado na Misericórdia e a ermida é cedida à irmandade de Santa Luzia. Em 1696, foi fundada a Irmandade da Senhora do Bom Sucesso, transferindo-se a capela para sua posse. O silhar de azulejos perpetuados nas escadas de acesso ao coro alto data de 1715.

A Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, construída em 1759, foi edificada, aproximadamente, no antigo local do templo evocativo a santa Luzia, completamente destruído pelo terramoto de 1755, e de menores dimensões arquitectónicas. De estilo Pombalino, representado convenientemente na fachada, janela e porta, apresenta planta longitudinal, composta por uma só nave, capela-mor e sacristia orientada a Sudeste. As paredes são revestidas a azulejos (branco/azul), datados de 1758/60. A frontaria principal possui duas torres de sino (com uma janela ao centro sobre o portal).

No campanário da direita, dois relógios de sol. Ainda é possível observar um terceiro relógio electrónico. No ano de 1820, a Irmandade da Nª Sr.ª do Bom Sucesso reconstruiu, no local da capela, casas de dois pisos.

Deste templo sai, anualmente, no dia 1 de Novembro, a procissão integrada nas Festas Religiosas de Nossa Senhora do Bom Sucesso (santa padroeira da Freguesia). Segundo a tradição, terá sido a divindade responsável pela segurança dos habitantes quando, após o terramoto de 1755, evitou que fossem tragados pelas vagas do Tejo.

Elementos Gráficos:



Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 7	Data:	CMP: 431	Altitude:
Topónimo: Antigo Quartel dos Bombeiros	Coordenadas:		
Categoria: Arquitectura Civil	Concelho: Almada		
Tipologia: Quartel	Freguesia: Cacilhas		
Cronologia: Séc. XX	Lugar: Cacilhas		
Classificação: Inexistente	Proprietários: Câmara Municipal de Almada		
Valor Patrimonial: Elevado	Uso do solo: Urbano		
Estado de conservação: Recuperado	Ameaças: Indeterminadas		
Morfologia do terreno:	Visibilidade para estruturas: não se aplica		
Acesso: Largo dos Bombeiros Voluntários; Rua Cândido dos Reis	Visibilidade para artefactos: não se aplica		
Bibliografia: <i>Almada e o Tejo – Itinerários</i> , Centro de Arqueologia de Almada; Projecto Para o Posto de Turismo de Cacilhas – Estudo Prévio; Jornal Notícias de Almada, 23 de Maio de 2008; http://pontaldecacilhas.blogspot.com/2006/02/recuperao-do-antigo-quartel-dos.html (16 de Junho 2008); DGEMN (PT031503060097)			
Espólio recolhido: não se aplica			

Caracterização: O edifício, implantado no ponto de cota mais elevada, localiza-se no Núcleo Histórico de Cacilhas, no Largo dos Bombeiros Voluntários, antigo Largo do Poço. Apresenta tipologia arquitectónica e construtiva integrável em finais do séc. XIX. Em 1900, início da construção do edifício destinado a quartel de bombeiros de Cacilhas.

O monumento caracteriza-se pela planta rectangular de dois pisos. Fachadas rebocadas e pintadas com embasamento, delimitadas por cunhais e remates em cornija e platibanda. Cobertura aberta, simetricamente por trapeiras. Vãos rectangulares emoldurados. Fachada principal de três panos, sendo que o central rasga a linha da platibanda com uma água-furtada. 1º piso aberto por grande portão de acesso às viaturas, ladeado por duas portas envidraçadas, com bandeira, de verga curva. 2º piso, demarcado por friso, rasga-se a eixo dos vãos inferiores por 3 janelas de sacada, as laterais à face, com guarda e a central com varadim assente sobre mísulas e guarda em ferro. Remata este pano a janela de sacada da água-furtada, rectangular, com guarda. Fachada lateral direita com janelos no primeiro piso e janelas de peito, com bandeira. No segundo andar, fachada lateral esquerda aberta por janelas de peito nos dois pisos, colocadas a eixo. Finalmente, o último aproveitamento de sótão, com águas furtadas. À data de princípio dos trabalhos de recuperação, encontrava-se devoluto.

No ano de 1990, é desactivado. Adquirido, em 2005, pela Câmara Municipal de Almada, com o objectivo de ser recuperado, respeitando em absoluto o traçado original do imóvel. Um ano depois, será iniciado um plano de recuperação, com consequente lançamento de concurso público e, depois, a obra (projecto não efectuado).

A 23 de Maio de 2008, segundo o jornal "Notícias de Almada", a estrutura irá entrar em obras para acolher o posto de turismo. Finalmente, no dia 03 de Junho de 2008 é publicado, no Diário da República nº 106, 2ª. Série, o anúncio de Concurso para "Reabilitação do Edifício para o Posto de Turismo «Cidade de Almada», Cacilhas". Assume, actualmente, as novas funções.

Elementos Gráficos:





Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 8	Data:	CMP: 431	Altitude:
Topónimo: Passeio Ribeirinho do Ginjal		Coordenadas:	
Categoria: Arquitectura Civil		Concelho: Almada	
Tipologia: Conjunto Arquitectónico Industrial e Habitacional		Freguesia: Cacilhas	
Cronologia: Séc. XVIII / XIX / XX		Lugar: Cacilhas	
Classificação: Inexistente		Proprietários: Particular	
Valor Patrimonial: Elevado		Uso do solo: Urbano	
Estado de conservação: Mau		Ameaças: Abandono e Ruína	
Morfologia do terreno: Zona Ribeirinha		Visibilidade para estruturas: não se aplica	
Acesso: Passeio Ribeirinho do Ginjal		Visibilidade para artefactos: não se aplica	
Bibliografia: <i>Almada e o Tejo – Itinerários</i> , Centro de Arqueologia de Almada; Projecto Para o Posto de Turismo de Cacilhas – Estudo Prévio;			
Espólio recolhido: não se aplica			
Caracterização: De localização privilegiada, entre o Mar da Palha, Lisboa e a Barra do Tejo, o Ginjal engloba toda a extensão da Margem Sul do Tejo, desde a antiga estação de embarque de Cacilhas e os armazéns situados no cais até às Escadinhas da Boca do Vento. Inclui os antigos lugares do Cubalinho, Cubal e Praia das Lavadeiras, onde corria água doce que as mulheres usavam para lavar roupa. O sítio do Ginjal, inicialmente um núcleo de armazéns junto ao rio, atingiu o apogeu durante o século XVIII, quando aí se fixaram novos e grandes armazéns de vinho, vinagre e azeite e, por consequência, outros relacionados com actividades subsidiárias, como a tanoaria, a latoaria e, mais tarde, as fábricas de conserva, cortiça e desestanho. O cais é, aliás, resultado da ampliação dos armazéns que, encostados à arriba, só poderiam expandir-se para o lado do rio. Para além de ser um local de construção e reparação naval, transportes fluviais e pesca, era local muito conhecido por lisboetas e turistas pelos seus restaurantes. Em meados do séc. XIX, possuía habitações e os moradores atravessavam o rio para chegar a Cacilhas. Na segunda metade do século XIX, a indústria de construção naval estabelece-se e consolida posições no local. Com a implantação da República, alguns armazéns foram adaptados a restaurante, fazendo as delícias dos visitantes com as famosas caldeiradas, a sardinha assada e o marisco. A partir da construção da ponte sobre o Tejo e as consequentes mudanças ao nível do transporte de mercadorias, o conjunto de infra-estruturas criadas para o armazenamento perde funcionalidade. Em simultâneo, várias actividades económicas entram em declínio. O lento abandono do cais deixam-no praticamente vazio e degradado.			
Elementos Gráficos:			



Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 9	Data:	CMP: 431	Altitude:
Topónimo: Rua Carvalho Freirinha		Coordenadas:	
Categoria: Arqueológica		Concelho: Almada	
Tipologia: Conjunto Industrial de salga de peixe		Freguesia: Cacilhas	
Cronologia: Época Romana		Lugar: Cacilhas	
Classificação: Inexistente		Proprietários: Particular	
Valor Patrimonial: Elevado		Uso do solo: Urbano	
Estado de conservação: Indeterminado		Ameaças: Indeterminadas	
Morfologia do terreno: Zona Ribeirinha		Visibilidade para estruturas: não se aplica	
Acesso: Rua Carvalho Freirinha		Visibilidade para artefactos: não se aplica	
Bibliografia: Arquivo CAA			
Espólio recolhido: não se aplica			
Caracterização: Indústria de salga de peixe da época romana.			
Elementos Gráficos:			



Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 10	Data:	CMP: 431	Altitude: 20m
Topónimo: Rua Florbela Espanca		Coordenadas: R. 115. 912	
Categoria: Arqueológica		Concelho: Almada	
Tipologia: Mancha de Ocupação		Freguesia: Cacilhas	
Cronologia: Neo-Calcolítico? / Idade do Ferro / Época Romana		Lugar: Cacilhas	
Classificação: Inexistente		Proprietários: Indeterminado	
Valor Patrimonial: Elevado		Uso do solo: Urbano	
Estado de conservação: Indeterminado		Ameaças: Indeterminadas	
Morfologia do terreno: Zona Ribeirinha, em encosta inclinada a Norte		Visibilidade para estruturas: não se aplica	
Acesso: Rua Florbela Espanca		Visibilidade para artefactos: não se aplica	
Bibliografia: Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, "Património Arqueológico do Distrito de Setúbal", p. 131.			
Espólio recolhido: não se aplica			
Caracterização: Vestígios líticos sobre sílex e cerâmicos de ocupação durante o Calcolítico, Idade do Ferro e Época Romana.			
O espólio recolhido revelou-se variado, permitindo, apesar de não se reconhecerem formas tipologicamente muito características, definir duas fases de ocupação: a primeira, referente ao Neo-Calcolítico (com alguns bordos de cerâmica de técnica manual, um núcleo e subprodutos de talhe em sílex). A segunda, enquadrável na IIª Idade do Ferro (fragmentos de cerâmica executada com torno de oleiro e dois outros de metal, sugerindo um espigão de fíbula e um anel).			
Elementos Gráficos:			

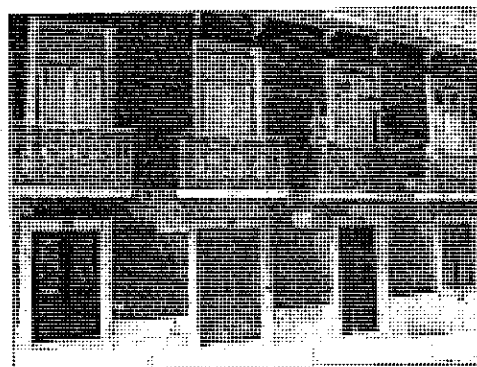


Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 11	Data:	CMP: 431	Altitude: 28m
Topónimo: Rua Elias Garcia		Coordenadas: 0487 005 – 4282 109	
Categoria: Arquitectura Civil		Concelho: Almada	
Tipologia: Habitação		Freguesia: Cacilhas	
Cronologia: Finais do Século XIX		Lugar: Cacilhas	
Classificação: Inexistente		Proprietários: Indeterminado	
Valor Patrimonial: Médio		Uso do solo: Urbano	
Estado de conservação: mau		Ameaças: Indeterminadas	
Morfologia do terreno: Encosta		Visibilidade para estruturas: não se aplica	
Acesso: Rua Elias Garcia (antiga Calçada da Pedreira), n.º 50		Visibilidade para artefactos: não se aplica	
Bibliografia: <i>Almada e o Tejo – Itinerários</i> (1999), Centro de Arqueologia de Almada			
Espólio recolhido: não se aplica			

Caracterização: Edifício com placa alusiva ao nascimento de Romeu Correia. Três andares. Fachadas revestidas a azulejos monocromáticos azuis. Varandins com guarda-corpos em ferro forjado, decoradas com figuras alusivas às belas-arts. Águas furtadas. Actualmente, encontra-se à venda.

Elementos Gráficos:



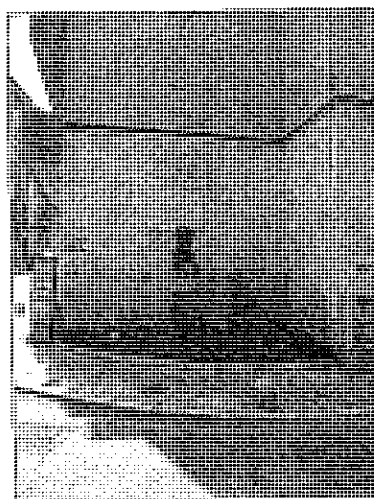


Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 12	Data:	CMP: 431	Altitude: 28m
Topónimo: Rua Elias Garcia	Coordenadas: 0487 005 – 4282 109		
Categoria: Arquitectura Artística	Concelho: Almada		
Tipologia: Monumento a Elias Garcia	Freguesia: Cacilhas		
Cronologia: Século XX	Lugar: Cacilhas		
Classificação: Inexistente	Proprietários: Indeterminado		
Valor Patrimonial: Médio	Uso do solo: Urbano		
Estado de conservação: bom	Ameaças: Indeterminadas		
Morfologia do terreno: Encosta	Visibilidade para estruturas: não se aplica		
Acesso: Rua Elias Garcia (antiga Calçada da Pedreira), Rua Carvalho Freirinha	Visibilidade para artefactos: não se aplica		
Bibliografia: Almada e o Tejo – Itinerários (1999), Centro de Arqueologia de Almada			
Espólio recolhido: não se aplica			

Caracterização: Busto de Elias Garcia. Figura destacada do Movimento Republicano e defensor da democracia. Nasce a 31 de Dezembro de 1830. Habitou na rua que actualmente detém o seu nome, numa casa desaparecida, situada no cruzamento com a Rua Carvalho Freirinha. Uma lápide assinala a efeméride.

Elementos Gráficos:



Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 13	Data:	CMP: 431	Altitude:
Topónimo: Quinta do Almaraz		Coordenadas:	
Categoria: Arquitectura Civil		Concelho: Almada	
Tipologia: Casa Agrícola		Freguesia: Cacilhas	
Cronologia: Indeterminada		Lugar: Cacilhas	
Classificação: Inexistente		Proprietários: Particulares	
Valor Patrimonial: Médio		Uso do solo: Urbano	
Estado de conservação: mau		Ameaças: Indeterminadas	
Morfologia do terreno: Encosta		Visibilidade para estruturas: não se aplica	
Acesso: Rua Elias Garcia (antiga Calçada da Pedreira)		Visibilidade para artefactos: não se aplica	
Bibliografia: <i>Almada e o Tejo – Itinerários</i> (1999), Centro de Arqueologia de Almada			
Espólio recolhido: não se aplica			

Caracterização: Integra os terrenos da Estação Arqueológica da Quinta do Almaraz.

Elementos Gráficos:

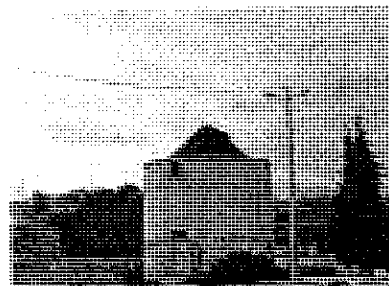
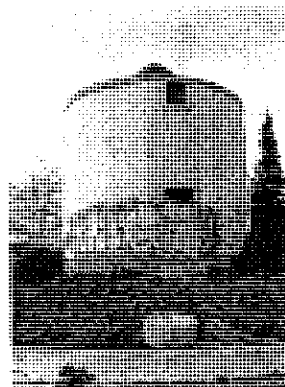
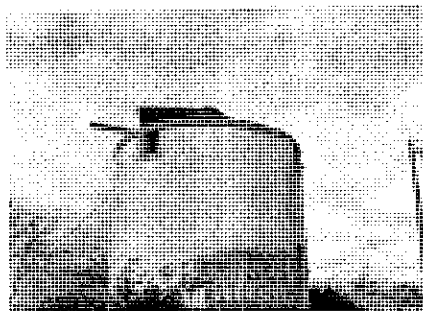


Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 14	Data:	CMP: 431	Altitude:
Topónimo: Morro de Cacilhas		Coordenadas:	
Categoria: Arquitectura Industrial		Concelho: Almada	
Tipologia: Moinho de Vento		Freguesia: Cacilhas	
Cronologia: Séc. XIX? / XX		Lugar: Cacilhas	
Classificação: Inexistente		Proprietários: Particulares	
Valor Patrimonial: Médio		Uso do solo: Urbano	
Estado de conservação: Regular (recuperado)		Ameaças: Indeterminadas	
Morfologia do terreno: Elevação pronunciada		Visibilidade para estruturas: não se aplica	
Acesso: Rua Liberato Teles, Rua Comandante António Feio, Rua Frei Bernardo de Brito		Visibilidade para artefactos: não se aplica	
Bibliografia: Trabalho de campo			
Espólio recolhido: não se aplica			

Caracterização: Moinho de vento. Planta circular. Estrutura recuperada. Aparelhagem exterior parcialmente visível. Ausência de pás. Sem acesso ao interior.

Elementos Gráficos:



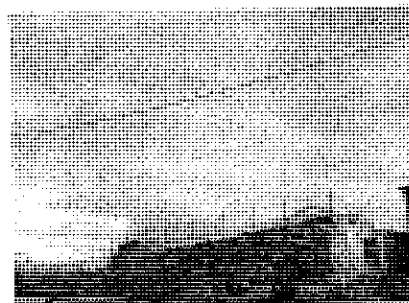
Levantamento Patrimonial da Freguesia de Cacilhas

Nº: 15	Data:	CMP: 431	Altitude:
Topónimo: Fortificação?		Coordenadas:	
Categoria: Arquitectura Militar		Concelho: Almada	
Tipologia: Forte?		Freguesia: Cacilhas	
Cronologia: Moderno / Contemporâneo		Lugar: Cacilhas	
Classificação: Inexistente		Proprietários: Particulares	
Valor Patrimonial: Médio		Uso do solo: Urbano	
Estado de conservação: Regular		Ameaças: Indeterminadas	
Morfologia do terreno: Elevação Pronunciada		Visibilidade para estruturas: não se aplica	
Acesso: Rua Liberato Teles, Rua Comandante António Feio, Rua Frei Bernardo de Brito		Visibilidade para artefactos: não se aplica	
Bibliografia: Trabalho de Campo			
Espólio recolhido: não se aplica			

Caracterização: Estrutura militar eventualmente integrada no conjunto da campainhas mandadas edificar por Wellesley. Localização e identificação apenas possível com consulta paralela da Carta Topográfica Militar da Península de Setúbal, datada de 1813, elaborada pelo Major do Real Corpo de Engenheiros, José Maria das Neves Costa, por ordem de Beresford.

Planta quadrangular, amparada por contrafortes. Construído com recurso a blocos de calcário conquífero e argamassa como matéria-prima de agregação. Actualmente, encontra-se vedado, com construções pré-fabricadas no interior. Assume vocação columbófila.

Elementos Gráficos:



ARTUR VAZ

MONUMENTOS DE ALMADA

INVENTÁRIO

*Para o Museu Municipal de Almada
oferta do autor.
Artur Vaz.
Novembro/89*

1989

CACILHAS

Porto principal de ligação entre as duas margens do rio Tejo, Cacilhas foi em tempos de outrora, terra de pescadores-camponeses.

Chão fértil produzindo óptimos frutos e legumes, Cacilhas foi durante os séculos XVIII e XIX considerado como um centro de grande importância para a indústria, face ao forte incremento do cultivo da vinha e da oliveira no termo do concelho de Almada.

Assim são instalados nessa época grandes armazéns de vinhos no Gingal e de azeite na Lapa. Interligadas essas indústrias, desenvolve-se também a tanoaria, actividade onde se emprega grande parte da população.

É ainda durante esse período que a indústria de construção naval se expande em Cacilhas, sendo então inaugurados entre os anos de 1855 a 1865 na Praia da Lapa, os estaleiros de António José Sampaio.

No dia 15 de Janeiro de 1866 era também inaugurado um vistoso farol, que viria a ser o ex-libris de Cacilhas até Maio de 1978, altura em que seria retirado em benefício da sua gare-abrigo, encontrando-se presentemente montado na Ilha da Terceira nos Açores, substituindo o antigo farol da Serreta. Em 1 de Novembro de 1874 num ambiente de grande festividade era também exposto ao povo cacilhense, sob a presidência de Bernardo Francisco da Costa o chafariz de Cacilhas, com água canalizada desde o Gingal, vindo a desaparecer em meados dos finais dos anos 40.

Perdendo no decorrer dos anos a sua influência industrial, Cacilhas viria a tornar-se num grande centro urbano e no principal terminal de transportes rodoviários para as localidades periféricas da margem esquerda do rio Tejo e do Sul de Portugal.

Com a criação de novas freguesias no concelho de Almada, Cacilhas é elevada a freguesia em Outubro de 1985. Possuidora de monumentos de raro valor como a Igreja de N^{sa} S^{ta} do Bom Sucesso e a Fonte da Pipa, salienta-se ainda como edificações de grande interesse histórico, o Palácio das Inglesas (séc. XVIII), o Quartel dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas construção do começo do séc. XIX e o edifício do Quartel da Guarda Fiscal (antiga Forte de St^a Luzia), cuja a sua reedificação é dos finais do séc. XVII. Ainda como lugar de grande interesse arqueológico, destaca-se as ruínas no Largo Alfredo Diniz da antiga fábrica de salga de peixe romana.

Como festejos tradicionais, realiza-se em Cacilhas todos os anos no dia 1 de Novembro, uma vistosa procissão integrada nas Festas Religiosas de N^{sa} S^{ta} do Bom Sucesso, sua santa padroeira em devoção pelo seu milagre, que segundo a tradição, salvou Cacilhas e o seu povo de serem engolidos pela fúria das águas do Tejo, no terramoto de 1755.

IGREJA DE N^a S^a DO BOM SUCESSO

Localização - Situada em Cacilhas, na Rua Cândido Reis .

Data de construção - A actual igreja foi segundo documentos da época reconstruída durante os anos de 1758 e 1759 a partir dos restos da antiga capela de St^a Luzia, desmoronada pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755.

Segundo a tradição, existiam duas capelas no lugar de Cacilhas. Uma no Beco do Bom Sucesso e outra chamada de St^a Luzia, edificada no sítio onde se encontra a Igreja de N^a S^a do Bom Sucesso, popularmente conhecida pela igreja de Cacilhas.

O terramoto de 1 de Novembro de 1755, destruiu completamente a capela do Beco do Bom Sucesso e arruinou a de Santa Luzia. O povo cacilhense movido pela sua devoção mandou então construir uma igreja no lugar da antiga capela, em dedicação à N^a S^a do Bom Sucesso.

Através de uma lápide sepulcral, colocada na porta principal da igreja, leva-nos a crer que um dos seus principais impulsionadores foi Francisco Luís da Silva.

Como se pode verificar pela diferença de estilos, a janela e a porta principal da igreja é de estilo pombalino, sendo por consequência construídas depois de 1755, enquanto que as suas torres nada têm de comum com esse estilo, levando-nos assim a ter que admitir que só o corpo central da antiga capela foi destruído pelo terramoto. Outro pormenor interessante é a entrada principal da igreja, pois o inventário da Irmandade em 1902, diz-nos que entre a igreja e a rua existia um pátio à altura da porta principal, com duas escadas laterais de pedra, guarnecidas com gradeamento e dois portões de ferro.

A igreja de uma só nave apresenta as suas paredes até um terço de altura, revestidas de azulejos de pintura monocromática a azul, devendo datarem entre os anos de 1750 a 1760. O revestimento está repartido em 14 painéis, sendo cada um emoldurado na sua cercadura rocaille, providos de altas cabeceiras recortadas e separados dos contínuos por colunas encimadas por vasos com flores. Desfia-se nesses painéis a vida da Virgem, enaltecida nos sucessos maravilhosos anteriores e posteriores ao nascimento do menino. A sua pintura é perfeita, sendo a sua cor firme e o esmalte dos azulejos admirável. A parede do fundo do coro é também possuidora de um rodapé alto de azulejos do começo do século XIX, que condizem no estilo com a pintura do tecto da igreja, lançada em moldes "império". No corredor que dá acesso ao coro, existe em ambos os lados um rodapé de azulejos pintados a azul, onde se pode ver a seguinte inscrição "ESSA OBRA MANDOU FAZER HVM DEVOTO 1715". Estes azulejos supõe-se serem os primeiros da antiga capela de St^a Luzia e depois ali colocados. São também referentes à Virgem os quadrinhos que se seguem a este lambris entre anjos e folhagem. Com a elevação em 3 de Junho de 1979 de Cacilhas a Paróquia, a Igreja de N^a S^a do Bom Sucesso, passa a Igreja Paroquial de Cacilhas.

Bibl.; Padre Ant^o Ferreira de Gouveia - O povo de Cacilhas e a Senhora do Bom Sucesso - 1979.

Vergílio Correia - Azulejos Datados - 1^a Série - 1922.

Museu Municipal de Almada	
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO	
REGISTO N.º	59
ESTANTE	H/S / 60C

R. H. PEREIRA DE SOUSA

FORTALEZAS DE ALMADA E SEU TERMO

EDIÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

1981

III — DESCRIÇÃO DAS FORTALEZAS. SUA HISTÓRIA

FORTE DE CACILHAS

Não se conhece a data de construção do forte de Cacilhas mas apenas que foi reedificado no reinado de D. Pedro II, em fins do século XVII, admitindo alguns autores que se sobrepôs a uma fortificação mais antiga.

Denominou-se forte de Santa Luzia, que foi santa padroeira de Cacilhas (*) e, vulgarmente forte de Cacilhas. Um ofício de 11 de Julho de 1837, autorizando o governador militar de Almada, o major Sebastião José Maria de Brito (9) a residir nele, chama-lhe «Forte do Pontaletto, em Cacilhas».

O Pontaletto era um cabedelo rochoso que, por essa época, já estava encoberto por um molhe-cais de alvenaria, que prolongava para leste o cais do Ginjal, e era rematado por uma escadaria. O molhe, onde se erguia o farol, defendia a pequena praia e baía de Cacilhas, cujo plano de água está hoje totalmente ocupado pelo largo.

Numa litografia muito conhecida, de Noel [53], reproduzindo um quadro do pintor inglês John Thomas Serres, datado de 1792, o forte é visível sobre o Pontaletto ainda não coberto pelo cais (**).

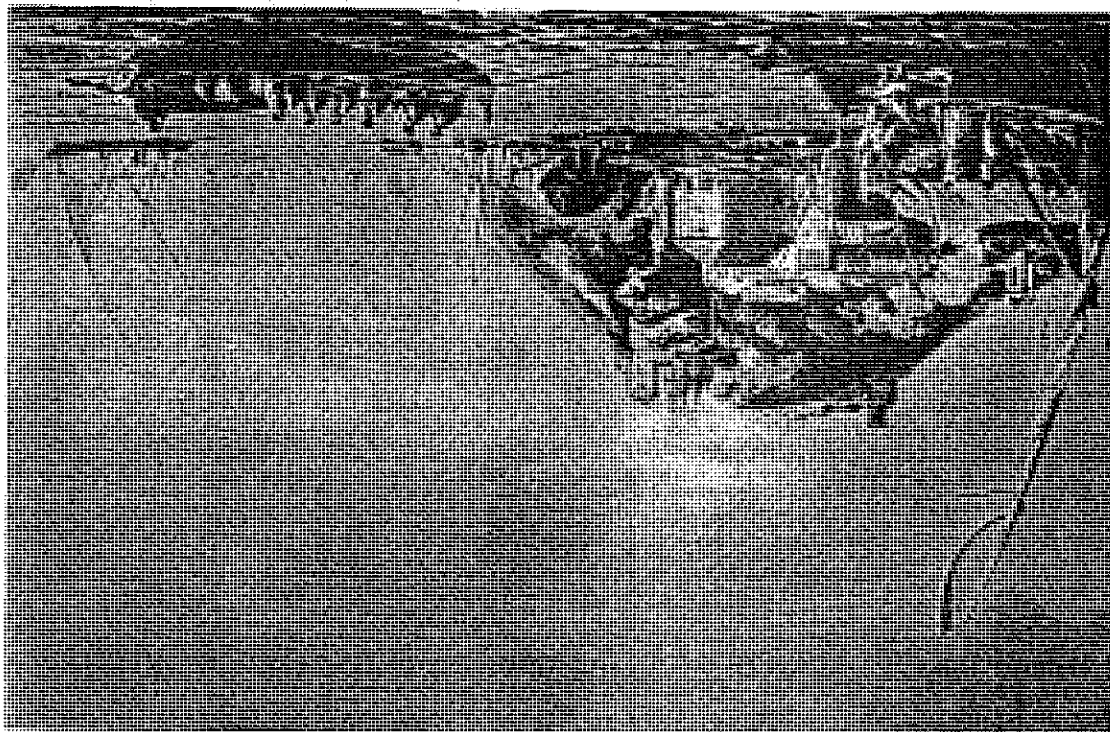
A perspectiva do quadro só permite evidenciar a face leste da muralha de alvenaria encimada por um parapeito de construção simples e o edifício de aquartelamento, ambos semi-encobertos por embarcações.

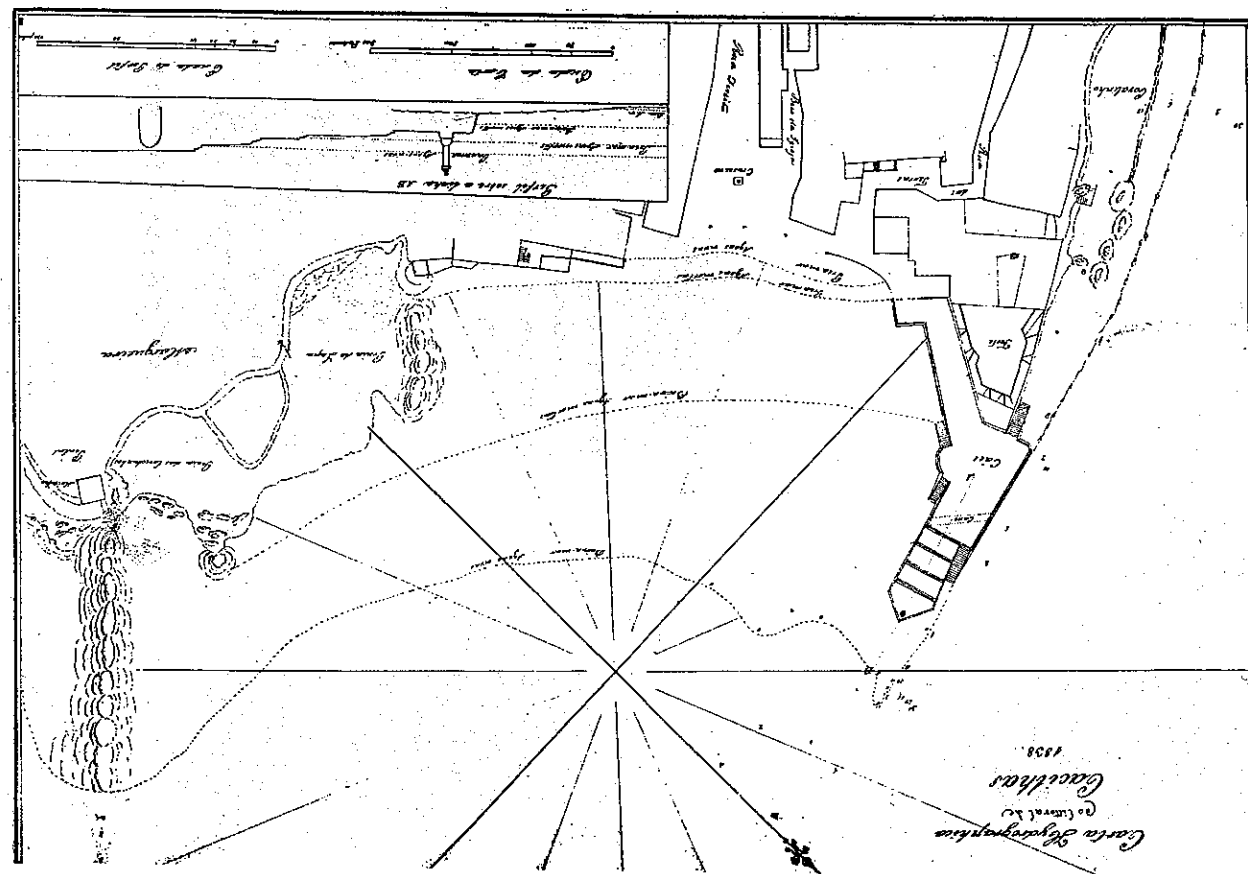
Num plano hidrográfico de Cacilhas, de 1838 [53], a esplanada é representada com uma muralha robusta onde se abrem 6 canhoneiras. A planta da esplanada é de forma tra-

(*) A actual ermida de Cacilhas, consagrada à Senhora do Bom Sucesso, substituiu outra edificada perto que, antes do terramoto de 1755, era consagrada a Santa Luzia.

(**) No quadro representa-se a chegada a Cacilhas de um grupo de pessoas importantes: do porto aproxima-se um escalér com painel de popa decorado e tripulação fardada, transportando passageiros abrigados sobre o toldo à ré. Um penacho de fumo que o vento encurva sobre a esplanada provém talvez de um tiro de peça, salvando em honra dos visitantes (as reproduções que conhecemos da gravura, são pouco claras).

Est. 5 — Cacilhas em 1792 [53]
A muralha elevada, com pa rapetto, que se observa sobre as rochas do pontaletto é a esplanada de artilharia do forte de Santa Luzia.





Est. 6 — Plano Hidrográfico de Cacilhas em 1838
O forte de Santa Luzia está claramente representado. O edifício contíguo que lhe servia de quartel é aquele utilizado como posto da Guarda Fiscal desde o século passado. (Original existente no Arquivo Histórico Militar)

pezoidal e uma das faces, a do lado oeste, encostava-se ao edifício que serve actualmente de posto à Guarda Fiscal.

Os elementos que referimos não deixam dúvidas quanto à localização do forte, excluindo-se portanto as posições anteriormente afirmadas quanto à encosta do Ginjal e ao Pontal, o lado sueste de Cacilhas (o lado noroeste era o Pontaleto).

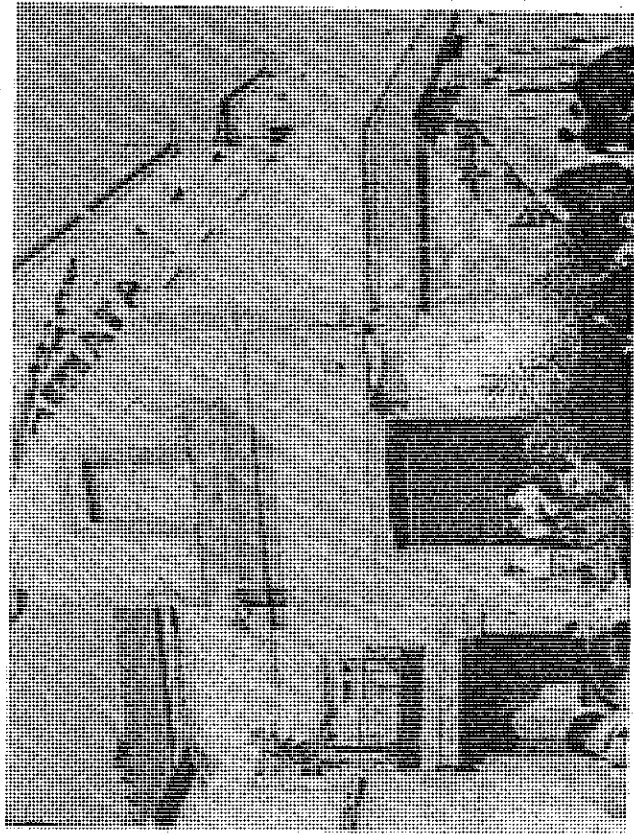
Cerca de 1896, para expansão do largo de Cacilhas, construiu-se um novo cais, perpendicular ao molhe, sobre a praia, e demoliu-se a esplanada do forte. Conservou-se o aquartelamento e o lado norte do molhe com a sua escadaria onde, até aos nossos tempos, atracaram os cacilheiros.

Temos conhecimento por Castelo Branco [7] que o forte se encontrava artilhado em 1711 e, ao que sabemos, ainda o estava em 1833. Uma notícia de ano desconhecido [3] diz que se compunha de «oito baluartes com igual número de peças», sendo uma delas notável pela dimensão: «3,80 metros de comprimento por 0,30 de diâmetro». A notícia confere mal com o plano hidrográfico de 1838, onde nitidamente se desenhavam 6 canhoneiras apenas, podendo no entanto reportar-se a uma época anterior à construção das canhoneiras, quando a esplanada do forte era dotada de parapeto simples.

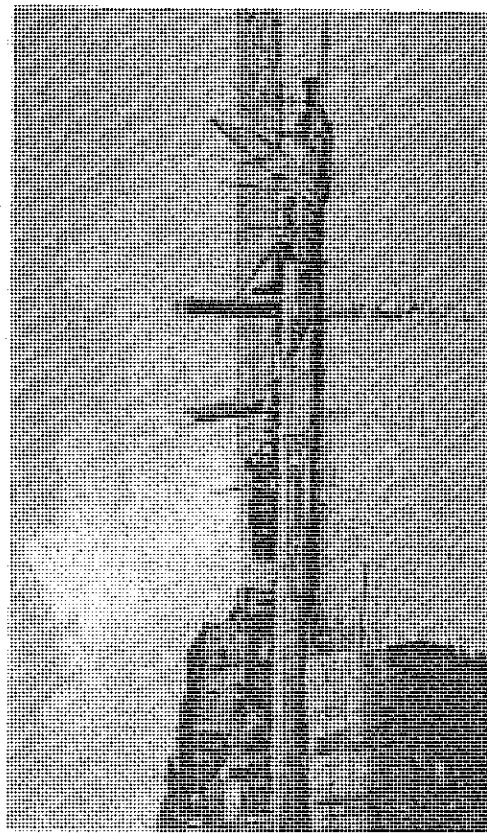
Pinho Leal [47] diz que «antigamente era defendido por oito peças» e que já estava desartilhado. Foi desarmado portanto entre 1833 e 1873 (*), isto é, entre a tomada do forte pelos liberais e a publicação do «Portugal Antigo e Moderno», daquele autor.

Em 23 de Julho de 1833, como já referido, fez ainda alguns tiros de peça sobre os miguelistas em fuga para Lisboa, logo que ocupado pelos liberais.

Junto do forte, no cais fronteiro, foi morto Teles Jordão. Os populares apoderaram-se do cadáver que andou em bolandas servindo de alvo à chacota e descarga do ódio que afinal a sua crueldade fomentara em vida. Acabou finalmente por ser abandonado e enterrado na praia de Cacilhas e, talvez para que não restassem dúvidas que o tirano estava morto, lhe deixaram um braço de fora.



Est. 7 — Porta de armas do antigo forte de Santa Luzia



Est. 8 — Cacilhas cerca de 1900
São visíveis na parede do edifício que serve actualmente de aquartelamento à Guarda Fiscal os vestígios da construção que lhe estivera encostada, a esplanada de artilharia, demolida em 1896.

Em meados do século XIX o forte servia de alojamento a um pequeno grupo de oficiais reformados e a veteranos da 1.^a divisão, estes últimos encarregados da conservação dos fortes de Almada e Cacilhas. As listas de guarnição mensais, entre 1844 e 1846, subscritas pelo major Sebastião José Maria de Brito, indicam que aí residiam, além do próprio major, de 9 a 13 oficiais de várias patentes reformados ou adidos e os seguintes veteranos: 1 sargento, 1 cabo e 2 soldados.

Até à demolição da esplanada da artilharia em 1896, nada mais nos consta acerca do forte. A ocupação da parte habitável pela Guarda Fiscal é anterior a 1910.

(*) Pinho Leal, que como se sabe registou numerosos erros e é, com frequência, pouco preciso, está talvez na origem da confusão sobre a localização do forte que, no artigo «Cacilhas» ele declara do lado sul (no Pontal) e no artigo «Almada», no extremo do cais de cantaria, logo do lado norte, no Pontaleto!

CACILHAS - IMAGENS D'ANTIGAMENTE

Museu Municipal de Almada	
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO	
REGISTO N.º	2901
ESTANTE	H5/k2 - km

LUÍS FILIPE BAYÓ VEIGA





O Largo Costa Pinto

Bilhete postal ilustrado do início do séc. XX

No conjunto de prédios que se observam à esquerda da imagem, situava-se no primeiro prédio a taberna e mercearia do Ferrão, e no terceiro, a "Casa da Beira Alta" de José Pinto Gonçalves.

No edifício seguinte, que ainda existe, havia a Adega do Malaquias, onde hoje funciona o popular restaurante "O Caci-lheiro".

Mais à frente, no 5º prédio, existia no seu r/c a conhecida cocheira do José Ribeiro.

Os 3 primeiros prédios, em finais da década de 40, foram demolidos para dar lugar à abertura da EN 10 (hoje Av. MFA), que passou a ligar Cacilhas à Cova da Piedade.

Esta correnteza de prédios ladeava o início do acesso à então chamada Rua Direita.

O Largo Costa Pinto, tem hoje o topónimo de Largo Alfredo Diniz, mas continua a ser popularmente conhecido pelo Largo de Cacilhas.



O Chafariz de Cacilhas

Para procurar minorar a constante falta de água que se verificava na localidade de Cacilhas, com maior intensidade durante os meses de estio, Bernardo Francisco da Costa, então Presidente da Câmara de Almada, mandou construir um chafariz de 4 bicas no Largo de Cacilhas, o qual foi inaugurado em 1 de Novembro de 1874.

Este importante melhoramento permitiu que a população de Cacilhas se pudesse abastecer de água potável com excelente qualidade, que provinha de uma nascente localizada no Ginjal.

Por meio de sistema de bombagem, a água captada da nascente, era canalizada, percorrendo uma distância de 574m, chegando às 4 torneiras (bicas) do chafariz com um caudal suficiente para as necessidades diárias dos que nele se abasteciam.

Na imagem (finais do séc. XIX), em redor do chafariz de Cacilhas, vários aguadeiros aguardam a sua vez de encherem os seus barris que tinham a capacidade para 20lts, que depois eram transportados às costas pelas ruas da localidade, para serem vendidos de porta a porta aos seus clientes.

Em 1947, com a instalação da canalização domiciliária em Cacilhas, o chafariz foi perdendo a sua importância no abastecimento de água potável, vindo a ser desmantelado em finais dos anos 40 início de 50 do séc. XX.



Perspectiva do Largo Costa Pinto visto do lado nascente

O bilhete postal ilustrado (C. 1900), mostra-nos o acesso à antiga Rua Direita através do Largo Costa Pinto.

Para além do chafariz em primeiro plano, à direita da imagem distingue-se o enorme edifício onde no r/c existia a adega "A Cabrinha" que pertencia a Raimundo Francisco da Silva.

Possuía em frente à entrada, um grande balcão corrido, que tinha por detrás junto à parede, vários grandes tonéis.

Vendia vinho avulso ao copo ou em vasilhame e também a granel em pipas para os barcos estrangeiros ancorados ao largo no rio.

Ainda com base na imagem, por detrás do chafariz havia um botequim chamado "Bilhar" (onde hoje se encontra o restaurante "A Tricanita") que era ponto de encontro da burguesia cacilhense.

No início da Rua Direita, no 1º prédio do lado direito viria a nascer em 1924, Fernando Barão, eclética e ilustre figura cacilhense que ao longo da sua vida tem vindo a divulgar importantes testemunhos orais e escritos sobre a história local de Cacilhas.

Logo a seguir, surge com a sua imponência a Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, vulgarmente chamada de Igreja de Cacilhas.

Quase em frente situava-se a cocheira do José Ribeiro, distinguindo-se à porta, uma carruagem.



A Rua Direita

Bilhete postal ilustrado (C. 1900) que nos mostra uma panorâmica da então chamada Rua Direita (hoje Rua Cândido dos Reis), obtida um pouco adiante do sítio onde localiza a Igreja de Cacilhas em direcção ao Largo dos Bombeiros, que então se chamava Largo do Poço.

Esta rua, com início no Largo de Cacilhas, era à época, e ainda é, a principal rua de comércio da localidade, sendo portanto a mais movimentada.

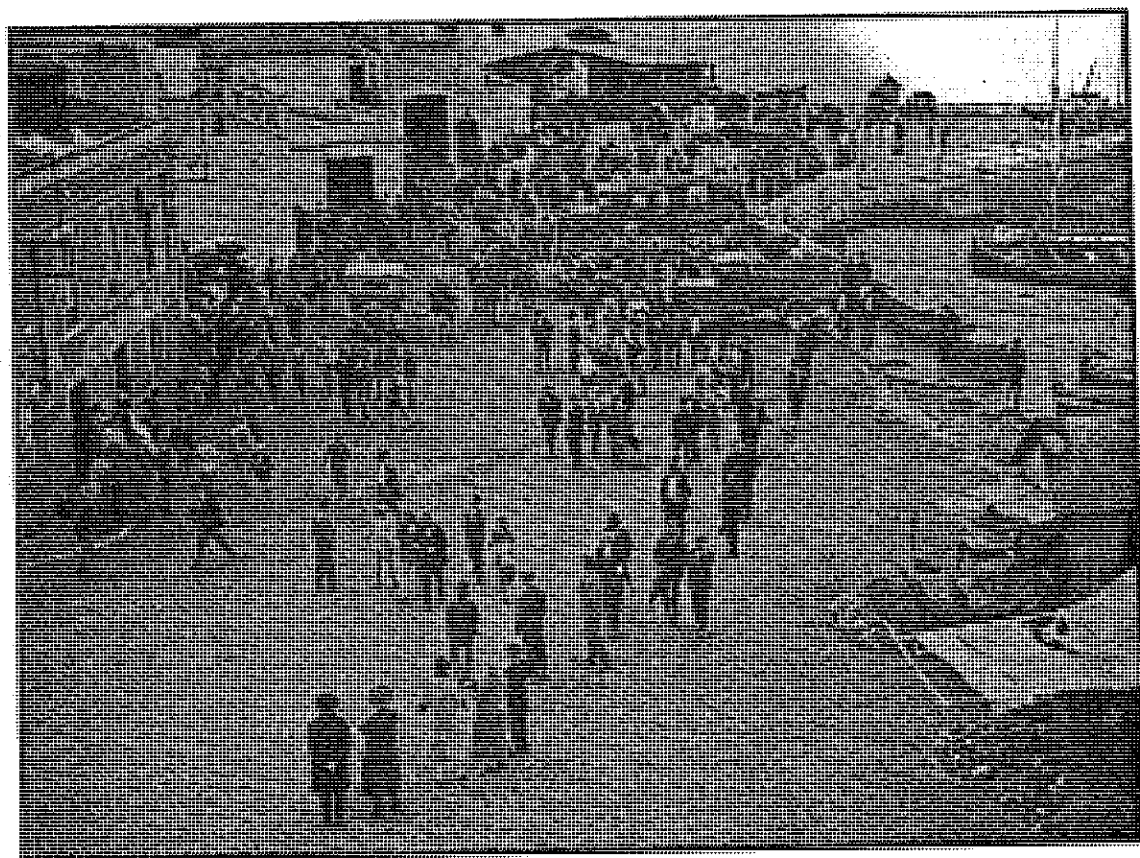
Para além das diversas tascas e tabernas que então por ali existiam, referem-se pela sua importância no comércio local de então, a casa da Beira Alta, as estalagens e cocheiras do José Narciso, do Pouca Tripa e do Jaime Ribeiro, a Casa Serra, a mercearia de Francisco Morgado, entre outras.

Na imagem, para além do movimento quotidiano da rua, distingue-se no centro, ao fundo, um coreto que todos os anos no Verão, pela altura das "Festas Populares", era montado pelos Bombeiros de Cacilhas na zona central do Largo do Poço. Construído em madeira, era todo engalanado para as festividades, sendo que o coreto propriamente dito, se situava a um plano superior, onde as bandas das colectividades locais e outras troupes musicais, iam tocar, enquanto por debaixo, no piso térreo, existia uma quermesse para venda de diversos artigos por meio de rifas sorteadas em tómbolas e outros divertimentos de sorte e azar, típicos das feiras, que no seu conjunto procuravam angariar receitas para a nobre causa dos Bombeiros.

Não faltavam em redor, as bancas de comes e bebes e demais diversões que proporcionavam a alegria dos participantes, cacilhenses e forasteiros, que então ali afluíam.

As

Nes
de ,
do
ven
frut
pop
No
var
que
Nes
San
Par
À d
um
No
um
Em
Ne:
de:
No
tar
Ne



Largo de Cacilhas em 1925

A imagem mostra-nos o início da 1ª Volta a Portugal a cavalo, cujo início foi em Cacilhas em 10 de Outubro de 1925, tendo nela participado 39 cavalos e seus respectivos cavaleiros.

Neste ano, o Largo de Cacilhas ainda apresentava a sua configuração primitiva, vindo a ser alargado sucessivamente para Leste, com o decorrer dos anos.

Distingue-se perfeitamente à direita da imagem, a praia de Cacilhas, virada a nascente e as bancas de venda de frutas, enquanto à esquerda, no primeiro edifício, funcionava no r/c a mercearia conhecida por "Tenda Marítima".

Ao centro em 2º plano, o Posto da Guarda Fiscal e ao fundo, a "Parceria", onde atracavam os vapores que faziam a travessia do Tejo.



Largo de Cacilhas – anos 30

Nesta imagem tem-se uma perspectiva do “Largo de Cacilhas”, tal como ele se apresentava na década de 30 do séc. passado.

Em 1º plano observa-se uma das primeiras camionetas da “Empresa de Camionetes Piedense, Lda”, a qual foi fundada em 2 de Junho de 1928.

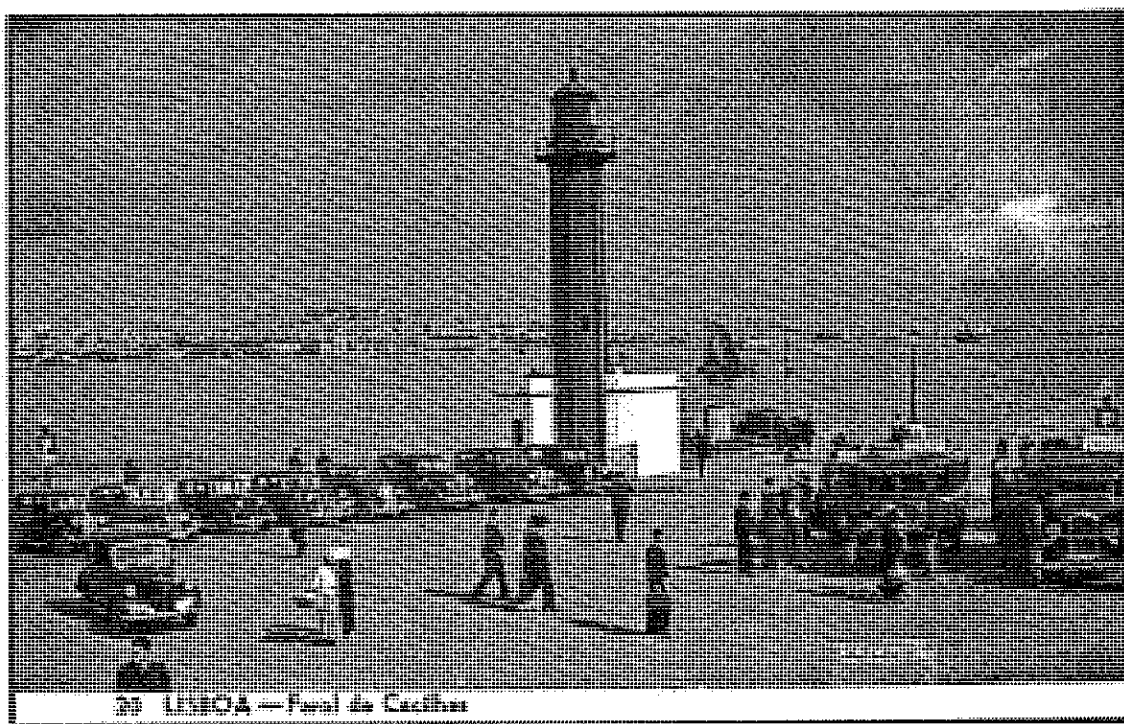
A “Piedense”, para além das carreiras para Almada e Cova da Piedade, também as fazia a partir de Cacilhas para outros destinos mais distantes como a Costa de Caparica e a Trafaria.

A “Piedense” juntamente com a “Beira Rio”, (“Empresa de Transportes Beira Rio”- 1945), foram ao longo de 3 décadas até 1975, as mais populares empresas de camionagem que a partir de Cacilhas transportavam os seus passageiros com destino a diversas localidades espalhadas por todo o Concelho de Almada.

Repare-se ainda ao lado direito da imagem, um pormenor de um grupo de pessoas à porta do estabelecimento de mercearias “Tenda Marítima”.

Em 2º plano ao centro, depara-se o aglomerado de prédios que faziam então parte do sítio da Lapa. Ao fundo, o morro de Cacilhas ainda com o seu peculiar torreão.

À direita na crista do morro, é visível entre diversas árvores, um moinho já em ruína e sem a sua cobertura.



25 LISBOA — Farol de Cacilhas

Largo de Cacilhas – anos 40

A imagem mostra-nos uma vista parcial virada a Lisboa, do Largo de Cacilhas, onde surge ao centro como figura principal, o farol da Cacilhas, tendo junto à sua base, a casa das máquinas de apoio à iluminação do farol, sobre a qual existia uma buzina, alcunhada de “ronca” que servia de aviso sonoro em dias de nevoeiro.

No lado esquerdo da imagem, observa-se uma praça de táxis, que então se chamavam “automóveis de aluguer”, aguardando por clientela.

À direita, duas camionetas recebendo passageiros, para seguirem viagem para destinos anunciados nos placards localizados por cima da cabine do motorista.

Entretanto no rio, “vagarosamente”, uma fragata dirige-se na direcção do “mar da palha”...

O quartel dos Bombeiros de Cacilhas

Em 15 de Janeiro de 1891, foi fundada a "Associação de Beneficência Serviço Voluntário de Incêndios de Cacilhas" que foi a sua designação original.

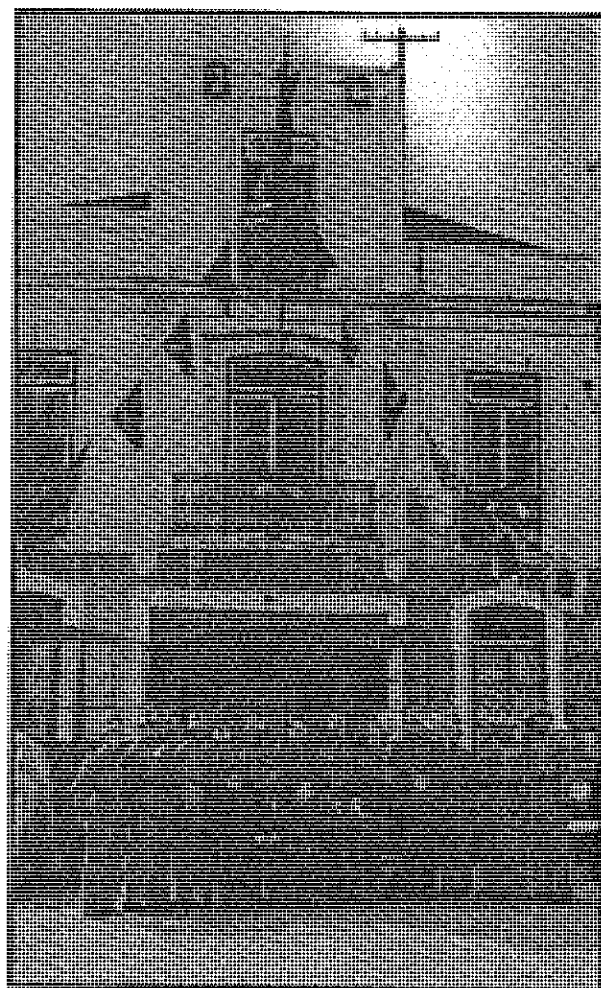
A sua primeira sede ficou instalada num r/c alugado de um prédio que também se situava no Largo do Poço.

Só alguns anos mais tarde na data do 10º aniversário, em 15 de Janeiro de 1900, é que os Bombeiros de Cacilhas, mudaram de instalações, para o edifício, tipo mansarda, que vemos na imagem, (que retrata uma comemoração de aniversário dos BVCacilhas, anos 50) e ali instalaram a sua sede e quartel.

Este edifício situado no Largo do Poço, (mais tarde Lgº da Bomba e hoje Lgº dos Bombeiros Voluntários), era pertença da família de Narciso Xavier a qual por testamento, o doou aos Bombeiros.

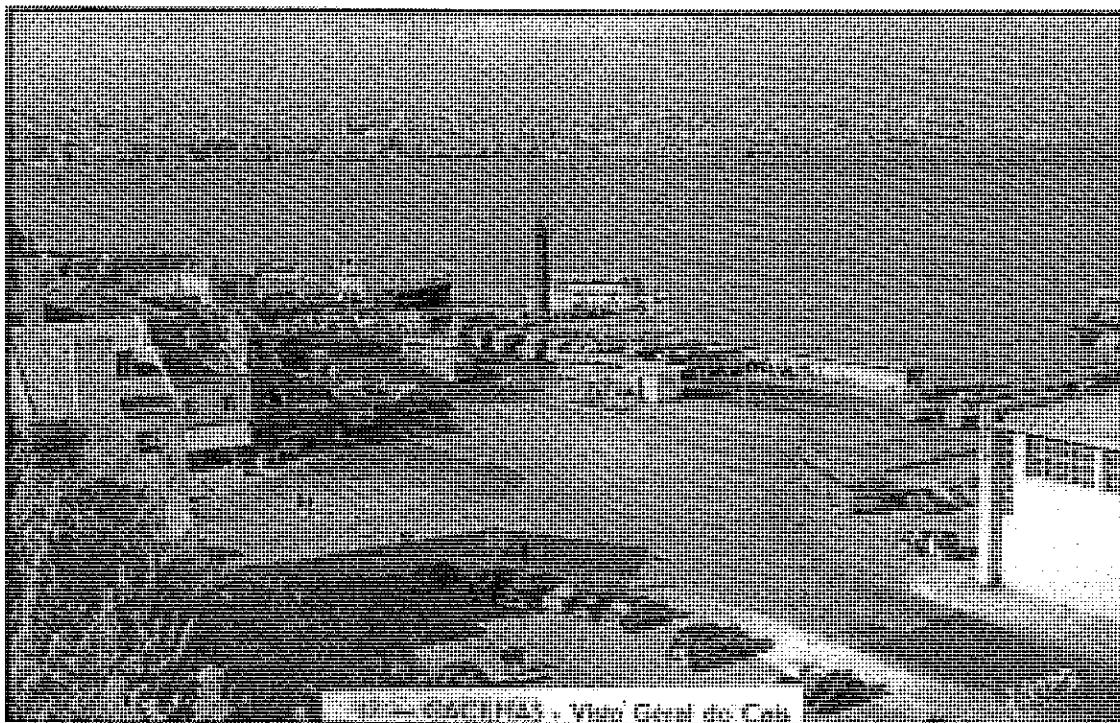
Inicialmente só ocuparam o piso térreo, uma vez que no 1º andar funcionava a Escola Primária Feminina de Cacilhas, que leccionou até ao longo da década de 40.

Após a extinção desta escola, os Bombeiros de Cacilhas tomaram plena posse do edifício, onde permaneceram durante décadas, até se mudarem para novas instalações construídas de raiz, sitas no local da então chamada Margueira Velha, e que foram inauguradas em 9 de Dezembro de 1990.



L

Es
lh
Ne
m
pr
O
Pa
Ac
la
Na



Largo de Cacilhas – Início dos anos 60

Este bilhete postal ilustrado mostra-nos uma panorâmica tirada a partir do morro de Cacilhas vendo-se o Largo de Cacilhas e o seu cais após as obras de ampliação efectuadas na década de 50.

Note-se à esquerda, o espaço onde existia o chafariz, (demolido em finais de 40), e em 1º plano o parque de estacionamento construído no local onde existia a Lapa, cujos prédios foram demolidos para a construção da EN 10 inaugurada no princípio de 1951, cujo início se nota à direita na imagem.

O edifício que se vê parcialmente ao canto inferior direito, (hoje desaparecido), fazia parte dos estaleiros navais da H. Parry & Son, lda, que até finais do séc. XIX, funcionavam no cais do Ginjal.

Ao fundo junto ao cais e do farol, o novo local do terminal de camionetas de passageiros, em resultado da nova área do largo conquistada ao rio.

Na linha do horizonte, a cidade de Lisboa, uma vista permanente que faz parte do quotidiano de Cacilhas...

Os estaleiros de H. Parry & Son

Hugo Parry natural de Inglaterra e com larga experiência ligada à indústria metalúrgica, veio para Portugal em 1852, contratado pelo Arsenal da Marinha, como oficial caldeireiro aquando aqueles estaleiros decidiram arrancar com o serviço de caldeiras a vapor.

Em 1855 decidiu estabelecer-se por conta própria, fundando uma oficina de reparações navais no sítio do aterro ou da Boa Vista, em Lisboa.

Crescendo o negócio, e com a morte de Hugo Parry, os seus herdeiros sentiram necessidade de procurar um novo local com maior área onde pudessem instalar várias

carreiras de lançamento à água dos barcos construídos nos seus estaleiros, tendo encontrado no cais do Ginjal, na zona do Cubal instalações que após as respectivas adaptações pudessem servir aqueles intentos.

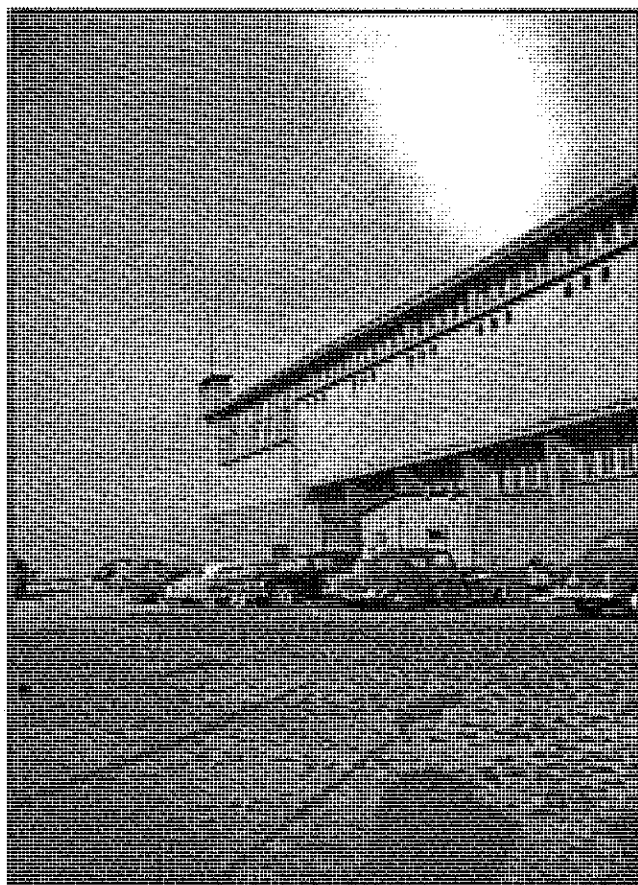
E é assim que em 1890 surgem no Ginjal os estaleiros da "H. Parry & Son.

Também em Cacilhas no sítio do Pontal, existiam uns estaleiros navais que pertenciam a António José Sampaio e eram conhecidos pelos "estaleiros do Sampaio", que só construíam embarcações em madeira.

Com o aparecimento dos barcos em casco em ferro, crescem as encomendas aos estaleiros da "Parry" no Ginjal, o que conduziu a que esta empresa procurasse novas e mais amplas instalações, entrando assim em negociações para adquirir os estaleiros do Sampaio em Cacilhas que possuíam 2 docas secas e uma boa área fabril junto ao rio.

Por escritura de 15 de Julho de 1897, a H. Parry & Son tomou posse dos estaleiros do Sampaio, e gradualmente os estaleiros situados no Ginjal foram-se transferindo para o Largo de Cacilhas.

A imagem (~anos 60) mostra-nos a fachada norte das novas instalações de metalomecânica e caldeiraria, construídas em finais da década de 40 do séc. passado



O:

Em
sítio
rin
da l
eng
ma
ver
que
que
mo
& S
vas
acti
rad
refe
sen
des
pre
da
zon
iam

Arqueologia e património

Museu Municipal de Almada	
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO	
REGISTO N.º	2398
ESTANTE	

2^{as} JORNADAS DE ESTUDOS SOBRE O CONCELHO DE ALMADA

3,4 e 5 DE OUTUBRO DE 1996
Solar dos Zagalos

Organização:
Câmara Municipal de Almada
Museu Municipal

Vestígios de um cais pré-romano em Cacilhas

LUÍS BARROS

FERNANDO HENRIQUES

Cacilhas é, à evidência, a porta de entrada em Almada. Situamo-nos, obviamente, no séc. XX. De que forma terá esta evidência antecedentes? As referências que possuímos, tanto documentais como arqueológicas apontam nesse sentido. Cacilhas foi, desde tempos pré-históricos, porto e fonte de recursos marinhos para populações instaladas em locais com melhores condições de defesa, como é o caso da Quinta do Almaraz. Se no Calcolítico, por exemplo, Cacilhas era sobretudo uma fonte de recursos alimentares embora servindo, igualmente, de porto, não se justificavam, nem se concretizaram, estruturas de apoio tipo cais, dado o tipo de embarcações existentes que seriam varados na praia. A intensificação das trocas e posteriormente o comércio por via marítima e fluvial juntamente com o desenvolvimento das técnicas de construção de embarcações, cada vez com maior tonelagem e calado, obrigaram a edificação de estruturas portuárias de forma a permitir a atracação de embarcações comerciais desde a Idade do Ferro, continuando as pequenas embarcações de pesca e as de transporte fluvial a serem varadas na praia.

As escavações levadas a cabo em 1988 na fábrica romana de salga de peixe de Cacilhas e as realizadas em 1997 no interior do antigo edifício do *Viveiro dos Pneus*, vieram revelar não só níveis arqueológicos datáveis da Idade do Ferro, mas também estruturas da mesma fase, nomeadamente de um cais.

As obras de saneamento básico realizadas em 1981 no largo Alfredo

Dinis, em Cacilhas, puseram à vista estruturas identificadas por um dos signatários deste artigo⁽¹⁾ como sendo uma fábrica romana de salga de peixe, tendo ficado visíveis 4 cetárias e o pavimento lajeado de um armazém de azeite que ali tinha funcionado durante o séc. XIX e a primeira metade do XX. A intervenção em 1981 limitou-se ao registo das estruturas, desenho de perfis das valas abertas pelas máquinas e recolha de materiais que evidenciavam já uma longa diacronia de ocupação do local de, pelo menos, 2000 anos, desde a época romana republicana até aos nossos dias⁽²⁾ tendo-se publicado algumas breves notas sobre o achado (ver bibliografia).

Em 1988 foram retomados os trabalhos de escavação, tendo sido possível alargar a área de intervenção a toda a zona de passeio e estacionamento, tendo como objectivo principal o levantamento gráfico das estruturas e a respectiva datação, de modo a possibilitar o estudo de integração da fábrica romana no espaço do largo de Cacilhas ou no interior de um imóvel que viesse a ser contruído no local da construção precária situada a tardoz. A intervenção permitiu, de facto, reconhecer parte significativa da planta da fábrica, incluindo o pátio e 7 cetárias, para além de dois tanques pequenos, possibilitando recolher diversos conjuntos de materiais que auxiliaram a estabelecer a cronologia da construção e laboração da fábrica, da fase de abandono da mesma e das diversas ocupações posteriores do local, bem

como reconhecer fases anteriores à sua construção.

Em 1997 devido ao início de obras clandestinas levadas a cabo no interior do antigo edifício do *Viveiro dos Pneus*, situado a tardoz da área intervencionada em 1987/88, foi realizada uma escavação de emergência que revelou a existência de mais três cetárias, elevando para 10 o total até agora referenciado, para além de estruturas da Idade do Ferro.

Uma análise conjunta das duas intervenções permite visualizar uma fábrica que seria constituída por 12 a 13 cetárias em redor de um pátio quadrangular e entrada virada sensivelmente a Norte, na direcção da ribeira que ocupava a actual rua Cândido dos Reis. A escavação das cetárias revelou que na maioria delas existia uma camada de telhas (imbrices) assente directamente sobre o fundo, nalguns casos mantendo ainda a posição que teriam no telheiro de cobertura e noutros, em que a estrutura de madeira não cedeu por igual, encontravam-se ao alto. Sobre esta camada surgem terras e areias com restos de material de construção, sobretudo pedras, e alguns materiais de época tardia (sec.III/IV d.C.). Noutros casos as cetárias foram esvaziadas e utilizadas como habitação temporária, abrigo ou ainda como lixeira, tanto em período muçulmano como, mais tarde, no séc. XVI. Apenas fora das cetárias, no pátio e no exterior da fábrica se recolheram materiais coevos da construção e anteriores. Na intervenção de 1987/88 realizou-se uma pequena sondagem junto a

um muro existente no pátio e ligeiramente oblíquo em relação à estrutura e orientação da fábrica, designando-se essa sondagem por quadrado K 107. A escavação revelou que este muro, cujo aparelho diferia das paredes das cetárias⁽¹⁾, era constituído por blocos aparelhados de calcário conquífero de dimensões médias, apresentando alguma regularidade e com as juntas rematadas a argamassa apenas nos níveis superiores. Este muro que arrancava da rocha de base apresentava, até cerca de 1 m, vestígios evidentes de erosão fluvial. Da escavação do Q.K 107 resultou a identificação de 3 níveis principais que se descrevem seguidamente:

- Nível 1 - continha grande quantidade de materiais cerâmicos rolados, para além de alguns fragmentos de cerâmica cinzenta, cerâmica de «verniz vermelho» e ânforas púnicas. Este nível estaria relacionado com a praia que encostaria ao muro e onde se encontrariam materiais prove-

nientes das actividades desenvolvidas no interior da estrutura.

- Nível 2 - continha materiais cerâmicos rolados, cerâmica campaniense tipo A, ânforas romanas republicanas Dressel 1 e fragmentos de «paredes finas» areadas; este nível relaciona-se directamente com a fase de construção da fábrica romana de salga de peixe.

- Nível 3 - continha fragmentos de *terra sigillata* itálica e de ânforas Dressel 14, correspondentes ainda à fase de laboração da fábrica.

A quantidade e qualidade dos materiais recolhidos nesta pequena sondagem, situada numa primeira fase dentro do rio e nas seguintes numa área assoreada e colmatada deste, não é grande mas tão somente representativa das diversas fases descritas. Contrariamente ao que acontece nas áreas escavadas em 1997 que, para além de terem revelado um conjunto de estruturas bem definidas, forneceram quantidades apreciáveis de espólio datável da

Idade do Ferro, nomeadamente cerâmica de *verniz vermelho*, cerâmica cinzenta, cerâmica pintada de bandas, ânforas e uma pequena faca de ferro. Estes materiais, ainda em fase de estudo, conjugados com os anteriormente recolhidos e conjuntamente com os identificados na Quinta do Almaraz, permitem-nos construir um quadro em que Cacilhas teria um papel fundamental e seria um prolongamento natural do povoado do Almaraz, servindo de local de chegada e partida para um vasto conjunto de transações comerciais entre a fachada Atlântica e o Mediterrâneo, protagonizadas pelas populações autóctones e os mercadores Fenícios, pelo menos desde o século VIII a.C..

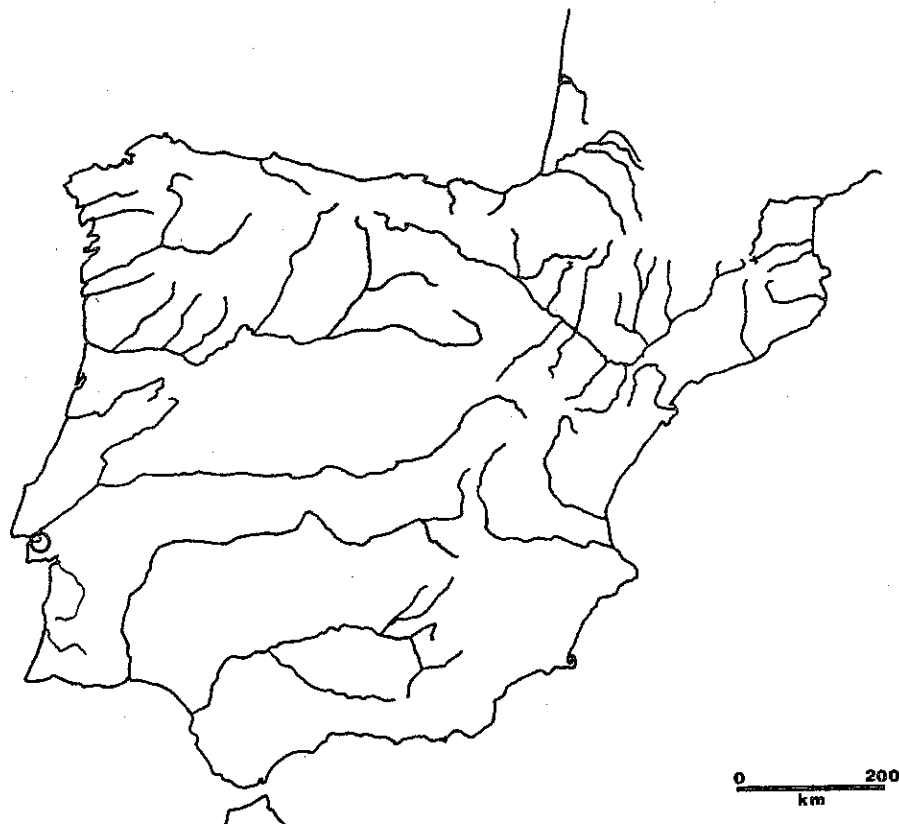
A continuação dos trabalhos arqueológicos, tanto em Cacilhas como na Quinta do Almaraz, é fundamental para a compreensão de quase um milénio de história e da importância do papel destes dois locais, quer do ponto de vista económico quer político.

NOTAS

- (1) Luís de Barros, à época membro do Centro de Arqueologia de Almada.
- (2) Participaram nestes trabalhos membros do Centro de Arqueologia de Almada, um funcionário cedido pelos SMAS, o vereador da Cultura, Dr. Eduardo Costa e o Presidente dos SMAS, Carlos Sousa, hoje Presidente da Câmara Municipal de Palmela.
- (3) As paredes das cetárias são construídas com pequenos blocos aparelhados de calcário e basalto de calibre idêntico e extremamente regular, colocados em fiadas que se sobrepõem.

BIBLIOGRAFIA

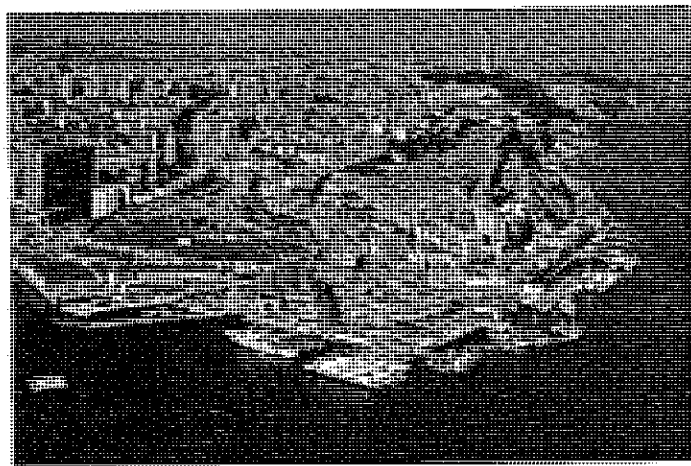
- BARROS, L. 1982 «CACILHAS - uma experiência de arqueologia urbana» in *Al-Madan* n.º 0, Almada.
- BARROS, Luís e AMARO, Clementino. 1985 «FÁBRICA DE SALGA DE PEIXE EM CACILHAS - achegas para o seu conhecimento» in *Al-Madan* n.º 4-5, Almada.



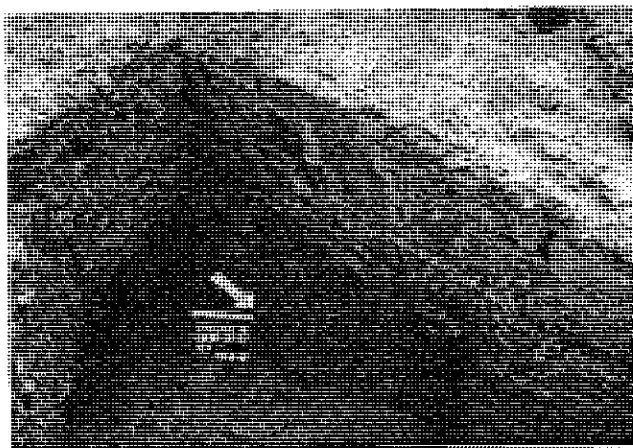
Mapa da Península Ibérica, com a localização de Cacilbas.



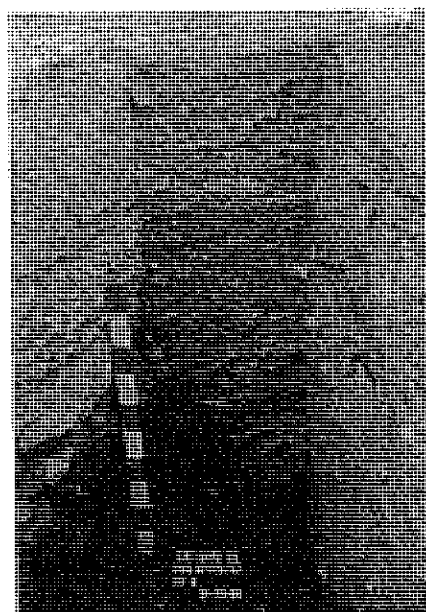
Carta aerofotogramétrica com a localização de Cacilbas.



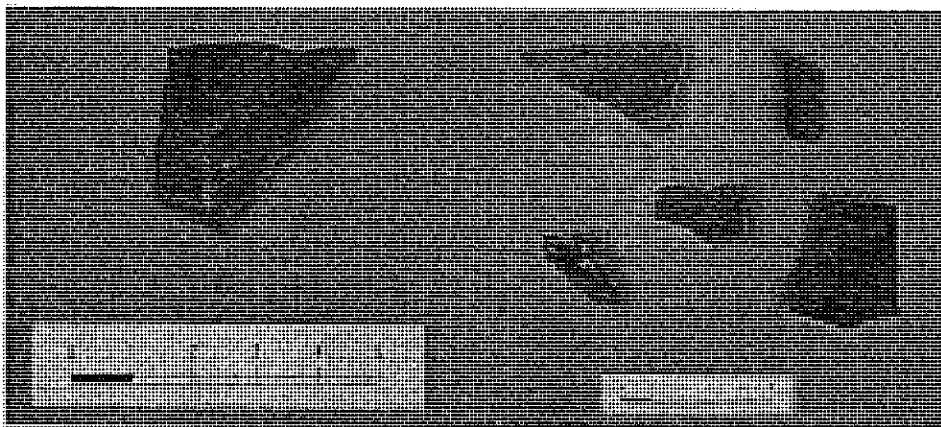
Vista aérea de Cacilhas.



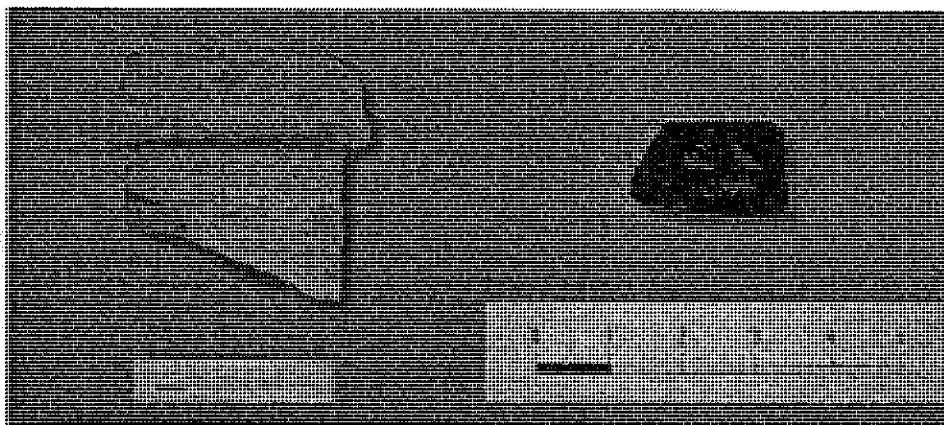
Vista da parade - Cais.



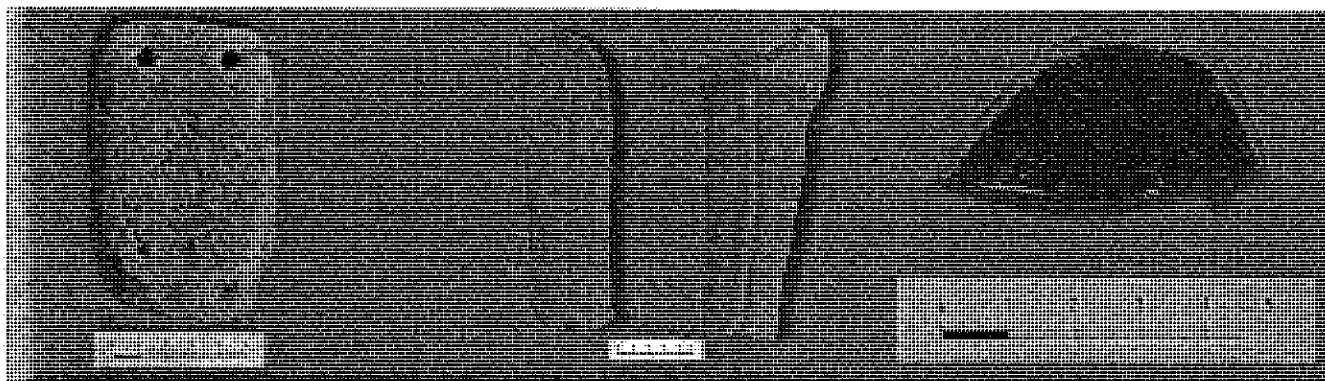
Vista do corte estratigráfico com a implantação da parede - cais.



Fragmento de bordo de prato de engobe vermelho; Fragmentos de cerâmica cinzenta.

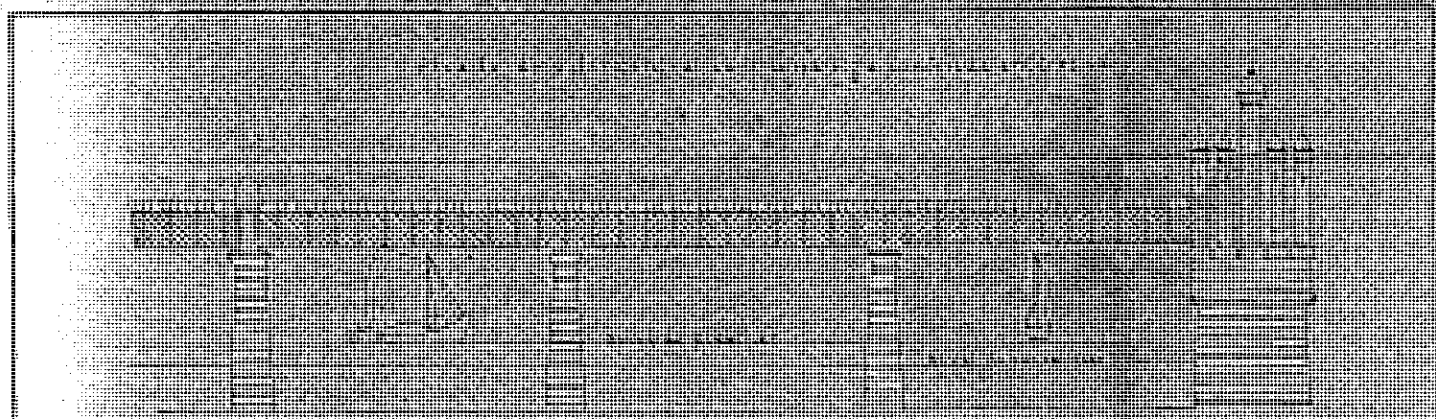


Bordo de ânfora republicana tipo Dressel 1; Fragmento de bordo de taça Campaniense.

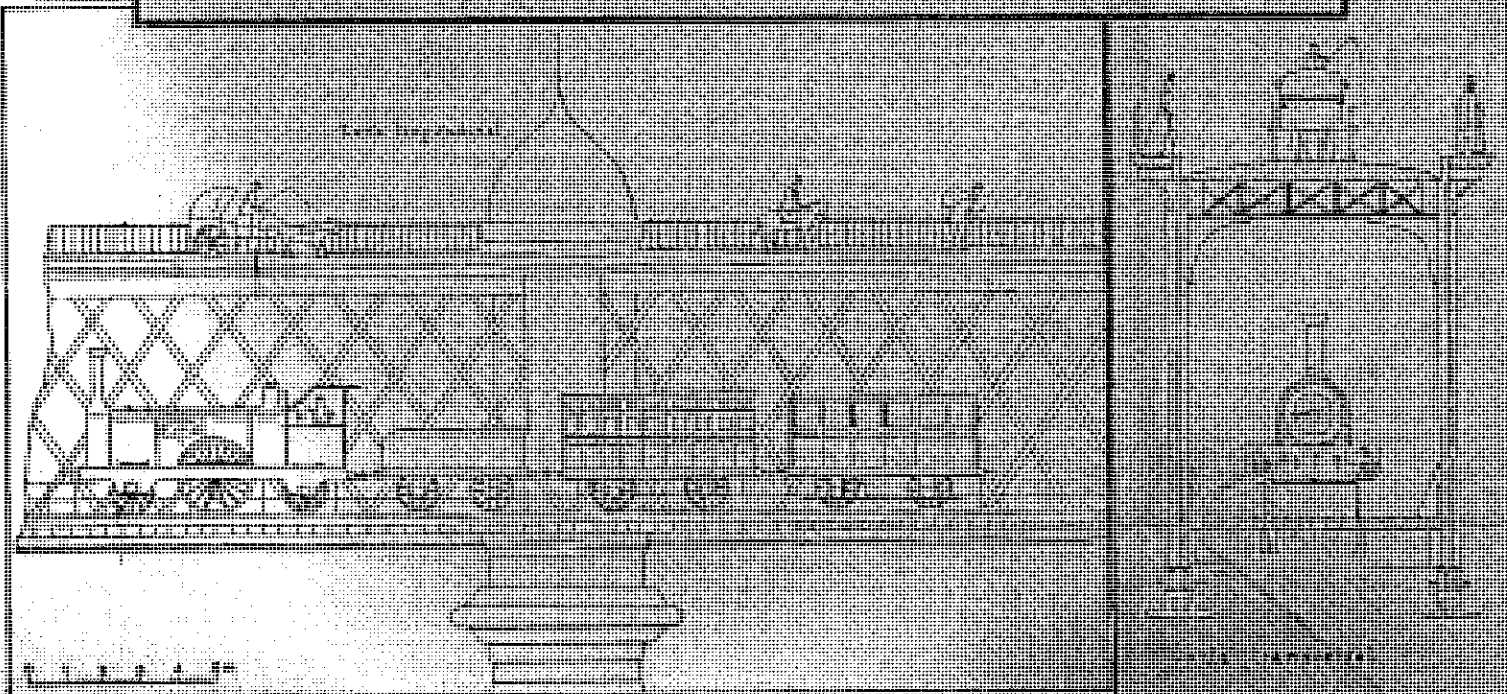


Peso de rede; Asas de ânfora tipo Beltran IV; Fundo de taça Sigillata.

300500
numero
duplo



PONTE SOBRE O RIO TEJO

[illegible]

1707

1/8 — A Quinta do Alfeite é doada ao Infante D. Francisco.

1721

Bula de Inocêncio XIII, EX PARTE DILECTI FILII, dirigida ao oficial da cúria episcopal de Lisboa, ordenando que seja executada a assinação dada por Agostinho Pipia, geral da Ordem de S. Domingos, para que o religioso da mesma Ordem Miguel da Silveira vá habitar o Convento de S. Paulo, na vila de Almada ⁽¹⁾.

1726

D. Tomás de Almeida, primeiro patriarca de Lisboa, concede licença para a edificação da Igreja Matriz do Seixal ⁽⁶⁾.

1732

2/8 — Nasce na Qta. da Torre D. Francisco Xavier de Noronha, Tenente-General, que comandou os granadeiros portugueses na guerra de Rossillon e foi valoroso defensor da Praça de Elvas contra os ataques espanhóis ⁽⁵⁾.

O Concelho de Almada tem cerca de 7.000 habitantes ⁽²⁾.

1733

27/3 — Provisão do Prior e Religiosos do Convento de S. Paulo para que sejam providos de carne e peixe depois da governança da vila de Almada ⁽¹⁾.

1736

Construção do Fontanário Monumental da "Fonte da Pipa", que é pago pelo povo ⁽²⁾.

1745

4/10 — É constituído um morgado na Sobreda por Rodrigo de Oliveira Zagalo ⁽⁵⁾.

1746

3/11 — Provisão de licença a Luiz Manuel de Azevedo e Sá Coutinho para que possa aforar a quinta chamada da Ramalha e pertença de Morgado ⁽¹⁾.

1755

1/11 — Terramoto que provoca a destruição de grande parte das igrejas e casas de habitação. Dezenas de mortos. Desaparece a Igreja Matriz de N.ª Sr.ª do Castelo.

NOTAS

⁽¹⁾ *Documentos das Chancelarias de Filipe I, Filipe II, D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V e ainda Bulas e Breves. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.*

⁽²⁾ *Raúl H. Pereira de Sousa, Cronologia da História de Almada (Ensaio), CMA, 1983.*

⁽³⁾ *Livros de Óbito das freguesias de S. Tiago, St.ª Maria do Castelo e N.ª Sr.ª Do Monte. Arquivo Distrital de Setúbal.*

⁽⁴⁾ *Conde dos Arcos, Caparica Através dos Séculos, CMA, 1973.*

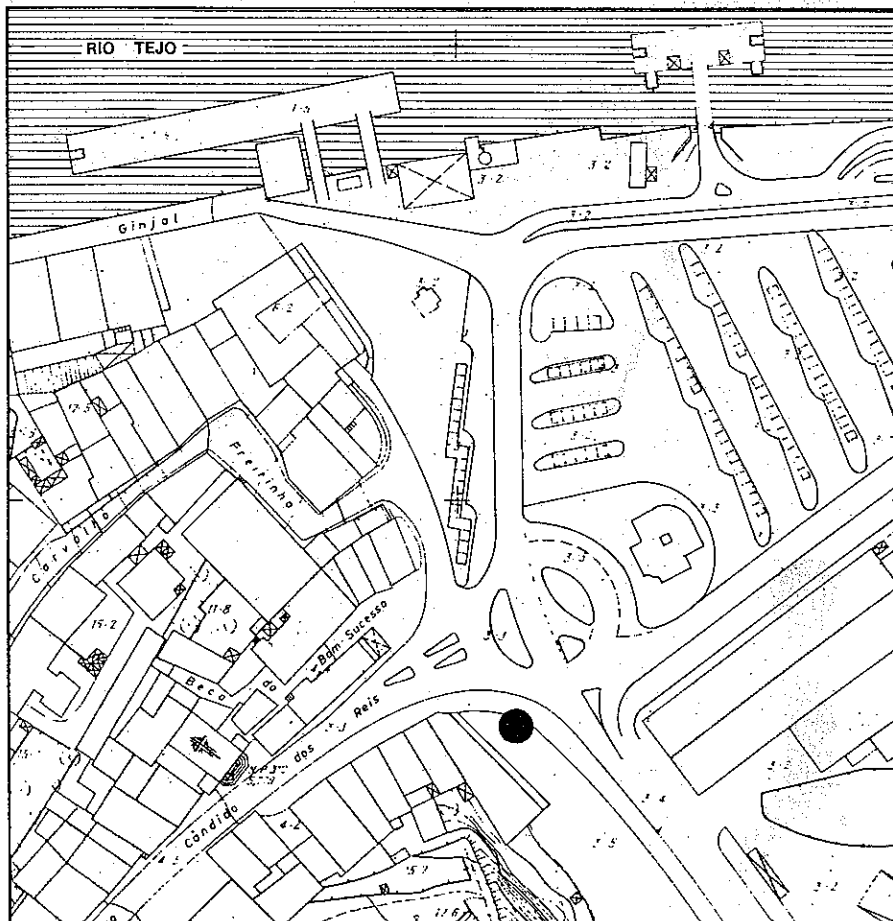
⁽⁵⁾ *Duarte Joaquim Vieira Júnior, Vila e Termo de Almada, 1896.*

⁽⁶⁾ *António Nabais, História do Concelho do Seixal — Cronologia. CMS, 1982.*

FÁBRICA DE SALGA DE PEIXE EM CACILHAS

achegas para o seu conhecimento

por Luís Barros (*)
e Clementino Amaro (**)



No decorrer de obras de substituição de condutas de água e esgoto efetuadas em 1981, foram encontrados em Cacilhas vestígios de ocupação datando de diversas épocas, com especial relevo para os da época romana, constituídos por um complexo industrial de salga de peixe ⁽¹⁾.

A urgência em proceder à substituição das condutas e utilizar o espaço para terminal rodoviário, a falta de mão-de-obra e as condições climáticas adversas (a chuva alagou periodicamente os tanques e as valas) inviabilizaram um trabalho sistemático, tendo sido apenas possível proceder ao levantamento topográfico das estruturas e recolher algum espólio que permitiu datar com maior precisão os vestígios encontrados.

Cacilhas:

O ponto negro assinala a localização da fábrica romana de salga de peixe.

(*) Membro do CAA.

(**) Arqueólogo ao serviço do Departamento de Arqueologia do IPPC.

Como resultado da intervenção foram detectados vários níveis de ocupação do local. O primeiro deles (séculos XIX/XX) corresponde aos estabelecimentos comerciais e residências demolidas aquando da construção da estrada marginal entre Cacilhas e a Cova da Piedade. Destas construções foram postas à vista algumas paredes que se sobrepunham às cetárias e ainda o pavimento de um armazém de azeite. Este pavimento, constituído por grandes lajes de calcário, possuía uma abertura sob a qual se encontrava uma talha de barro utilizada para o aproveitamento do azeite vertido no chão. Correspondendo ainda à ocupação do século XIX, apareceram nas valas abertas pelas máquinas restos de canalizações de caixa de pedra, já sem função, onde se recolheu uma quantidade razoável de moedas com datas compreendidas entre 1886 e 1947. As datas das moedas devem corresponder sensivelmente ao período de funcionamento destes esgotos.

O segundo nível identificado, constituído por entulhos diversos de onde se destacam azulejos azuis e brancos com elementos vegetalistas da 1.ª metade do século XVIII, corresponde às destruições provocadas pelo terramoto de 1755.

Um outro nível contendo cerâmica comum diversa, uma candeia e ainda um pequeno conjunto de cêntis de D. Afonso V, D. Manuel e D. João III, corresponde à fase de ocupação dos séculos XV e XVI.

Os outros níveis detectados nas valas correspondem à ocupação romana do local, exceptuando-se alguns escassos materiais encontrados nos níveis mais profundos e que apontam para a Idade do Ferro.

No interior das cetárias não foi encontrado nenhum espólio significativo da época romana, o que parece indicar uma ocupação continuada do local e das estruturas fabris, provavelmente para habitação. Prova disto é a existência nos cantos de algumas cetárias de vestígios de fogo e, nalguns casos, carvões e cerâmicas pintadas da época Árabe.

Do espólio romano descoberto nas valas merece referência especial um bordo de ânfora Dressel 1b (período republicano).

A continuação das obras de colocação de condutas para a Rua Cândido dos Reis foi importante já que nos permitiu recolher grande quantidade de espólio da época romana, de que destacamos um fragmento de orla e disco de uma lucerna decorada com a cabeça de um gladiador (dado tratar-se de um fragmento muito pequeno, damos-lho do séc. I a.n.e., sem mais precisão).

De referir ainda um fragmento de bordo e parede de "terra sigillata" itálica (forma Goudineau 42), decorada com falsa asa em espiral, bem como um fragmento de taça em "paredes finas" (forma XXXVII), com decoração arenosa em ambos os lados⁽¹⁾.

Constata-se, portanto, em consequência dos trabalhos mais recentes

efectuados no estuário do Tejo — a presença nesta região de estabelecimentos fabris de salga de peixe (Cacilhas e Casa dos Bicos), e de centros produtores de vasilhame utilizado na mesma indústria (Benavente, Alcochete e Corroios).

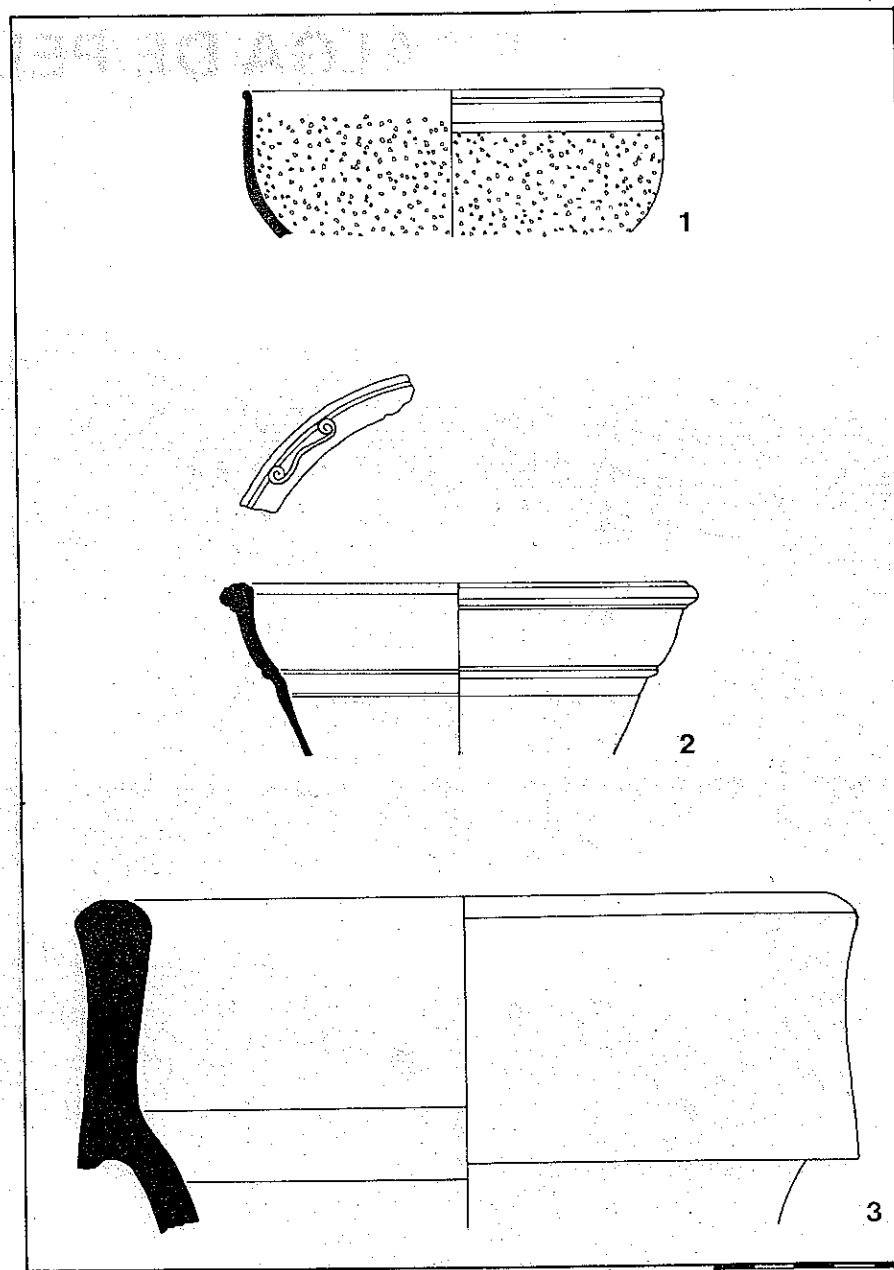
Conhecer o tipo de relações que terão ocorrido entre os centros produtores e a indústria de salga, comparando-as com uma realidade afim, já estudada para o estuário do Sado, é um dos objectivos de um projecto que este ano se inicia com a escavação dos fornos de Alcochete e que se irá prolongar, numa primeira fase, até 1987 com trabalhos previstos para Cacilhas (1986) e Quinta de S. João da Arrentela (1987).

NOTAS:

⁽¹⁾ Sobre este tema veja-se também "Cacilhas — uma experiência de arqueologia urbana", in "al-madan" N.º 0, pp. 34 e 35.

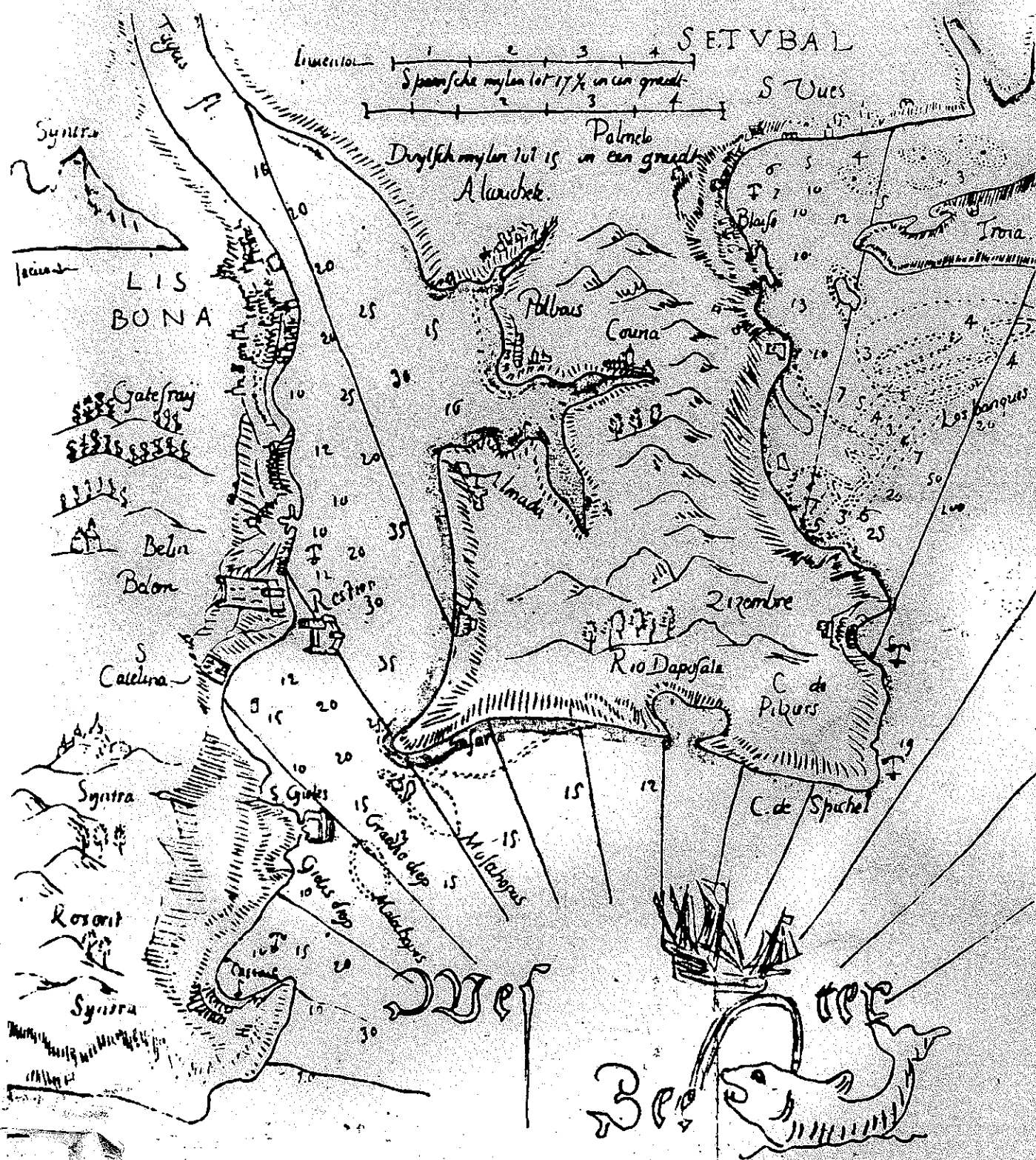
⁽²⁾ A descrição e o desenho dos materiais apresentados foi realizada por Luís Baltazar.

- 1 — Taça em paredes finas com decoração arenosa em ambos os lados.
- 2 — Fragmento de bordo de "terra sigillata" decorada com falsa asa em espiral.
- 3 — Bordo de ânfora republicana (Dressel 1 b)



al. = waka

centro de arqueologia de almada



□em debate: os descobrimentos e a outra banda □garvão... nos bastidores de um museu □...no castelo de alcácer do sal — 5000 anos de história □ os homens de sesimbra e os descobrimentos... □casa dos bicos...□museu municipal do seixal

INDÚSTRIAS ROMANAS DE SALGA EM PORTUGAL⁽¹⁾

por Luís F. Baltazar(*)

Vários foram os autores que, numa visão «clássica», apontaram para uma origem fenício/púnica das salgas de peixe romanas.

Dum modo «forçado», e para isso tem contribuído o ensino em Portugal, têm-se afirmado quase categoricamente a presença destes povos, que a partir da idade do Ferro e até à ocupação romana, teriam habitado o nosso território, contribuindo dessa forma para a origem das salgas de peixe.

É certo que já no séc. V a.C. surgem referências à industrialização das conservas de peixe no Mediterrâneo, isto muito antes do chamado Império Romano.

Numa obra tratando especificamente do *garum* e indústrias antigas de salga no Mediterrâneo Ocidental (=«*Garum et Indústries Antiques de Salaison dans la Méditerranée Occidentale*»; Ponsich, M. et Tarradel, M. 1965) os seus autores levantaram a hipótese, com base na proximidade entre as fábricas de salga romanas e os lugares de origem fenício/púnica, de uma possível influência na escolha desses locais.

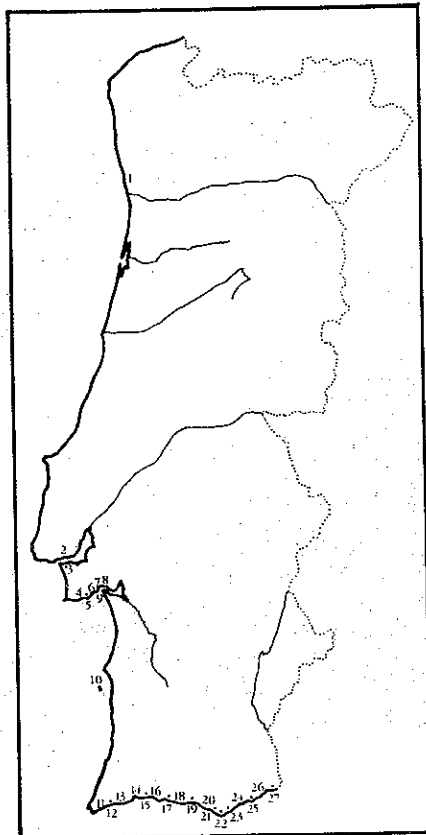
No entanto, na altura não se pôde confirmar esse recuo a um período antes de Augusto, revelando-se totalmente negativas as várias sondagens feitas para a determinação duma ocupação pré-romana nesses locais.

Deste modo, e devido ao total desconhecimento duma ocupação deste tipo nestes locais em Portugal, pensamos ser mais seguro, por enquanto, considera-los exclusivamente romanos.

Como fundação destas fábricas de conservas de peixe, Ponsich, M. et Tarradel, M. (*op.cit.*) propõem para o estreito de Gibraltar a segunda metade do séc. I a.C. e a primeira metade do séc. I d.C. Para o território nacional parece-nos esta última data um pouco precoce, situando-a preferencialmente até finais do séc. I d.C.

A localização destas fábricas, incidu principalmente nas proximidades do mar onde era habitual a passagem de cardumes ou na desembocadura de rios, habitat preveligiado na fase da desova do peixe.

A diversidade de plantas gerais de fábricas de salga, fez-nos optar por uma, integrada no complexo fabril que se encontra em Tróia de Setúbal.



Representação geográfica da distribuição dos vestígios romanos ligados às fábricas de salga, em território nacional.

- Matosinhos (Angeiras) (1)
- Lisboa (Casa dos Bicos) (2)
- Cacilhas (3)
- Creiro (4)
- Rasca (5)
- Comenda (6)
- Setúbal, (Praça de Bocage) (7)
- (Travessa Frei Gaspar) (8)
- Tróia (9)
- Ilha do Pessegueiro (10)
- Salerna (11)
- Boca do Rio (12)
- Burgau (13)
- Senhora da Luz (14)
- Lagos (15)
- Portimão (16)
- Vau (17)
- Ferragudo (18)
- Armação de Pêra (19)
- Cerro da Vila (20)
- Quarteira (21)
- Loulé Velho (22)
- Faro (23)
- Olhão (24)
- Quinta das Antas (25)
- Cacela (26)
- Quinta do Muro (27)

Assim, o acesso ao interior da fábrica de Tróia far-se-ia por um ampla entrada [A] que daria acesso a um pátio de planta rectangular [B]. O chão deste é totalmente revestido por uma argamassa compacta e impermeável (*opus signinum*), no qual foram feitas junto a uma parede [C], três concavidades para facilitar a acumulação de detritos provenientes das lavagens deste. Em redor situam-se os tanques destinados às salgas (cetárias) (2), de várias dimensões consoante o seu uso específico (3). São também revestidos com *opus signinum*, sendo as arestas arredondadas, em meia cana. No fundo de alguns, encontram-se pequenas depressões com a mesma finalidade das do pátio. Coincidindo com os eixos dos tanques, notam-se ainda as bases dos pilares [D] que sustentavam o telhado, neste caso, possivelmente, de uma só água.

Em Cotta (Ponsich, M. et Tarradel, M. *op. cit.*) a inclinação do telhado para o pátio tinha como objectivo o aproveitamento das águas da chuva para lavagens, estas eram armazenadas numa cisterna que se situava abaixo do pavimento de *opus signinum* (4).

Diversas foram as espécies de salga produzidas pelos romanos, variando estas consoante o tipo de peixe, as partes destes, o grau de temperatura e de salga.

Depois do peixe capturado, este era encaminhado para o interior da fábrica onde era amanhado e esquarterado em bocados que eram seguidamente amontoados nas cetárias com sal, em sucessivas camadas. Depois da salga feita, o peixe era exportado para vários pontos do império, pois que este tipo de indústria, devido às condições em que era praticada, excedia largamente as necessidades locais.

Um outro tipo de salga era o *garum*, produto de alto valor nutritivo, e de elaborada confecção, com propriedades anti-raquíticas provenientes do fígado e víceras do peixe.

Muitas vezes nos textos clássicos aparecem referenciados alguns dos principais centros produtores que alcançaram renome neste tipo de conserva. Deste modo surge-nos a ilha Scombraria onde era fabricado o *garum* negro, (por Galieno e Aeluis) e Gades, famosa não só pelos seus produtos mas também pelos seus dançarinos, os *puellae gaditanae* (Ponsich, M. et Tarradel, M. *op. cit.*)

(*) Membro do GAA

Feito a partir da maceração de resíduos de peixe, de ovas, sangue, moluscos e crustáceos no sal, o *garum* era seguidamente conduzido para salas aquecidas que aceleravam a sua fabricação.

Estas, muito idênticas no sistema de aquecimento das termas romanas, eram compostas por uma sala com uma fornalha (*fornax*) onde era colocada a matéria prima necessária à combustão e por uma ou mais salas suspensas por baixos arcos (*hypocaustum*) por onde circulava o ar quente, mantendo deste modo a sala na temperatura pretendida.

Devido à necessidade deste tipo de estrutura para a fabricação do produto, e da mesma não ter sido até ao momento encontrada nas fábricas de Tróia, O. da Veiga Ferreira (1967) levanta a hipótese de as termas terem servido também de apoio às fábricas de salga, cumulativamente com a sua função principal.

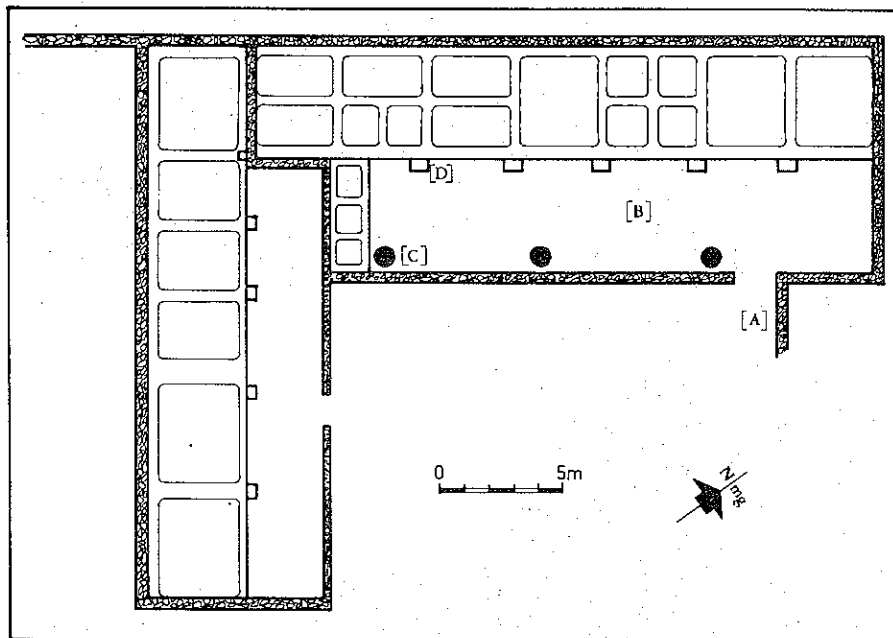
Apesar do estado incompleto da planta das termas de Tróia, publicada por Maximiano Apolinário (1897), verificamos que já na altura se apresentavam vestígios do que posteriormente viria a ser confirmado, como sendo uma fábrica de salga.



Poço com escadaria, facilitando o acesso ao seu interior, do lado exterior da fábrica.

Doutro modo, como se justificaria a proximidade destes centros fabris em relação às termas, quando sabemos, por autores clássicos, que este tipo de indústria era caracterizado por fortes odores nauseabundos provenientes da fermentação das salgas nas cetárias, o que levava os centros urbanos a distanciarem-se destes?

É provável como sustentam M. Ponsich et M. Tarradel (*op. cit.*) que a designação do centro produtor principal dado a estes produtos (exemplo dos produtos gaditanos), não fosse restrito a este, mas que abrangesse uma determinada área que o adoptaria.



Planta geral de uma fábrica de salga integrada no complexo industrial de Tróia de Setúbal.

Como elemento fundamental nesta indústria, a exploração do sal marinho, desenvolveu-se ao longo dos tempos em terrenos sujeitos à acção das marés, constituídos por aluviões geralmente argilosos, mais conhecidos por sapais. Se analisarmos a distribuição das salinas marítimas actuais, situadas a baixo do Tejo, e as fizermos coincidir com os vestígios romanos ligados às fábricas de salga, verificaremos que a sua localização não poderá ser considerada como um mero acaso.

Paralelamente às salgas de peixe, e pelo que se tem verificado em estações deste tipo, é provável que tenha existido um indústria anexa fundamentada na recolha de moluscos, a julgar pela grande abundância com que surgem, funcionando, talvez nos períodos de migração dos principais cardumes de grande porte (5).

Todos estes produtos, quando da sua exportação, seriam acondicionados em ânforas (6).

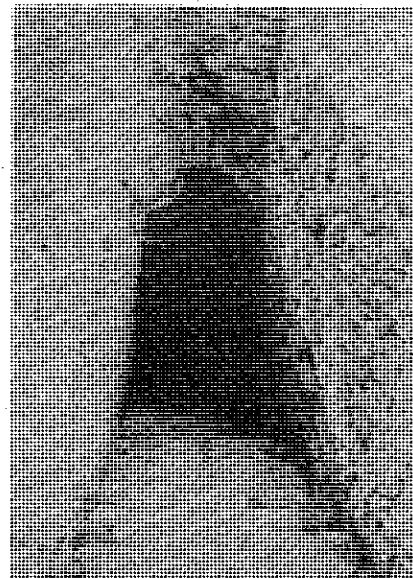
Como indústria que é, grandes contingentes principalmente de escravos e de libertos terão trabalhado nestes complexos (7), desde a captura do peixe até ao produto final, contribuindo, dessa forma, para o alargamento deste comércio.

Com a crise do Império Romano por volta do séc. III, as lutas militares, as revoltas de ordem social, e as invasões de povos «bárbaros» vão contribuir para o declinar desta indústria.

É nessa altura que Cotta, Sahara e Alcazarsegher na costa africana, são definitivamente abandonadas. Outras, como Lixus e Tahadart (esta última com uma necrópole datada dos finais do séc. III, por cima duma fábrica de salga) vão continuar a produzir, mas em porções reduzidas (Ponsich, M. et Tarradel, M *op. cit.*).

Em Portugal, pouco sabemos sobre as consequências desta fase neste tipo de indústria. Até à pouco tempo somente uma estação deste género, Tróia de Setúbal, nos podia elucidar este período (Baltazar, Luis F. 1982).

Presentemente, mais seis estações deste tipo se juntaram à lista elaborada para a costa algarvia (8) (Santos, Maria Luisa E.V.A. 1971) e para o estuário do Sado (Marques da Costa, A.I. 1905), que por certo nos irão fornecer elementos esclarecedores desta transição (9). Aguardemos pois, a publicação da totalidade dos seus materiais!



Panorâmica do pátio [B], sendo visível no lado esquerdo encostado a uma parede [C], uma das concavidades que facilitava a acumulação de detritos provenientes das lavagens.

NOTAS

(1) Os desenhos deste trabalho contaram com a colaboração de Ana Paula Covas e de António Rafael Carvalho, aos quais agradeço.

(2) Derivada da palavra latina, Cetària, ae, que Plínio referência no livro da História Natural como sendo viveiro de peixes, mas que em contrapartida André de Resende («Antiquitibus Lusitaniae», vol. IV p. 253), ao referir-se a Cetàriae, a faz derivar de Cété que designa cetáceos, também aplicável aos atuns, que eram salgados dentro destes tanques, parecidos pois esta definição como a mais correcta.

(3) É actualmente conceituado que os tanques pequenos se destinavam à preparação do garum, enquanto que os maiores eram para a salga do peixe propriamente dita.

(4) Para Tróia, pelo que constatamos isso não se verifica, no entanto, é provável que o aproveitamento destas se realizasse num poço que se encontra no lado exterior da fábrica.

(5) Em Tróia foram encontradas abundantes espécies de moluscos de que salientamos: Triton nodiferous (búzio), Purpura haemastoma (púrpura), Patella coerulea (lapa), Pecten maximus (vieira), Venus verrucosa (pé de burro), Donax elegans (cadelinha), Ostrea edulis (ostra), Mytilus gallo-provincialis (mexilhão), Tapes decussata (amêijoia), Solen marginatus

(navalha), Cardium edule (berbigão); (O. da Veiga Ferreira «O Arqueólogo Português» série III, vol. II, p. 130)

(6) A juntar à lista que noutra altura fizemos para as produções do estuário do Sado que possivelmente teriam abastecido Tróia de Setúbal (Baltazar, Luis F. «Al-madan» n.º 0 p. 22) citemos a: Dressel (Dr.) 7/8, Dr. 9, 11 e 13, Beltran II, Almagro 50 que ao longo dos séculos foram produzidas em diversos pontos do império, para este fim.

(7) José d'Encarnação assinala a presença de várias placas de mármore epigrafadas em Tróia, referentes a escravos e libertos («Sociedade Romana e Epigráfica» 1979, p. 35).

(8) Da lista proposta por esta autora, achamos preferível omitir a estação da Quinta da Torre de Ares, por nos parecer pouco segura a sua filiação como fábrica de salga.

(9) As referidas estações já foram alvo de divulgação em diversas publicações. Assim, a Travessa Frei Gaspar («Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal» p. 57/58, Praça de Bocage («Escavações Arqueológicas na Praça de Bocage, 2000 anos de História» 1980), Cacilhas («Al-madan» n.º 0 1982, p. 34/35) e Angeiras, vinculada por um órgão de informação (O Primeiro de Janeiro 1/02/79, foi posteriormente confirmada por carta particular pelo GEAP, ao qual agradeço.

BIBLIOGRAFIA

Apollinário, Maximiano. 1897 – Estudo sobre Tróia de Setúbal – Termas de Tróia. O Archeologo Português vol. III, p. 157-160.

Baltazar, Luis F. 1982 – Tróia (de Setúbal), Al-madan n.º 0, p. 185-193.

Ponsich, M. et Tarradel, M. 1965 – Garum et Industries antiques de salaison dans la Méditerranée Occidentale, Paris.

Santos, Maria Luísa E.V.A. 1971 – Arqueologia Romana do Algarve, vols. I-II. Veiga Ferreira, O. da 1967 – Algumas considerações sobre as fábricas de conserva de peixe da antiguidade encontradas em Portugal, Arquivo de Beja vol. XXIII-XXIV, p. 123-134.

SUMMARY:

A contribution to the study of the roman industrie to the fish salting in portuguese land, his origins, his space dispersion and other aspects.

SOMMAIRE:

Contribution à l'étude de l'industrie romaine de salaison du poisson en territoire portugais, de ses origines, de sa distribution spacial et de certains autres problèmes la concernant.

TRÊS ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS MEDIEVAIS DO ALENTEJO (1)

por José O. Caeiro (*)

As primeiras palavras desta breve introdução, são de apreço pela feliz iniciativa da Associação dos Arqueólogos Portugueses em homenagear a figura do mestre e amigo Prof. D. Fernando de Almeida, homenagem justa e que já tardava. Infelizmente desaparecido, é-nos grata e comovente a recordação da sua personalidade científica, do seu convívio sempre aberto, dos seus conselhos, da sua humanidade no trato. Desapareceu o Homem mas fica a sua obra...

De entre os vários estudos que tínhamos no prelo, não foi difícil escolher o que nos pareceu mais adequado à circunstância. Se a bibliografia do Prof. D. Fernando de Almeida, no campo da Arqueologia romana é vasta e sobejamente conhecida, constituindo, em muitos casos, matéria de consulta obrigatória, a ele se deve, depois de Virgílio Correia (2), a inves-

tigação mais aprofundada sobre um domínio quase esquecido entre nós, o da Arqueologia alto-medieval.

Efectivamente, em 1962 é dado ao público apreciar o mais completo e perspectivado estudo sobre arte visigótica que até hoje se publicou entre nós (3). Após aquela data surgiram apenas três trabalhos parcelares: um em 1966 (4) e dois outros em 1977 e 78, sendo estes últimos elaborados em colaboração connosco (5) e com Judite e António Cavaleiro Paixão (5).

Depois da morte do Prof. D. Fernando de Almeida, o silêncio sobre Arqueologia Visigótica é quase total entre os nossos meios científicos.

Por tudo o que afirmámos nos pareceu adequada a escolha do pequeno e despretencioso trabalho que apresentamos, mas onde cabe a imensa saudade e respeito pelo Mestre e Amigo que foi o Prof. D. Fernando de Almeida.

PEÇA N.º 1.

Fragmento de pilastra visigótica. (Fot. 1 e 2).

Encontra-se «embutida» no muro do lado direito do portal da capela de S. Tiago, em Vila Viçosa, junto do largo do Convento dos Capuchos. Esta capela é considerada; pela tradição local, como a mais antiga da vila.

O fragmento de pilastra, segundo apurámos no local, foi encontrado, há cerca de 15 anos, juntamente com algumas ossadas humanas e sepulturas revoltas, junto do citado portal, aquando da abertura de valas para canalizações que servem uma habitação anexa.

Finalmente trabalhada em mármore da região, apresenta uma perfuração que nos leva a pensar ter, em época mais ou menos recente, recebido um batente de porta ou portão.

(*) Assistente da Universidade de Évora

Arqueologia &
Património

n.º 0 / novembro 82

preço 100\$00

al-ma-kam

centro de arqueologia de almada



50

**VALCAMÓNICA — 10.000 anos de História reencontrados • DEFESA DO
PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE SINES • CASA DOS BICOS
— seu historial • C.A.A. — 10 anos de actividade**

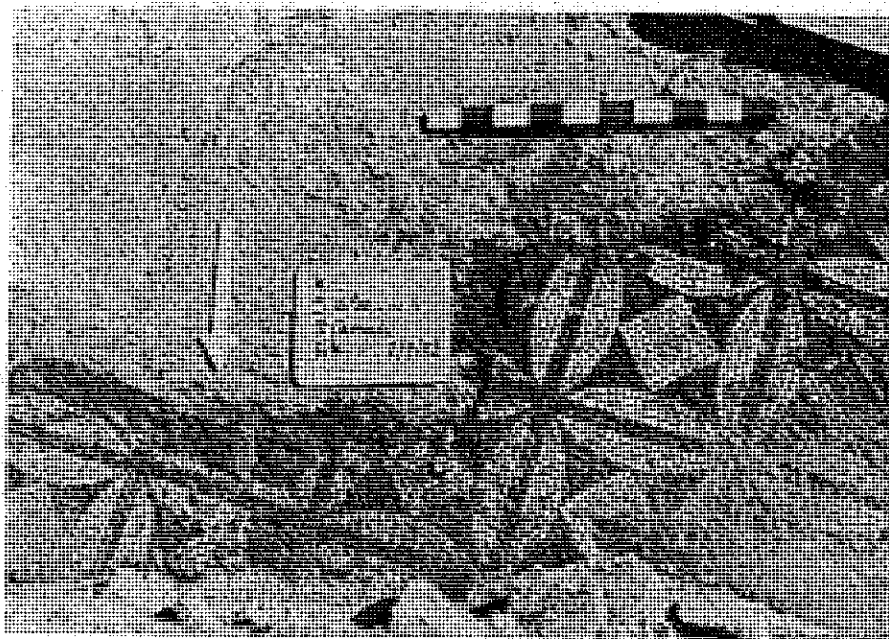


Fig. 2 — Fragmento do mesmo jardim referido nos dois cartazes de dentro e de fora da capela.

CACILHAS

— uma experiência de arqueologia urbana

Por vezes é quando menos se espera que a história de uma cidade desperta de um sono milenar, acordada pelas terríficas máquinas do «progresso» que rasgando as entranhas da terra, fazem surgir os mais diversos objectos e estruturas.

Infelizmente o número de máquinas e de obras públicas ou de construção civil, é de longe superior à capacidade de resposta da Arqueologia, sempre relegada para planos tão inferiores que o dia a dia de uma cidade em nada se alteraria se não existissem.

E se isto é o habitual, felizmente há excepções ou situações menos más. O caso da substituição das condutas de água em «Almada Velha», longe de ser uma situação exemplar, é pelo menos uma tentativa de colaboração tripartida que apesar de todos os contratempos e erros é um caso original.

Pode dizer-se que tudo começou com o alerta feito pelo Presidente dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, Carlos Sousa, de que iriam ser levados a cabo obras de substituição de condutas que atravessariam zonas próximas da Igreja de S. Tiago e do Castelo. Sendo esta informação da máxima importância, logo se encentra-

ram contactos com os SMAS para que estes Serviços informassem o empreiteiro da necessidade de os trabalhos serem acompanhados e eventualmente interrompidos a fim de se proceder ao reconhecimento e recolha de materiais.

Assim aconteceu e desde o início dos trabalhos estes foram acompanhados apesar das dificuldades inerentes ao facto de o Centro de Arqueologia de Almada ser uma associação integralmente amadora e os seus membros trabalharem noutros locais e nas mais diferentes profissões.

Iniciando-se os trabalhos em Outubro de 1981, as surpresas começaram logo no dia 9 com a descoberta de algumas sepulturas no adro da Igreja de S. Tiago, cortadas já em parte pelas máquinas, mas que permitiram reconhecer alguns aspectos importantes quanto à forma de enterramento. Teríamos assim um cemitério primitivo com sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, sucessivamente sobrepostas por outras de vala aberta na terra sem qualquer estrutura tumular. A primeira fase dos enterramentos deve ser talvez árabe e a fase mais recente deverá corresponder ao séc. XVI.

Tendo sido obrigados a prospectar

mente a sua visita devidamente acompanhada.

Esta medida só foi possível devido à colaboração da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo que custeou a totalidade das despesas. A vedação irá sendo ampliada de acordo com a planificação das futuras campanhas arqueológicas. A Autarquia igualmente tem facultado material diverso, trabalhadores, transportes e inclusive subsidiou as duas campanhas já realizadas (a primeira contou também com o apoio do IPPC). Temos contado ainda com a participação de jovens dos Tempos Livres (OTL).■

Clementino Amaro

NOTAS:

- (1) Os trabalhos arqueológicos são da responsabilidade de Manuel Rosivelt Barreto e Clementino Amaro.
- (2) Contamos com o apoio incondicional da Câmara Municipal, com as limitações próprias do seu orçamento, sendo de realçar o papel do seu vereador da Cultura, Diogo Patrício, que sempre nos acompanhou nas saídas de campo, levando-nos a locais já por si detectados ou em consequência de informações recolhidas junto da população.
- (3) J. Leite de Vasconcelos, *Lápide romana de Ferreira do Alentejo*, «*Arq. Português*», 12, 1907, p.12 «Do achado de várias lápides funerárias, num local donde há memória terem-se encontrado construções e grandes tijolos, deduzo A. a existência de uma «villa» (transcrição da obra citada).
- (4) A. Viana, *Arquivo de Beja*, 16, 1959, p. 38 e 39.

numa área extremamente limitada, ou seja, a vala aberta para a colocação das condutas, foi difícil apercebermos-nos da organização tanto do cemitério como de outras estruturas que foram surgindo. Dos trabalhos realizados em torno da capela de S. Tiago recolhemos algumas moedas dos séc. XII a XVI (D. Sancho I — 1185/1211 a D. João III — 1521/1557), alfinetes de cabeça em cobre, fragmentos de cerâmica, azulejos hispano-árabes (séc. XVI), azulejos policromos (séc. XVII) e fragmentos diversos de vidro.

A continuação da abertura das valas levou à descoberta, em duas ruas, de silos ou simples covas de detritos, repletos de restos de cozinha (cascas de bivalves, restos de placas de choco, dentes e espinhas de peixes e ossos diversos) além de fragmentos de cerâmica e nalguns casos 1 ou 2 moedas.

Os silos descobertos dividiam-se em dois grupos distintos, sendo o primeiro da época árabe (séc. XII) e o segundo do séc. XIV.

Do primeiro grupo foram recolhidas várias peças de cerâmica com pinturas a branco e preto, escassos vidros, além de grandes quantidades de cascas de berbigão e mexilhão (especialmente),

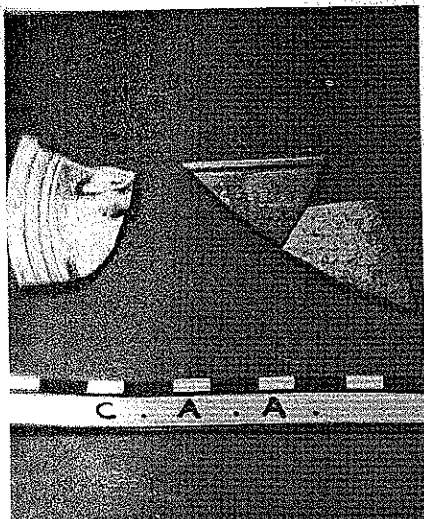


Fig. 1 — Fragmentos de lucerna de volutas e «paredes finas» areadas (séc. I n. e.).

maxilares de javali e armações de veado. Da maior importância para a cronologia destes silos foi a descoberta de duas moedas; uma árabe, de cobre, datável, do séc. XII e outra de D. Sancho I.

Do segundo grupo recolheram-se algumas vasilhas, todas elas fragmentadas, alguns (poucos) objectos de adorno, grandes quantidades de cascas em especial ostras e mexilhão, ossos de javali e de animais domésticos e ainda algumas moedas de D. Fernando (1367/1383). Não estando ainda os materiais tratados e estudados há já alguns aspectos importantes que se podem salientar:

1.º, o desaparecimento dos cervídeos da dieta alimentar dos habitantes de Almada.

2.º, que existem duas fases importantes no «arrumo» da vila de Almada. Os finais do séc. XII, com a reconquista e o foral e o final do séc. XIV com a subida ao poder de D. João I.

A colocação das condutas prosseguiu numa outra zona bem diversa e tão desconhecida do ponto de vista arqueológico quanto esta: CACILHAS.

Foi para nós uma agradável surpresa a identificação de uma fábrica de salga de peixe da época romana, a única do estuário do Tejo e a mais setentrional.

Os materiais encontrados aquando da abertura das valas e a limpeza dos cortes são significativos e limitam o período de laboração do complexo do séc. I a.n.e a meados do séc. I n.e. A quantidade do espólio encontrado não se pode considerar surpreendente mas a sua qualidade é grande. Fragmentos vários de sigillata itálica e sud-gállica (o fragmento mais antigo que nos apareceu, uma sigillata itálica precoce, forma Godineau 18, é datável de 12/10 a.n.e.), cerâmica de paredes finas areadas, fragmentos de lucernas de volutas, fragmentos de ânforas e cerâ-

mica comum formam o espólio recolhido no nível romano. Em relação ao complexo fabril foi possível identificar 6 tanques (sendo 5 de 3,5 x 3,5 m — aproximadamente — e um de maiores dimensões).

Contudo Cacilhas não nos revelou apenas um nível de ocupação mas antes 7 níveis de diversas épocas. Da sua observação ficamos a saber que as cetárias foram ocupadas pela segunda vez na época árabe, provavelmente já no séc. XII; disso são testemunhos os fragmentos de cerâmica pintada encontrados nalguns cantos dos tanques.

Após a ocupação árabe a área deve ter sido completamente abandonada só tornando a surgir vestígios de ocupação no séc. XVI, sendo estes mais abundantes que os da ocupação anterior e constituídos por fragmentos de vasilhas diversas, candelas, alfinetes de cabelo, algumas moedas de D. Manuel (1495/1521) e de D. João III (1521/1557) e ainda um grande fragmento de cálice de vidro. O quarto nível, correspondente à ocupação do séc. XVII, é irregular e pouco importante fornecendo poucos materiais. O séc. XVIII corresponde à fase de grande expansão urbana de Cacilhas, tendo as cetárias sido utilizadas para assentamento de uma série de edifícios, sendo este nível constituído por grande quantidade de entulhos provavelmente relacionados com o terramoto de 1755.

O século seguinte (XIX) está amplamente representado, quer por vestígios de reconstrução dos edifícios anteriores, quer ainda pelos canos de esgoto de caixa de pedra, os quais

forneceram materiais que possibilitaram datar a sua fase de uso — 1889 a 1945.

O nosso século está presente através de cabos telefónicos e eléctricos, condutas de esgoto e outras construções que destruíram grande parte das estruturas que teimaram em resistir quase dois milénios. Apesar das conclusões preliminares demonstrarem desde já o interesse da jazida, o que é certo é que as facilidades que nos foram concedidas para a concretização do seu estudo ficaram muito aquém do indispensável para a realização de um trabalho científico minimamente aceitável.

Por um lado e como já foi referido, o CAA não possui funcionários o que obriga a realizar todas as suas actividades apenas nos tempos livres; por outro, a colocação de condutas de água tinha de prosseguir já que não se vislumbravam outras alternativas viáveis. Por fim havia a necessidade de utilizar aquele espaço para se iniciarem as obras do terminal rodoviário.

Contudo, e contrariamente à opinião quase generalizada, Património e Progresso não são incompatíveis, e provando isso mesmo, após a conclusão das obras do terminal de Cacilhas os trabalhos arqueológicos prosseguirão (tal como foi acordado com a CMA), sendo seu objectivo último a realização de um Museu de Sítio, num dos locais mais privilegiados do Concelho com dezenas de milhar de visitantes em potência.

Luis Barros

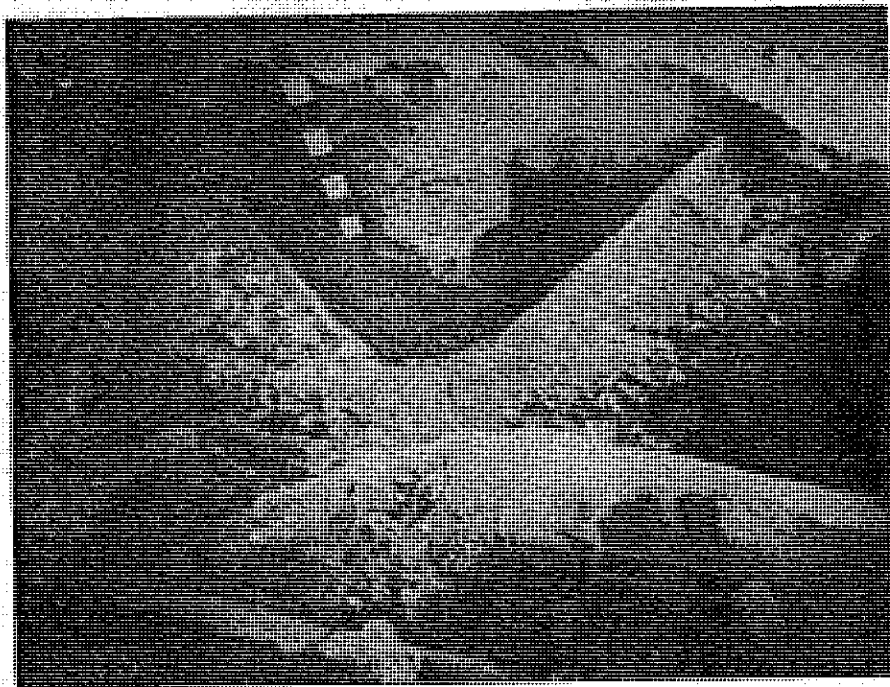


Fig. 2 — Canto de um tanque de salga de peixe (cetárias) posto à vista aquando da abertura das valas para colocação de condutas de água.

Indústria Naval

H. Parry & Son

Abertura em Almada: década de 1860 (Ginjal) e 1899 (Cacilhas)

Fundadores: Hugh Parry e George Oakley

Nº máximo de trabalhadores: 1294 (em 1970)

Encerramento: 1986

A História da construção naval metálica em Portugal, tem nesta terra de Cacilhas, do Concelho de Almada, a primazia do seu início, o que, consequentemente criou também, os primeiros artífices desta especialidade. Na verdade, os estaleiros e as docas, foram aqui na nossa terra, as grandes escolas da metalurgia naval, e assim, nenhuma outra terra além de Cacilhas, conseguiu jamais formar operários especializados na modalidade de construir barcos de cascos de ferro, ou aço, pois que de madeira, já há muitos anos atrás, os estaleiros ribeirinhos desta região os construíam, e reparavam.

Eduardo Alves, "Construção naval e transportes fluviais", *Jornal de Almada*, 11 de março de 1983

No seguimento da expansão e remodelação da frota portuguesa de navios, chegam a Lisboa em 1852 os caldeireiros ingleses Hugo Parry e Jorge Oakley.

Parry, então com 48 anos, trazia uma vasta experiência como industrial metalúrgico na Inglaterra e veio para Portugal a convite do Arsenal da Marinha de Lisboa, participar na construção das caldeiras dos navios a vapor. Foi durante três anos mestre caldeireiro nas oficinas do Arsenal bem como perito em vistorias e exames técnicos. A sua larga experiência e progressivo conhecimento do universo industrial português permitiu-lhe em 1855 estabelecer-se em Lisboa¹ por conta própria, juntamente com Jorge Oakley², na zona da Boa Vista. Assim nasce a *Hugh Parry & Son*, uma empresa que viria a mudar o rumo da construção e reparação naval em Portugal.

Entretanto na margem direita do Tejo são detetados alguns problemas de assoreamento, nomeadamente entre o Cais do Sodré e Santos e nesse seguimento o Conselho Superior das Obras Públicas dá luz verde à construção de um aterro na zona da Boa Vista bem como de um muro de suporte entre as praias da Moeda e de Santos, exatamente no local onde estava instalado o estaleiro de Hugo Parry. Ali a empresa laborou durante alguns anos, contudo, devido à localização da muralha que limitava o aterro, o lançamento à água dos navios fabricados era um processo complicado e requeria soluções engenhosas³ e por isso logo Hugo Parry começou a procurar um outro local nas margens do Rio onde pudesse edificar carreiras de lançamento mais eficazes.

¹ Contrato de aluguer celebrado a 21 de setembro de 1855 com Manuel José Junqueira, por 340\$000 réis por ano, um prédio que englobava um armazém com loja e estaleiro. Nova escritura de aluguer é celebrada a 16 de março de 1866 por mais 9 anos. Em 1874 Hugo Parry compra o prédio por 12.000\$000 réis.

² Jorge Oakley viria a falecer a 2 de Junho de 1857. No dia 15 de maio de 1866 Hugo Parry formou sociedade com Francis Churchill Cannell, também industrial metalúrgico e casado com Ana, a sua filha mais velha.

³ O lançamento à água do vapor de passageiros *Progresso*, encomendado por Frederico Burnay para as carreiras entre Lisboa e Belém, foi exemplo disso: "Um berço de quase metade do comprimento da quilha foi instalado solidário com o casco. O berço deslizou pelo cais e sobre a aresta deste girou até à popa entrar na água; depois a continuação do movimento levou o barco para dentro e água, não se percebendo se a proa foi descida por meio de talha ou de queda simples" (Loureiro, 1965:83).

Encontra o futuro *Outra Banda*, em Almada, numa pequena praia no Ginjal (Cubal), entre o Rio e a arriba. Ali, no início da década de 1860 instala o seu novo estaleiro⁴, mantendo os escritórios e algumas oficinas na Boa Vista em Lisboa⁵. O vapor *Belém*, lançado ao Tejo em 1864, encomenda de Frederico Burnay para o transporte de passageiros entre Lisboa e Belém, foi o primeiro barco construído neste novo estaleiro do Ginjal.

Tal como Parry, também António José Sampaio, conhecido construtor naval, tinha aberto a sua atividade no sítio da Lapa em Cacilhas.

O Estaleiro do Sampaio, como era vulgarmente conhecido, apresentou sempre um grande volume de encomendas⁶, chegando a reparar quarenta navios por ano, quer portugueses, quer estrangeiros⁷.

Contudo a sua área de intervenção era sobretudo a reparação e não a construção naval em ferro e por isso a sua atividade decresceu consideravelmente no final do século XIX ao ponto de em 1892 ter merecido um parecer desfavorável numa consulta realizada aos industriais do ramo⁸. Francis Cannell, que ocupou o cargo de gerente da *Parry* após a morte do seu fundador em 1876, vê neste estaleiro uma oportunidade e por isso em 1899⁹ a *Parry* adquire o estaleiro do Sampaio em Cacilhas, passando assim a possuir dois espaços em Almada: um no Ginjal e outro em Cacilhas¹⁰. No aterro do Ginjal instalou o estaleiro e em Cacilhas as docas para reparações de navios.

Logo no início da sua atividade, a *Parry* construiu sobretudo barcos a vapor para transporte de passageiros, sendo que as suas primeiras quatro encomendas – o *Alcântara*, o *Progresso*, o *Lisbonense* e o *Belém* – usavam como meio de propulsão rodas laterais, mediam cerca de 30 metros de comprimento, o casco era em ferro e tinham uma lotação de cerca de 200 passageiros. A sua construção era de tal forma resistente que estiveram ao serviço no Tejo mais de 30 anos.

Um olhar mais atento sobre a história da *Parry* e uma focagem nos frutos da sua laboração no virar do século, permite-nos observar que esta empresa andou sempre a par e par com as grandes inovações, tanto materiais como tecnológicas que se iam refletindo no universo da construção naval. Acompanhou a introdução do ferro e do aço na construção naval e segundo se julga, foi pioneira na sua utilização em Portugal. De notar que a sua obra inaugural – o vapor *Alcântara* – parece ter sido a primeira embarcação portuguesa com

⁴ (Loureiro, 1965:33).

⁵ O estaleiro do Ginjal irá perdurar até 1938, ano em que findou o seu contrato de arrendamento. (Loureiro, 1965:34)

⁶ Referências a embarcações construídas ou reparadas no Estaleiro do Sampaio em Cacilhas: a 04/06 1883 é lançado ao mar em Cacilhas o iate *Visconde da Praia Grande de Macau* encomenda da Corporação de Pilotos da Barra de Lisboa. (*A Realza*, 1883) e a 03/07/1891 é registado por Alberto Sampaio, o rebocador *Salgueiro* destinado a reboque e transporte de passageiros (Loureiro, 1965:41).

⁷ O *Círculo* de 07/01/1877, por exemplo, dá-nos conta de um leilão de metal realizado na Doca do Sampaio em Cacilhas, de metal oriundo de uma reparação do forro do lugre sueco *Flórida*.

⁸ (Policarpo, 1995), (Flores, 1987:188).

⁹ A promessa de venda tinha sido realizada em dezembro de 1893. (Loureiro, 1965:41), (Pereira de Sousa: 1999), (Flores: 1987: 181)

¹⁰ Em 1938 com o fim do contrato de arrendamento do estaleiro do Ginjal (Loureiro, 1965:34), a *Parry* centraliza a sua produção no estaleiro de Cacilhas, até 1986, ano em que é declarada a falência da empresa. (Policarpo, 1995)

casco em ferro¹¹ e em 1869 a empresa lança à água, por encomenda da Alfândega de Lisboa, o *Vapor N.º1* tendo já como meio de propulsão uma hélice¹².

Também a Marinha de Guerra foi um cliente marcante da empresa, nomeadamente na aquisição em 1895 da lancha-canhoneira *Honório Barreto* que viria a desempenhar um papel fundamental no reforço da ação colonial na Guiné.

Com o Ultimato inglês de 1890, a Comissão da Grande Subscrição Nacional viu-se forçada a melhorar a sua frota militar para defesa do território ultramarino e após uma consulta a um leque de estaleiros e oficinas nacionais, a *Parry*, quer pela sua comprovada prática na construção em ferro e aço, quer pela sua capacidade operacional em construir cascos até 500 toneladas e máquinas até 400 cavalos, foi a empresa elegida para o trabalho. Duas lanchas canhoneiras, *Diogo Cão* e *Pedro de Annaya* e uma canhoneira, a *Chaimite* viriam a ser fornecidas e estariam prontas a navegar ainda na mesma década de 1890. As três foram enviadas em missão de defesa para Moçambique. A construção da *Chaimite* no entanto viria a ser um marco na história da construção naval em Portugal, tendo-se transformado num acontecimento bastante mediatizado pela imprensa da altura.

Era ali já grande a afluência de povo, tendo a policia que defender à força a entrada do estaleiro. Muitas embarcações tinham ido, durante a tarde, cumprimentar o estaleiro e a canhoneira Chaimite, em construção (...). Dentro do estaleiro, a philarmônica de Almada, Incrível Almadense, tocava o hymno nacional e executava outras peças do seu reportório. A casa estava embandeirada e todo o pessoal operário a postos.

Actas da Reunião Popular no Salão da Trindade, da Grande Comissão e da Comissão Executiva, Imprensa Nacional, Lisboa, 1897

Tal relevo explica-se por ter sido uma embarcação com características pouco vulgares na altura¹³: era predominantemente em aço, tinha um porte considerável, com um deslocamento de 340 toneladas, media 40,84m de comprimento, era movida por duas máquinas com dois hélices de bronze manganês, tinha uma chaminé alta e dois mastros militares. Foi solenemente lançada à água a 13 de agosto de 1898 e partiu de Lisboa no ano seguinte rumo à sua missão em Moçambique, onde prestou serviço até 1919, ano em que foi abatida ao efetivo da Marinha Colonial por portaria ministerial.

Seguiram-se a construção de inúmeras embarcações, vapores, lanchas, barcas, utilizando o aço como matéria-prima principal. De realçar o rebocador *António Serra*, construído em 1937 nas instalações de Cacilhas por encomenda da Sociedade Portuguesa de Construções e Obras Marítimas.

A *Parry* foi o primeiro estaleiro privado a possuir docas e o primeiro construtor a planear inteiramente um navio de chapa de aço e a proceder à sua execução desde o casco às caldeiras, com uma sólida carteira de encomendas chega a empregar 1294. Após o 25 de Abril de 1974 a empresa é nacionalizada. A crise mundial na indústria naval e as opções de política económica para o setor acabam por levar à declaração de falência em 1986.

António José Sampaio e Hugo Parry são indubitavelmente duas figuras de relevo da história do progresso industrial nacional, e em particular de Almada. Do seu empreendedorismo ancorado no primor das mãos das gentes que aqui se fixaram a

¹¹ O *Alcântara* foi lançado à água a 23 de dezembro de 1860, e segundo Loureiro, foi o primeiro barco com casco em ferro construído no nosso país (Loureiro, 1965:79).

¹² (Loureiro, 1965:61,93)

¹³ *Canhoneira Chaimite*, N.º de Arq.124, n.º de ordem 31, Lisboa: Arquivo Histórico da Marinha

trabalhar a madeira, o ferro e o aço, nasceram embarcações que navegaram pelos rios e mares do mundo. Na pegada do Sampaio e da *Parry*, novas empresas escolheram Almada para instalar os seus estaleiros no apogeu do ferro e do aço.

Lisnave, Estaleiros Navais S.A.

Abertura em Almada: 1967 (Margueira)

Fundadores: Navalis, Parry & Son, Eriksberg, Kockums, Wilton-Fijernoord, NDSM, Banco Fonsecas, Santos & Viana, José Manuel de Mello, entre outros investidores

Nº máximo de trabalhadores: 8600 (em 1979)

Encerramento: 2000 – *transferência para Setúbal (Mitrena)*

Em 1967 inaugura um estaleiro de 300 mil m2 em Almada na zona da Margueira.

Com origem em 1937, com a concessão a Alfredo da Silva do estaleiro Naval da Administração Geral do Porto de Lisboa, a Lisnave é oficialmente constituída em 1961, com o objetivo de continuar a construção e reparação naval no Estaleiro da Rocha Conde de Óbidos.

Em 1962, é autorizada a construção e exploração de um novo estaleiro na margem sul do Tejo, na baía da Margueira, iniciando-se as obras em 6 de abril de 1964. Vocacionado para receber navios de grande tonelagem, aproveita a posição excecional do Porto de Lisboa nas rotas onde se desenvolvia 75% do tráfego de petroleiros de todo o mundo, beneficiando com o encerramento do Canal do Suez, em 1967, que obriga a viagens mais longas pela velha Rota do Cabo, aumentando a necessidade de reparação e conservação, bem como à construção de navios cada vez maiores, dando-se início à era dos superpetroleiros.

O estaleiro da Margueira é formalmente inaugurado em 23 de junho de 1967, embora desde 1965 já a Oficina da Caldeiraria permita a execução das estruturas metálicas das docas secas, guindastes, oficinas de mecânica e de tubos e armazéns, em 1966 seja reparado o primeiro petroleiro - *Gerês* - da Soponata, ainda atracado no muro cais, e em abril e maio de 1967 as docas n.º 11 e n.º 12 recebam para reparação a estação flutuante de limpeza *Praia Branca* e o petroleiro sueco *Don Brostom*, que, com as suas 72 000t, constituía o maior navio de sempre a sulcar as águas do Tejo.

O novo estaleiro ocupa uma área de cerca de 300 mil m2 conquistados ao rio, tem 1 480m de cais acostável e 350m de molhos. Equipado com 4 guindastes de 15t e serviços de apoio, permite a acostagem em simultâneo de 9 navios, dos quais dois em doca seca, possibilitando a docagem de navios até 100 000 e 300 000 toneladas uma das quais a única excêntrica no mundo.

Em 1968 são concluídos a maior parte dos grandes investimentos como as oficinas de eletricidade, de conservação, da escola de aprendizes e o escritório central e é prevista a expansão do Estaleiro Sul. No ano seguinte entra em atividade a E.N.I. – Eletricidade Naval e Industrial, que integra a Divisão de Eletrotécnica da Lisnave, desenvolvendo assim a atividade quer no setor naval, quer no das instalações industriais, nas especialidades de eletrónica e automação.

Detendo 39% da reparação mundial de navios até 300.000 toneladas, a Lisnave aposta na expansão do Estaleiro. A construção da gigantesca doca n.º 13 (550mx84m) com capacidade para navios até 1 milhão de toneladas, inaugurada em 1971 com o nome *Doca Alfredo da Silva* e encimada pelo Pórtico com o nome da empresa, põe o país na primeira linha das grandes potências mundiais no domínio da reparação naval, passando de 14 milhões de toneladas reparadas em 1970 para 18 milhões em 1971 e para 25 milhões no ano de 1972, ou seja, apta para receber e reparar os maiores navios-tanque do mundo como o *ESSO Cambria* ou o *Universe Patriot*.

Dão-se início a novas atividades, com a construção de grandes secções, proas e partes centrais de navios, principiando um campo mais elevado de tecnologia que lhe irá permitir efetuar reparações mais complexas, assim como *Jumboizing* (termo aplicado ao aumento da capacidade de carga dos navios, por acrescentamento de uma nova secção ao navio).

A Lisnave investe na qualificação da sua mão de obra, na alfabetização/instrução e formação profissional promovida no país e nos estaleiros suecos e holandeses associados e inaugura em 1970 o *Centro de Formação Manoel de Mello*, possibilitando a formação de 3 000 homens por ano, contribuindo para aumentar a especialização de todos os operários da Lisnave, fundamental num mercado tão competitivo. Resultado do aumento da produtividade global, é possível uma redução no horário semanal do pessoal oficial de 48 horas para 46,5 horas e o pagamento de salários acima da média.

Os anos que se seguem são de prosperidade e a Lisnave chega a empregar cerca de 10 mil operários, com um forte impacto em termos sociais e económicos no concelho. Procede-se à conversão com aumento de comprimento (*jumboizing*) dos navios *Elbe Express* e *Alster Express* (1973), conversão/reparação e substituição de 10 000t de aço do navio *King Agamemnon* (1974), reparação e substituição de 5 700t de aço, devido a explosão, do *Mobil Pegasus* (1975), instalação do sistema de gás inerte (IGS) nos navios *Chelsea Coronado* e *Cherry Valley* (1983), docagem da primeira plataforma de offshore *Huacabil Dolphin* (1986), docagem da plataforma de offshore *Ocean Victory* (1991).

Com um *know-how* quase único e com o impulso dos sócios estrangeiros, a Lisnave projetou-se internacionalmente, apostando na edificação de inúmeros estaleiros pelo mundo inteiro: o estaleiro de ASRY – Arab Shipbuilding and Repair Yard (1977) no coração do Golfo Pérsico, o Jeddah Shiprepair Yard (1981) na Costa Saudita do Mar Vermelho, entre outros.

Contudo, as transformações globais do mercado petrolífero, as transformações e exigências do mercado de reparação naval e opções de política económica, conduzem o Estaleiro da Margueira a sucessivos períodos de crise ao longo das décadas de 1980 e 90, marcados por grande instabilidade laboral com a redução do número de trabalhadores, salários em atraso, greves, manifestações e diversos Planos de Reestruturação da Empresa.

Em 2000, após diversas tentativas falhadas de recuperação financeira o Estaleiro da Margueira é desativado ao fim de 33 anos de atividade e 6000 navios reparados. A atividade e cerca de 2000 trabalhadores são transferidas para o Estaleiro da Mitrena em Setúbal (ex-Setenave), novo centro laboral da Lisnave.

ANEXO III

FICHA TÉCNICA

MASSAPINA ARQUITECTOS ASSOCIADOS LDA.¹

Arq. António Vasco Massapina – coordenação, planeamento urbanístico, desenho urbano

Arq. Pedro Serra Vaz – planeamento urbanístico, desenho urbano, arquitectura (1998-2007)

Arq. João Vasco Massapina – planeamento urbanístico, desenho urbano, arquitectura

Colaboradores

Arq. Pedro Rodrigues – desenho urbano

Arq. Bruno Cerqueira – desenho urbano

COLABORAÇÕES CONCRETAS

Arq. António Manuel F. Cardoso – coordenação infra-estruturas, transportes, assessoria ao planeamento urbanístico

Arq. Pedro Santos Costa – coordenação, programa de execução e plano de financiamento (modelo de gestão e sistema de perequação)
– regulamento

ESPECIALIDADES SUBCONTRATADAS

Eng. Civil João Guimarães, ins. OE 25390 – infra-estruturas urbanísticas

Eng. Elect. Luís Manuel Serras Lopes, infra-estruturas eléctricas. e telecomunicações

Arq^a. Pais^a. Anabela Guedes – arquitectura paisagística

Arq^a. Pais^a. Madalena Coutinho – arquitectura paisagística

Dr. António José Sá – economia, estudos de mercado (1998/2000)

Dr. António dos Santos Nazareth – geologia

APLITOP Ld.^a – cadastro da propriedade

Eng. Carlos Fafaiol – mapa de ruído

¹ Designação alterada da empresa Atelier Cidade Aberta, arquitectura, planeamento e artes plásticas, Lda.